

Caderno de Formação Política Sindical

Capital e Trabalho

REFORMA ou REVOLUÇÃO?



Organizadoras

Alair Silveira

Lélica Elis Lacerda

Maria Luzinete Alves Vanzeler

Av. Fernando Correa da Costa, 2.367
Bairro Boa Esperança
Coxipó - Cuiabá/MT
CEP:78.060-900

adufmat@terra.com.br
www.adufmat.org.br

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



ADUFMAT
Seção Sindical
do AnDES - SN
ADUFMAT-SSIND do ANDES/SN

Caderno de Formação Política Sindical

Capital e Trabalho: Reforma ou Revolução?

**Alair Silveira
Lélica Elis Lacerda
Maria Luzinete Alves Vanzeler**
(Organizadoras)

Cuiabá/MT
Junho/2018

Alair Silveira

Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT
Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN

Lélica Elis Lacerda

Profa. Depto. de Serviço Social UFMT
Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN

Maria Luzinete Alves Vanzeler

Profa. Titular de Farmacologia do DCBS-FM UFMT
Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN

Ficha Catalográfica

Silveira, Alair; Lacerda, Lélica Elis; Vanzeler; Maria Luzinete Alves. Capital e Trabalho: reforma ou revolução? Caderno de Formação Política Sindical. ADUFMAT-SSind do ANDES/SN. Cuiabá/MT: Gráfica Aliança, 2018. 120 p.

Revisão normativa: Marluce Souza e Silva
Diagramação: Edzar Allen de Miranda Santos

ISBN: 978-85-89440-07-3

Gestão (2017-2019): *ADUFMAT de Luta: Autônoma e Democrática*

Presidente: Reginaldo Silva de Araújo
Vice-Presidente: Maelison Silva Neves
Diretora Secretária: Onice Teresinha Dall'Oglio
Diretora Tesoureira: Alair Silveira
Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Maria Adenir Peraro
Diretora de Imprensa: Adriana Queiroz N. Pinhoratti
Diretor de Assuntos Socioculturais: José Ricardo de Souza

Conselho Fiscal:
Dorival Gonçalves
Juliana Ghisolfi
Maria Luzinete Alves Vanzeler

Representantes de Subseção campus Sinop:
Clarianna Martins
Lorena Rezende
Ricardo Santana Campomanes
Gustavo Canale

Representantes de Subseção campus Araguaia:
Eliel Ferreira
Márcia Pascotto
Maurício Guedes
Deyvisson da Costa



ADUFMAT-SSind do ANDES-SN
Avenida Fernando Corrêa da Costa, N° 2.367, Bairro
Boa Esperança - CEP 78060-970
Cuiabá/MT
Fones: (65) 3615-8293 / (65) 99686-8732
adufmat@terra.com.br
www.adufmat.org.br
www.andes.org.br

APRESENTAÇÃO

Os Cadernos desta edição têm por objetivo subsidiar um **Curso de Formação Política e Sindical**. O Curso abordará a compreensão as relações do mundo do trabalho, inseridas na dinâmica das relações capitalistas de produção e reprodução social. Nesse sentido, se propõe a dimensionar as relações cotidianas de trabalho a partir da consideração dialética das transformações do capital e do trabalho. Conseqüentemente, analisar o atual estágio de acumulação com predominância financeira (CHESNAIS, 2003) demanda, também, compreender como esse processo se relaciona com as relações objetivas e subjetivas da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular.

Como bem destacou Ricardo Antunes (1995), a profundidade dessas transformações alterou não somente a forma material da produção, mas a subjetividade daqueles que vivem da venda da força de trabalho. E, nesse particular, a abrangência da reestruturação produtiva – ou da flexibilização das relações produtivas, como preferem alguns¹ – revela transformações que alcançam a morfologia da própria classe trabalhadora, assim como suas organizações sindicais e manifestações políticas.

Longe de pretender ser um estudo elaborado sobre o conjunto dessas transformações, este material propõe-se a contribuir com a compreensão desse processo a partir da disponibilização de dados e reflexões que subsidiem intervenções concretas na realidade. Afinal, se as condições materiais de existência da maioria dos trabalhadores empurram-nos para uma intervenção objetiva na realidade, ainda precisamos construir as condições subjetivas para essa intervenção.

Neste sentido além do presente Caderno que dá suporte teórico e histórico sobre a luta dos trabalhadores a partir da perspectiva marxista dialética, foram incluídos mais três artigos que dão conta de temáticas específicas, relativas às lutas

1. A opção pela “reestruturação produtiva” justifica-se pelo fato de que a “flexibilização” tanto das relações de trabalho quanto legislativa reflete aquela e não o inverso. É porque o modelo toyotista inaugura uma nova estrutura de produção e reprodução das relações de trabalho, que as investidas para a flexibilização das leis trabalhistas, da jornada laboral, da substituição do controle de tempo e trabalho pelo estabelecimento de metas etc. são promovidas. Em resumo: a flexibilização é consequência, não é causa.

dos trabalhadores. Assinado por Maria Clareth Gonçalves Reis e Raimunda Penha Soares, o artigo intitulado “Racismo no Brasil: o que a universidade tem a ver com isso”? Nesse artigo, as autoras problematizam o racismo e o combate deste, dentro e fora do espaço acadêmico. Analisando “As raízes das relações sociais de sexo”, Renata Gomes identifica que as relações sociais de sexo se inserem em uma trajetória histórica tecida pelos fios invisíveis dos fundamentos das opressões contra as mulheres. Por fim, o texto de Qelli Rocha, nomeado “Compreensão da assunção da categoria gênero para relações sociais de sexo e orientação sexual”, que problematiza a construção das identidades/subjetividades, levando em conta as construções binaristas das relações de gênero orientadas pela heteronormatividade, como constitutiva do sistema patriarcal-capitalista.

Na sequência desse material que agora apresentamos, será confeccionado um Caderno Suplementar dedicado à análise da implementação do projeto neoliberal no Brasil, a partir do levantamento empírico das leis e outras formas normativas aprovada no período de 1995 a 2016, relativas ao direito dos trabalhadores. Além da legislação, também foram pesquisados os boletins mensais do DIAP sobre o assunto e cobrindo o mesmo período.

Neste Caderno Suplementar, a atuação do ANDES-SN, através do acompanhamento das edições do Informandes (no mesmo recorte temporal) permite dimensionar a relevância e a combatividade do Sindicato Nacional, e especialmente no enfrentamento e na resistência ao neoliberalismo, independente dos governos de plantão.

Alair Silveira•

Lélica Elis Lacerda••

Maria Luzinete Alves Vanzeler•••

• Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN- alairssilveira@gmail.com

•• Profa. Depto. de Serviço Social UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN - lelicaelis@yahoo.com.br

••• Profa. Titular de Farmacologia do DCBS-FM UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT – ANDES/SN - vanzeler@terra.com.br - van.zeler@hotmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Alair Silveira, Lélica Elis Lacerda, Maria Luzinete Alves Vanzeler ..	08
---	----

PARTE I

CAPITAL & TRABALHO - Alair Silveira, Lélica Elis Lacerda, Maria Luzinete Alves Vanzeler ..	12
---	----

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA - Alair Silveira, Lélica Elis Lacerda, Maria Luzinete Alves Vanzeler	
--	--

I - A LÓGICA DO MODELO FORDISTA/TAYLORISTA	30
---	----

II - A LÓGICA DO MODELO TOYOTISTA	39
--	----

SINDICATO: TRABALHADOR COLETIVO ORGANIZADO - Alair Silveira, Lélica Elis Lacerda, Maria Luzinete Alves Vanzeler ..	56
---	----

PARTE II

A PLURALIDADE DA CLASSE TRABALHADORA - Alair Silveira, Lélica Elis Lacerda, Maria Luzinete Alves Vanzeler ..	90
---	----

RACISMO NO BRASIL: o que a Universidade tem a ver com isso? - Maria Clareth Gonçalves Reis, Maria Raimunda Penha Soares ..	92
---	----

AS RAÍZES DAS REFLEXÕES SOCIAIS DE SEXO - Renata Gomes da Costa	104
---	-----

COMPREENSÃO DA ASSUNÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO PARA RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E ORIENTAÇÃO SEXUAL - Qelli Viviane Dias Rocha ..	114
--	-----

PARTE I

INTRODUÇÃO

O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha? Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Ricardo Antunes, 1999.

Vivemos em tempos difíceis. E as maiores dificuldades desse momento histórico não decorrem apenas do aprofundamento das formas de exploração, opressão e exclusão, mas das debilidades de reações convulsas – como as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil – que não assumem a densidade necessária para transformar-se em resistência social mais efetiva.

Em que pese o refluxo da propalada globalização¹ (mais adequadamente denominada *mundialização do capital*, como preferem os franceses), o capital conforma o mundo *à sua imagem e semelhança*, como dizia Marx. Desta maneira, se a derrocada do Leste Europeu e a eliminação dos suportes que sustentavam a Guerra Fria permitiram ao capitalismo “vencedor” vender a ideia de aldeia global sob uma única lógica civilizatória, a globalização não transformou o mundo em um espaço menos desigual economicamente, nem tampouco em um espaço global de livre acesso para o conjunto da sociedade².

Concomitante à livre circulação do capital - principalmente com a derubada de barreiras alfandegárias e comerciais em países periféricos do capitalismo -, expandiram-se a intolerância, a miséria e as múltiplas faces da violência. Associada a esses movimentos, também foi estabelecida a política estatal dos muros

1. Plebiscito, recentemente realizado no Reino Unido (23/06/16), registrou a vitória de 51,9% do chamado Brexit [saída do Reino Unido da União Europeia], assim como o aumento do desemprego, da xenofobia e de ataques terroristas têm demonstrado crescente resistência social à “integração mundial” propagada pela “globalização econômica”.
2. A situação dos refugiados é ilustrativa de um mundo que produz, ininterruptamente, seres que se reconhecem e são reconhecidos pelo *não ter*. Não por acaso, nas últimas décadas, cresceram os movimentos dos “sem salário”, “sem moradia”, “sem terra”, “sem acesso à universidade” etc. No caso dos refugiados, trata-se dos “sem pátria e sem perspectiva” e, na maioria esmagadora das vezes, daqueles que ninguém (país) quer. Em julho/16, pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos em 22 países (inclusive Brasil) revelou “tendência global negativa em relação à imigração e aos refugiados”. Concomitante ao crescimento da rejeição é o crescimento do número de pessoas sem pátria. De acordo com a ACNUR (agência da ONU para refugiados), “no final de 2015 havia 65,3 milhões de pessoas deslocadas, sendo 21,3 milhões de refugiados, 40,8 milhões de descolados internados e 3,2 milhões de pessoas pedindo asilo”. **(Pesquisa revela alta rejeição a refugiados e imigrantes no mundo. Folha de S. Paulo (FSP), 11/08/16 – Mundo).**

e das cercas, visíveis ou imaginárias, que impedem o livre acesso de trabalhadores de países periféricos³ aos países centrais.

Embora o mundo globalizado dos discursos dominantes continue a frequentar o imaginário social, a realidade tem demonstrado um mundo mais fragmentado e desigual do ponto de vista econômico e político. Isto é, a dita globalização não eliminou a desigualdade das trocas comerciais, não promoveu a distribuição mais equitativa das riquezas produzidas, nem tampouco equilibrou as relações políticas entre os Estados. Ao contrário, aprofundou-as⁴.

Sob a perspectiva da liberalidade absoluta das relações mercantis mundializadas, o Estado é reformulado quanto às suas competências e responsabilidades. Assim, neutralizadas as fronteiras dos espaços nacionais de poder de *imperium* do Estado-nação (sujeitados aos ditames dos interesses de um mercado mundial abstrato), a estes cabe assegurar condições de legalidade e legitimidade nacional para o êxito das empreitadas do capital. Em outras palavras: ao Estado-nação cabe manter a funcionalidade das eleições periódicas das quais extrai legitimidade para exercer o Poder. E, como parte desse Poder, estruturar o ordenamento jurídico que convém aos livres movimentos do capital, de maneira a revestir-lhes da legalidade necessária.

Esse processo de globalização do projeto neoliberal (estruturado sobre a sacralização do mercado e a satanização do Estado) não representa, contudo, a reformulação homogênea do Estado em todo mundo. Como alertaram Hirst e Thompson (1998), Estados centrais mantêm-se soberanos, enquanto àqueles que pertencem à periferia capitalista é-lhes reconhecido a condição similar a de Estados federados, isto é, Estados autônomos.

A mundialização do projeto neoliberal (popularizada sob o termo ‘globalização’) não tem êxito garantido se não difundir – de maneira persistente e convincente – a ideia de que esse é um processo *inevitável, irreversível, inexorável, avassalador*. Para isso, precisa convencer a sociedade civil de que não há possibilidade de resistência, enfrentamento e transformação.

3. De acordo com Roger Plant, Chefe do Programa Internacional de Combate ao Trabalho Escravo da OIT (Organização Internacional do Trabalho), “Com a abolição das fronteiras, empresas investem em países onde o trabalho é mais barato, forçando produtores a reduzir custos. A primeira tentação do produtor é diminuir o preço da mão-de-obra, indo a regiões afastadas onde o uso do trabalho análogo à escravidão não é visto e muito menos punido.” (Globalização ajuda a agravar trabalho escravo, diz OIT. FSP, 28/3/2004 – A-5). As condições deploráveis de trabalho e remuneração das ‘maquiadoras’ mexicanas são exemplo clássico do movimento de ‘desterritorialidade’ produtiva [e destrutiva] do capital.

4. Estudos feitos em meados da década de 90 (que ainda não registravam a emergência econômica da China) Ocidental. De acordo com Hirst e Thompson (1998), a ‘triáde’ concentrava, aproximadamente, 75% da riqueza produzida, embora representasse menos de 15% da população mundial.

Não por acaso, reações sociais em vários países (inclusive centrais)⁵ têm assinalado um processo de esgotamento do discurso da “globalização”, posto que ele traduz (como parte da dinâmica do próprio capital, principal beneficiário da eficácia do discurso) desemprego, perdas salariais, vulnerabilização e precarização das relações de trabalho.

Em que pese o crescimento das reações coletivas que põem em xeque a inexorabilidade da globalização, os elementos estruturantes do neoliberalismo não perderam hegemonia⁶. Contribuem para este sucesso outros movimentos de abrangência mundial: a destruição da União Soviética e o discurso anti-socialista; a cultura da pós-Modernidade e, obviamente, a reestruturação produtiva. Consequentemente, a articulação desses vários movimentos de revitalização do capitalismo como único modelo civilizatório e do individualismo como centralidade da vida social produz um discurso de forte apelo ideológico.

A força dessa ideologia, que promove adesão e resignação, funda-se no partilhamento social tanto da premissa neoliberal que responsabiliza as organizações populares e sindicais dos trabalhadores pela crise do capitalismo no início dos anos 70 (crise do petróleo), quanto no sentimento de orfandade provocado pela derrota da experiência soviética que, associada ao projeto socialista, derrotou, também, no imaginário social, o socialismo como alternativa ao capitalismo. Na mesma esteira, soma-se a cultura pós-Moderna, baseada no individualismo, no relativismo, no fugaz e na estética⁷.

Neste contexto, se os culpados são os trabalhadores organizados, se o socialismo foi superado pela experiência histórica, se as organizações coletivas não levam a lugar algum, se não há o que fazer, se o que importa é cada um tentar fazer o melhor para se dar bem, se não é possível confiar em ninguém e muito menos em líderes sindicais e políticos (genericamente tratados como oportunistas ou radicais), o sentimento hegemônico entre os trabalhadores reflete, em verdade, os fundamentos ideológicos que sustentam o discurso da globalização, do neoliberalismo, do anti-socialismo e da pós-Modernidade.

5. Merece registro, nesse sentido, além das manifestações europeias, a campanha eleitoral americana, na qual os dois principais candidatos (Hillary Clinton, pelo Partido Democrata, e Donald Trump, pelo Partido Republicano) têm se posicionado contra o Tratado de Associação Transpacífico (TTP), em virtude da resistência social com relação às implicações desse Tratado sobre o emprego dos trabalhadores americanos.

6. Paradoxalmente, o sentimento anti-neoliberal que é discursivamente manifesto não representa oposição aos fundamentos do neoliberalismo. Consequentemente, em que pese os custos sociais do neoliberalismo e a condenação a ele, as alternativas predominantes às crises têm sido seu aprofundamento.

7. Em razão do objetivo desse fascículo, a globalização, o neoliberalismo e a cultura pós-moderna não serão aprofundadas nessa oportunidade, embora sua compreensão seja fundamental.

O esvaziamento das lutas sociais; a associação entre “maturidade” e adesão à ordem; o apelo à democracia como ausência de divergência e embaite político; a crença na superioridade das alternativas individuais em detrimento das coletivas; o imediatismo das soluções em prejuízo das perspectivas de médio e longo prazo; e tantas outras formas por meio das quais a resistência está sendo enterrada nesses dias tão sombrios, também são tempos preches de possibilidades contrárias.

Entretanto, como o novo não é gerado sem o conhecimento sobre o velho, é preciso compreender esse momento histórico, dissecá-lo, apropriar-se dos seus elementos estruturantes, subvertê-lo. Quanto mais o relativismo pós-moderno renega as metateorias da Modernidade, o individualismo egoísta ironiza as alternativas coletivas, a adesão à lógica do capital tripudia sobre qualquer alternativa anticapitalista, maior é a responsabilidade daqueles que pretendem transformar essa forma excludente de sociabilidade.

Como alertava Marilena Chauí (1989), para destruir o discurso ideológico é preciso preencher suas lacunas, seus espaços em branco; dizer o que deve ser omitido; revelar o que precisa manter-se incompreensível; estabelecer os nexos que o discurso oculta para impedir a compreensão; identificar os sujeitos históricos que se beneficiam desses discursos. Somente o *contradiscurso* pode enfrentar a eficiência do discurso (1989). Esse é o árduo, porém, necessário papel daqueles que se insurgem contra o discurso que suaviza na retórica a brutalidade que executa.

Alair Silveira

Lélica Elis Lacerda

Maria Luzinete Alves Vanzeler

CAPITAL & TRABALHO

Alair Silveira•

Lélica Elis Lacerda••

Maria Luzinete Alves Vanzeler•••

A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.

Karl Marx, 2004

Acompanhamos em nosso cotidiano, diversos e constantes ataques a nossos direitos enquanto trabalhadores assalariados: compressão de salários, flexibilização das leis trabalhistas submetendo a classe trabalhadora a condições cada vez mais degradantes de trabalho e de vida. A tendência é trabalharmos cada vez mais, recebermos salários cada vez mais comprimidos e termos cada vez menos proteção social estatal; seja pela restrição de direitos trabalhistas, seja pelo desmonte de políticas públicas como previdência social, saúde, educação etc.

Compreender estes ataques aos trabalhadores requer apreendermos a dinâmica intrínseca à sociedade capitalista sob a crise estrutural do capital (MESZÁROS, 2011). Para tanto, o objetivo desse primeiro Caderno é refletir sobre os fundamentos da dinâmica do capital e alguns aspectos de suas transformações históricas, avançando até a forma dominante de capital financeiro. De acordo com Harvey (1992) é com o desvelamento do capital do financeiro que se explicam as contrarreformas, inclusive do Estado, a ideologia neoliberal e a flexibilização das relações trabalhistas.

• Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN- alairssilveira@gmail.com

•• Profa. Depto. de Serviço Social UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - lelicaelis@yahoo.com.br

••• Profa. Titular de Farmacologia do DCBS-FM UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - vanzeler@terra.com.br - van.zeler@hotmail.com

A crise do capital e o desmonte dos direitos dos trabalhadores

Muito embora sejamos professores e não atuemos no setor produtivo da economia (em atividades de constituição de novos valores de uso que possuam valor de troca), neste tópico, partimos da análise de Marx sobre o setor produtivo da economia, na qual o autor evidencia alguns aspectos intrínsecos à dinâmica do capital. Caminho através do qual podemos compreender as verdadeiras e mais profundas razões do corte de direitos vivido pela classe trabalhadora neste início de século XXI.

Explica o autor que em um período mais primitivo do desenvolvimento produtivo humano, a produção e o consumo se davam dentro da mesma esfera, seja nas terras lavradas por braços escravos ou servos. A partir da manufatura e, posteriormente, pelo maquinário das fábricas, foi possível a produção de excedente capaz de permitir a troca de produtos de outra natureza de maneira a sanar outros tipos de necessidades.

A troca de excedentes estimulou o aumento da produção e, por consequência, a transformação do produto em mercadoria, isto é, a transformação do valor de uso, simultânea e concomitantemente, em valor de troca, nas relações mercantis. Por consequência, o intercâmbio dos produtos do trabalho. Assim, mercadoria é todo valor de uso (fruto do trabalho humano) que assume também valor de troca.

Para haver a troca mercantil, é necessário que haja um meio de se estabelecer comparação entre as diferentes mercadorias para que possa haver a troca de equivalentes (por exemplo, uma caneta poder ser trocada por duas borrachas). Marx defende que é a média social de tempo de trabalho gasto na produção da mercadoria que estabelece seu valor. Assim, se uma caneta tem o valor duas borrachas, isso significa que se gasta, em relação à caneta, o dobro de tempo para fabricar a borracha.

No processo de trocas, a introdução de mercadorias não perecíveis como equivalente universal (dinheiro) permitiu não somente o estímulo ao aumento da produtividade (visto que não se corria o risco de perder o excedente produzido e não permutado), mas, também, a capacidade de entesouramento.

Explica Marx que neste ponto de desenvolvimento econômico, na troca mediada pelo mercado, todos se apresentam como possuidores de mercadorias. Os diferentes produtores de mercadorias diversas para suprir necessidades igualmente múltiplas, se relacionam no mercado. Cada qual vende sua mercadoria para obter

dinheiro e adquirir outro tipo de mercadoria para sanar necessidades de outras naturezas. Esquemáticamente, Marx representa este tipo de intercambio desta forma: M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria).

O desenvolvimento desta relação leva a um salto qualitativo nas relações mercantis, de tal forma que o acúmulo de dinheiro permitiu que este fosse investido em mercadorias para se extrair mais dinheiro que o inicialmente investido. De forma esquemática: D-M-D', sendo D' maior que D.

Esta é a fórmula fundamental da produção e reprodução do capital: extrair mais dinheiro do que aquele inicialmente investido para a produção de mercadorias. Por isso, para manter a sanidade econômica de seus empreendimentos, precisa extrair das relações econômicas lucros sempre ampliados. E como o capitalista consegue fazer isso? Através da exploração da única mercadoria capaz de gerar mais valor do que aquele pago por ela: a força de trabalho. Se é o tempo de trabalho humano que gera valor, então o aumento do capital (apropriado pelo capitalista) origina-se na exploração do trabalhador, através do tempo de trabalho não pago (mais-valia). Assim, todo salário esconde em si a exploração do trabalhador, omitindo o tempo de trabalho não pago.

Afinal, como demonstra Marx, nas relações capitalistas produtivas, é necessário o investimento de capital tanto nos meios de produção (capital constante, materializado em estrutura física, máquinas, matérias primas etc.) quanto em contratação de trabalhadores capazes de movimentar esses meios (capital variável). À diferença daquele capital (constante), o capital variável representa a capacidade dessa mercadoria especial (força de trabalho) de gerar mais valor, permitindo a obtenção de um capital maior que aquele investido ($D' > D$) através da apropriação de trabalho excedente não pago que é incorporado ao capital.

[...] A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. (MARX, 2011, p.716-717)

Neste processo, o trabalhador reproduz o seu próprio valor como salário e proporciona trabalho não-pago, reproduzindo a riqueza como capital. O salário, assim, pressupõe trabalho não-pago ao trabalhador e, portanto, um acréscimo salarial significa diminuição do tempo de trabalho não-pago e ocorre dentro do limite que não atrapalhe o sistema.

Destaca Marx que embora a mais-valia seja exclusivamente produzida por meio da exploração do trabalho, com o desenvolvimento das forças produtivas (novas tecnologias, maquinários etc. e habilidades da força de trabalho), existe um deslocamento de investimento do capital variável para o constante (com o incremento de tecnologias mais complexas e caras), provocando diversos desdobramentos para a sociedade como um todo, embora de forma diferenciada para capitalistas e trabalhadores.

O crescimento do capital constante não representa, entretanto, a independência do capital em relação à extração de mais-valia e, por conseguinte, à dispensabilidade da força de trabalho como fundamento originário do lucro. Desta forma, a mudança da proporção entre capital constante e capital variável revela formas mais elaboradas de extração de mais-valia, organizadas sob a intensificação (redução da porosidade) do trabalho e a combinação de mais-valia absoluta (extensão do tempo de trabalho) e mais-valia relativa (extraída da otimização do tempo de trabalho pela utilização de máquinas e tecnologias).

Tem-se, dessa maneira, que se do ponto de vista da composição do capital, há um aumento substancial do capital constante em detrimento do capital variável (gerando aumento crescente de desemprego), do ponto de vista dos trabalhadores há um processo crescente de precarização das relações de trabalho, concomitante à intensificação do tempo de trabalho.

Desta forma, se a acumulação de capital implica em movimentos distintos, porém, combinados, de concentração (aumento de capital constante para poder participar da concorrência, com conseqüente aumento capital social) e de centralização (a qual expõe a dinâmica da união e/ou absorção de capitais já existentes). Essa dinâmica revela tanto o processo de reprodução social (e orgânica) do capital⁸, quanto as relações de concorrência que a mobiliza e, conseqüentemente, reverbera tanto entre capitalistas (muitos deles sugados nesse processo) quanto entre trabalhadores e consumidores em geral.

A concorrência que fomenta a concentração de capital e permite, também, sua centralização nas mãos de poucos, provoca mais do que conseqüências nos preços das mercadorias. Ela promove, por meio da concentração e da centralização, condições cada vez mais restritivas à competição pelos pequenos capitais,

8. Este é o princípio que vai culminar na globalização-mundialização do capital e na formação dos monopólios (VALÊNCIA, 2009; MÉSZÁROS, 2009). Lênin (2016) explica que os monopólios levam à fusão do capital industrial e bancário, fundando oligarquias financeiras que exercem ação imperialista sobre todo o globo. Sob a égide imperialista, fase superior do capital, o capitalismo chegou a uma situação na qual a um punhado de países particularmente ricos e poderosos saqueiam todo mundo.

posto que não dispõem de capital suficiente para investir em maquinário, pesquisa e tecnologia capaz de mantê-los competitivos em um mercado extremamente volátil. Ao mesmo tempo, esses pequenos capitais, por não disporem de capital para investir crescentemente em capital constante, são os principais empregadores de força de trabalho e, portanto, fonte importante de extração de mais-valia.

O capital, entretanto, para poder garantir a dinâmica da sua própria reprodução, precisa cada vez mais reduzir o tempo da sua rotação produtiva e, para isso, precisa fazer uso, crescente, de crédito como meio de antecipar a conclusão da própria rotação. Neste processo, o crédito que no início parecia ser um modo modesto de auxiliar a acumulação, tornou-se “*uma arma nova e terrível na luta da concorrência, e transforma-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização de capitais.*” (MARX, 2011, p.730)

Assim, em que pese o ideal de independência do capital em relação àqueles que lhe permitem a própria reprodução, isto é, os trabalhadores, o capital produtivo permanece refém da mercadoria força de trabalho. Afinal, a capacidade de criar valor (trabalho vivo) é uma especificidade dessa mercadoria que, diferentemente das demais, não se limita a transferir o valor (trabalho morto) nelas contido.

Consequentemente, se de um lado houve a expansão da forma creditícia (bancária, financeira) e fictícia de capital, de outro, houve a expansão da exploração da força de trabalho, especialmente sob relações de trabalho precarizadas e mal remuneradas. Trata-se, nesse sentido, de uma combinação social e economicamente explosiva que articula números elevados de desempregados, empregos instáveis e precários e a intensificação do tempo do trabalho, revertendo-se no aprofundamento da extração de mais-valia tanto absoluta quanto relativa, em que pese os avanços em maquinário e tecnologia.

O incremento da produtividade (mais mercadorias em menor tempo) implica menor fração de trabalho (isto é, tempo de trabalho socialmente necessário) para cada unidade e, com isso, a redução do valor da mercadoria. Consequentemente, há a compressão da extração de mais-valia, o que provoca a demanda (pelo capital) pela redução do tempo de giro das mercadorias, de maneira a compensar a tendência de queda da taxa de lucro através da obsolescência crescente das mercadorias, associada à criação de necessidades artificiais.

Dessa maneira, se por um lado necessita ampliar mercado, de outro, precisa contrair os salários dos trabalhadores e centralizar capital dos concorrentes, o que dificulta cada vez mais a ampliação de mercado e compromete a saúde financeira de suas empresas. Por decorrência, existe a tendência de se constituir

um excedente econômico cada vez maior que encontra cada vez maior dificuldade para se realizar, explodindo em crises de superprodução.

Este conjunto de contradições, de acordo com Marx, leva o capital a crises cíclicas de superprodução, na qual o capital não consegue encontrar mercados onde investir seu excedente para extrair dinheiro acrescido, não chegando ao índice de lucros necessário à sanidade econômica de suas empresas, provocando crises. A cada crise do capital, o resultado final será sempre (e de forma cada vez mais ampliada) o empobrecimento da classe trabalhadora de um lado, e a centralização de capital de outro, destruindo os capitais menores e aumentando o dinheiro e poder dos oligopólios⁹; ao mesmo tempo em que repõe, de forma ampliada, as contradições inerentes ao capital.

Explica Harvey (1992) que a crise de 1929, enquanto crise de superprodução, era oriunda da falta de demanda, falta de consumidores que viabilizassem a realização da massa de capital necessário ao grau de desenvolvimento produtivo da época. Neste período a saída para a crise foi buscada no setor produtivo: era necessário gerar consumo para gerar lucro.

A solução no setor produtivo foi a organização fordista da produção, levando ao controle rigoroso do trabalho em linhas de montagem de alta produtividade, aliado a bons salários e tempo livre para o consumo. Além destas mudanças, diante da crise de superprodução do capital, as medidas tomadas para seu enfrentamento foram:

1. Manutenção das qualidades anárquicas do mercado de fixação de preços, de modo que eles possam tanto queimar capital reduzindo preços abaixo do valor real até quebrar sua concorrência; quanto, ao possuir o monopólio do mercado, instituir preços muito acima do valor real;

2. Controle sobre a força de trabalho num sentido psicossocial, reproduzindo o ideário burguês e seu fetiche da mercadoria da confusão da realização pessoal com prestígio social adquirido por meio do consumo de determinados tipos de mercadoria e serviços, impondo necessidades artificiais aos cidadãos-consumidores apassivados;

9. Segundo Lênin (2016), os anos de 1860-1870 foram o ponto culminante do desenvolvimento da concorrência. A primeira crise de superprodução capitalista - em que cartéis aparecem e são compreendidos como fenômenos passageiros - foi em 1873. Já na crise de 1900-1903, os cartéis passaram a ser e nova base econômica do capital, chegando ao imperialismo, fase superior do capital. Nessa condição, o capital se transforma num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro de imensa maioria do planeta por um punhado de países avançados (LÊNIN, 2014) por monopolizar meios de produção, trabalhadores e fundos de capital produtivo e financeiro.

3. Controle macrossocial mediante funções cada vez mais complexas do Estado (funções ao Estado), conforme destacou Harvey (1992), com a articulação entre fordismo e keynesianismo, de maneira a estabelecer, por meio de medidas extra-econômicas, alguma conexão dialética entre produção, consumo e necessidade (MÉSZÁROS, 2009);

4. Desvalorização das mercadorias, como a obsolescência programada das mercadorias, a queima de estoques ou a reconstrução de países devastados pela II Guerra (o que deu sustentação às décadas de crescimento econômico sob a vigência do regime fordista/keynesiano);

Nas décadas de ouro do capital, a crise de superprodução foi contornada pelo fordismo/keynesianismo, que através de forte incentivo estatal conseguiu promover um período de relativo equilíbrio entre lucros e consumo (idem, 1992), graças a novas funções assumidas pelo Estado para promover alguma relação entre produção, consumo e necessidade (MÉSZÁROS, 2009).

O pleno emprego e as políticas sociais (que hoje vem sendo destruídos) compuseram o Estado de bem-estar social na Europa que, ao lado das lutas sociais e sindicais para a consagração de direitos trabalhistas e sociais, constituem o rol de medidas de fomento ao consumo, servindo para reduzir o tempo de giro do capital ao subsidiar o consumo e reduzir o custo da força de trabalho para o capital.

Nesta dinâmica, o fundo público, tencionado pela contradição entre socialização da produção e apropriação privada do produto do trabalho social se utiliza de parte da mais-valia socialmente produzida para sustentar, num processo dialético, a reprodução do capital e da força de trabalho, socializando os custos da produção e agilizando os processos de realização da mais-valia (BEHRING, 2009).

Cresce a relevância do fundo público, constituído por parte da mais-valia extraída pelo capital e revertida ao Estado na forma tributária de impostos e contribuições; bem como do salário, sobretudo pelos impostos que incidem sobre o consumo. Ambos sãem do trabalhador, mas uma parte foi apropriada pelo capitalista e, a outra, é extraída do meio de subsistência do trabalhador.

Behring (2009, p. 53), citando Francisco de Oliveira, afirma a diferença cabal que o fundo público passa a desempenhar a partir das contradições do capital monopolista “[...] no capitalismo concorrencial, o fundo público comparecia como um elemento a posteriori; já no capitalismo contemporâneo, ‘a formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível”.

Muito embora a associação entre o modelo produtivo fordista e o Estado de Bem-Estar Social tenha comportado a experiência dos “trinta anos gloriosos”¹⁰, permitindo ao trabalhador um longo sonho com o capitalismo humanizado; o capital continuou revolucionando a si mesmo e, neste sentido, já no final da década de 1960, manifestou os primeiros indícios de uma nova crise de superprodução, deflagrada a partir da década de 1970.

Segundo Mandel, a crise do início da década de 70 é a manifestação da crise estrutural do capital. De acordo com o autor, essa crise expõe o processo de supercapitalização, isto é, o crescimento desproporcional de capital não valorizável (absorvido da relação produtiva que processa a extração de mais-valia) estreita ainda mais a relação de interdependência entre capital e Estado. De um lado, conforme observa Mandel (1985, p. 401), “*um número crescente de ramos da indústria depende exclusivamente dos contratos estatais para a sua sobrevivência*”. De outro, um Estado que cada vez mais depende dos recursos financeiros do mercado para fazer frente ao crescimento das demandas coletivas, que lhe atribuem não apenas a oferta de infraestrutura e suporte legal para o livre desenvolvimento do capital, mas, também, o atendimento às obrigações sociais através de políticas públicas de caráter social, conforme alerta Robert Kurz (1997).

Desta maneira, como a receita tributária não é suficiente para compatibilizar as responsabilidades sociais com aquelas prioritariamente exigidas pelo capital (condições infraestruturais adequadas, política tributária regressiva e, também, política de incentivos e renúncia fiscal atrativa), o Estado não apenas mantém – e expande a última – mas precariza e/ou privatiza aquelas de cunho social. Não o faz, entretanto, sem um processo crescente de endividamento junto ao capital, através de títulos públicos negociados nos mercados financeiros e, portanto, sob a regra da especulação de papéis. Nessas condições,

[...] uma tomada de crédito excessivamente elevada por parte do Estado, que limpa, por assim dizer, o mercado financeiro, pode produzir um efeito similarmente negativo sobre a conjuntura, sobre o crescimento e, nesse sentido, sobre toda a economia nacional, como uma tributação excessivamente elevada dos rendimentos. [...] então ele pode recorrer ao endividamento externo e servir-se nos mercados financeiros internacionais, uma vez pressuposta a sua solvência. (KURZ, 1997, p. 106-107)

10. É importante registrar que a experiência do Estado de Bem-Estar Social (também chamado Keynesiano ou *Welfare State*) responde a uma combinação entre direção política socialdemocrata e a necessidade de recuperar a economia capitalista (pós-29) frente aos resultados sociais da Revolução Russa (1917), os quais poderiam servir como referentes para os trabalhadores dos países capitalistas centrais.

Desta forma, se a crise manifesta nos anos 70 expõe a supercapitalização e as dificuldades intrínsecas do capital para re-engrenar movimentos de acumulação por meio dos movimentos de rotação (cada vez menores) de produção de mercadorias, por outro lado, o capital promove um processo progressivo de remuneração através de investimentos que, aparentemente, se descolam da esfera produtiva do mundo das mercadorias, embora suas “apostas” de lucro estejam nela referenciados.

Em outras palavras, se a origem do lucro, de acordo com Marx, está na esfera da produção, isso é, na capacidade de extrair do trabalhador mais trabalho (valor) do que aquele vendido por ele, convertendo-se em trabalho excedente não pago que, por sua vez, materializa-se em mais mercadorias cuja realização no mercado (venda) assegura aos capitalistas o embolso da parte relativa ao trabalho-não-pago, a supremacia do regime de “acumulação sob a dominância financeira”, como define Chesnais (2003, p. 48), pretende a realização do lucro sem lastro.

No centro do regime de acumulação [...] situam-se as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança política, mas, também, financeira, das operações de investimento financeiro. Isso tudo permite à finança desfrutar daquilo que se designa com o termo “autonomia da finança”, com o imenso poder social que essa autonomia lhe confere.

Em que pese, entretanto, o aparente descolamento da economia real, a dominância financeira está diretamente relacionada à aposta de lastro futuro. Trata-se, segundo Marx, de papéis que asseguram direitos à parte da mais-valia a ser produzida que, ao serem comercializados, tornam-se “*duplicatas de papel do capital real*” que carregam, além do valor da mercadoria, uma espécie de sobrevalor agregado, transformando-os, assim, em “*representantes nominais de capitais inexistentes*”.

Consequentemente, este patrimônio formado por títulos constitui um capital fictício, posto que é formado por “créditos”, isto é, “[...] *promessas sobre a atividade produtiva futura, que serão [...] negociadas em um mercado muito particular, que fixa seus preços segundo mecanismos e convenções bastante especiais*”, conforme registra Chesnais (2003; p. 63).

A impossibilidade do capital financeiro (e fictício) de descolar-se objetivamente da economia real coloca-a sob a ditadura dos movimentos especulativos

que não se coaduna ao tempo-espaço da produção e do trabalho. Por decorrência, a volatilidade das relações sociais e de trabalho perfazem esses tempos de dominância financeira. Assim como sua precarização crescente. Afinal, ao mesmo tempo em que é inescapável ao capital a independência do trabalho, a extração de mais-valia e a produção generalizada de mercadorias, também o é a necessidade de mercado consumidor para suas mercadorias cada vez mais descartáveis.

Explica Harvey (1992) que a tendência à superprodução é inexorável ao capital e para contê-la, absorvê-la ou administrá-la, o capital fictício se vincula a um tipo de acumulação flexível que prima por diversos mecanismos para burlar a tendência de queda da taxa de lucros dos negócios dos grandes monopólios. Para tanto, utiliza-se do deslocamento espacial (possível pelo desenvolvimento e barateamento dos meios de transporte e comunicação) que torna toda a superfície do globo um imenso mercado por onde se deslocar para encontrar as melhores condições de extração de mais-valia e consumidores.

Sob a lógica da mundialização¹¹ do capital, os baixos salários e as extensas jornadas de trabalho da América Latina e Ásia permitiram que empresas se deslocassem dos países centrais (onde os salários são maiores e as jornadas de trabalho menores) a estas regiões, se utilizando da extração de mais-valia absoluta. Por outro lado, quando os países centrais instalam seu maquinário moderno em países que não contam com esta tecnologia, extrêm maior mais-valia relativa em relação aos concorrentes (idem, 1992). Há que registrar, contudo, que junto ao movimento de deslocalização das empresas (cuja produção é cada vez mais fatiada em geografias distintas), também se observa um processo crescente de ‘terceiro-mundialização’ das relações de trabalho nos países centrais, com a precarização das relações laborais e salariais (VASAPOLLO *et al*, 2004).

Além de poder circular livremente por todo o globo terrestre de um extremo ao outro do planeta num clique, a característica própria do capital-fetiche é a de promover o deslocamento temporal: burlando os limites presentes do mer-

11. Nas palavras de F. Chesnais, o Regime de Acumulação com dominância financeira “[...] tem uma relação com a “globalização” ou, mais exatamente, com a mundialização do capital [...]. O regime de financeirização é uma “produção” dos países capitalistas avançados, com os EUA e Reino Unido à frente. Ele é indissociável das derrotas sofridas pela classe operária ocidental, bem como da restauração capitalista na ex-União Soviética, e nas pretensas “democracias populares”. Ele não é mundialização no sentido em que englobaria o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, do ponto de ser consubstancial a sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais. [...] Um processo de construção institucional internacional, tanto de fato quanto de direito, conduzido pelos EUA, o G-7, o FMI e o Banco Mundial [...] formalizado na Europa pelo Tratado de Maastricht e apoiado em seguida pela OMC, tornou a “adesão” dos pares obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua “inserção internacional” a sua mais simples expressão” (2003, p. 52).

cado, o capital fictício é um dinheiro sem lastro que permite especular encima de mais-valia do presente e futuro, tornando possível absorver parte do excedente do presente em ações que comprometem mais-valia futura em jogatinas especulativas que faz com que as expectativas de lucro sejam muito maiores do que o tamanho da economia real. De tempos em tempos o dinheiro especulado não consegue seu lastro na economia real e neste choque explodem crises conjunturais cada vez mais intensas.

Todo esse processo se reflete intensamente nas relações de trabalho e, por consequência, nas relações sociabilizatórias. Afinal, se o trabalho inserido no mercado de trabalho é a condição para o acesso ao mundo das mercadorias e para a valorização social (cruelmente graduada pelo status profissional definido de acordo com os stands salariais), a vulnerabilidade do emprego e a precarização das relações laborais se reproduzem sob outras formas conviviais.

Desta forma, a instabilidade¹², a volatilidade, a violência e tantas outras formas precarizadas norteiam a vida social, naturalizadas como expressão de tempos (pós)modernos, cuja referência é construída sob a obsolescência das mercadorias e a “vertigem” do capital¹³ fictício.

Nestas condições, as relações tendem a se barbarizar, já que a tendência é a generalização da classe trabalhadora ao tipo de superpopulação mais precarizada, tornando-se superpopulação estagnada se houver sorte, caso contrário, cai-se na indigência¹⁴.

Para manter em vigência uma sociedade em que 1% da população detém mais da metade da riqueza mundial, há que se manter um imaginário cultural e ideológico irracional e imediatista. Esta forma de vida propicia o surgimento da cultura pós-moderna que enxerga as multifacetadas do real de forma desconexa, desprezando qualquer perspectiva de totalidade.

12. Harvey (1992), o mercado de trabalho na acumulação flexível se divide em dois: um núcleo, cada vez mais reduzido, de trabalhadores formalmente contratados em tempo integral e protegido por direitos sociais; e o grupo dos flexíveis que também se divide em dois: um de contratação formal e alguns direitos sociais, porém, de salários achatados e rotativos, devido à falta de qualificação e à ampla disponibilidade de mão-de-obra. E aqueles trabalhadores em situação ainda mais precária, composto por subempregados, contratados por tempo parcial, com contratos por tempo determinado, sem proteção social e com baixos salários.

13. Nas palavras de Marx (1984): “*Todas as nações de produção capitalista são [...] periodicamente, assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção*”.

14. Marx (2011) diferencia três segmentos de superpopulação relativa: a) flutuante, que ora está inserido no mercado de trabalho, ora está desempregado, mas logo é reabsorvido; b) latente, que vivencia condições precárias de emprego e vida, aguardando condições propícias para migrar a outras fileiras proletárias, aceitando salários rebaixados. O autor dá o exemplo dos trabalhadores rurais; c) estagnada, composta por trabalhadores em condição totalmente irregular. Abaixo destes, apenas os indigentes, órfãos, degradados e inaptos a trabalhar.

Obviamente, a manifestação econômica e social dos movimentos do capital não se faz à revelia da política. Afinal, compreender a dinâmica da engrenagem que move a sociedade capitalista não significa creditar ao capital uma espécie de imunidade às determinações políticas e sociais. Esse “determinismo econômico” atribuído a Marx é, em verdade, um pressuposto de seus críticos, que precisam atribuir aos movimentos do mercado uma espécie de força incontável e avassaladora, que subordina a política e a sociedade, justificando, assim, os interesses de classe daqueles que, objetivamente, ganham com os movimentos do capital em mercados livres de “obstáculos” políticos e sociais.

Desta forma, o neoliberalismo é um projeto social e político que alcançou hegemonia¹⁵ justamente porque conseguiu aproveitar a crise para atribuir às organizações coletivas e sindicais dos trabalhadores e ao Estado de Bem-Estar Social a responsabilidade pela grave crise dos anos dos anos 70. À diferença dos anos 40¹⁶, quando as ideias neoliberais não conseguiram ressonância social (em plena vigência dos “*trinta anos gloriosos*”), nos anos 70 foi possível responsabilizar o Estado pelo excesso de intromissão no mercado e pelo excesso de garantias sociais (leia-se: políticas sociais), e, principalmente, pelo excesso de demandas por parte das organizações coletivas dos trabalhadores. De acordo com os novos liberais, esses “excessos” de demanda social e de Estado acabaram por provocar déficits públicos incontáveis, além do desestímulo à produção capitalista. Segundo essa lógica explicativa, a falta de liberdade para a livre iniciativa provocou a retração econômica, na medida em que os empresários não dispunham de liberdade de empreendimento e de assalariamento. Por decorrência, para os novos liberais, a resolução da crise estava não apenas no enxugamento drástico do Estado (privatizações e demissões de funcionários públicos), mas, especialmente, no desmonte das organizações coletivas dos trabalhadores e a consequente remercantilização da força de trabalho. A remercantilização das relações de trabalho implicaria tanto no estabelecimento dos custos do trabalho (salário) de acordo com a lei da oferta e da procura (abolindo pisos salariais) quanto na supressão da interferência estatal na definição do salário mínimo.

15. A hegemonia, de acordo com Gramsci, representa o equilíbrio instável entre consenso e força. Entretanto, na medida em que representa consenso torna-se determinado ideário, o consentimento social é parte preponderante nas relações hegemônicas, pois refletem a absorção de determinadas ideias como se pessoais fossem. Daí a sua força intrínseca.

16. F. Hayek publicou, em 1944, *O caminho da Servidão*, livro considerado o marco das ideias neoliberais.

Para os novos liberais, o Estado deve ater-se àquelas responsabilidades absolutamente inerentes à estatalidade (que refletem o “*mal necessário*” a ele atribuído): defesa externa, segurança interna e cumprimento dos contratos. Nessa perspectiva, o discurso é o de que o Estado deve abster-se de qualquer intervenção no mercado, assim como de suas responsabilidades sociais de caráter universalista. Por decorrência, as políticas universais devem transformar-se em políticas focalizadas, dedicadas a atender somente segmentos sociais economicamente vulneráveis, de maneira a garantir a ordem social e o mercado de trabalhadores de reserva.

De acordo com o projeto neoliberal, o mercado de reserva constituído por desempregados e subempregados, assim como os salários desiguais e ausência de políticas socialmente protetivas, são funcionais à concorrência¹⁷ e ao equilíbrio econômico, nos moldes (pós)modernos da ‘*mão invisível*’ de Adam Smith.

A questão central, contudo, é que a redução do Estado reclamada pelos neoliberais se restringe às suas responsabilidades sociais e não alcança os benefícios ao capital. Não por acaso, a intervenção do Estado na concessão de subsídios, isenções e incentivos fiscais ao capital cresceu na inversa proporção em que as políticas sociais foram reduzidas ou eliminadas.

Sob o argumento neoliberal do Estado perdulário e ineficiente, cabe à iniciativa privada a honorabilidade do crescimento econômico eficiente e, por decorrência, a natural “administração” do patrimônio público privatizado. Para o êxito desse argumento, há que transformar, também, direitos em serviços, tornando-os “obrigações concorrentes”, de acordo com as quais, o direito deixa de se constituir em uma garantia cidadã e conseqüente obrigação do Estado, para transformar-se em serviço concorrente entre os préstimos estatais devidamente sucateados e os serviços privados acessíveis àqueles que podem pagar por eles. A saúde, a educação, a previdência, as linhas de financiamento popular de bancos públicos e outros, são exemplos desse longo e abrangente processo de destruição do Estado sob o aspecto das suas responsabilidades sociais e do patrimônio público.

Assim, na era do capital financeiro¹⁸ a tendência é a de desmonte dos serviços de proteção social para se criar um enorme nicho de mercado (da previ-

17. Robert Castel (2010), ao analisar o ‘*ascenso das incertezas*’ nesses tempos marcados pela elevação do indivíduo como máxima referência societária, atenta para o processo de “descoletivização”, que mais do que identificar a recusa às formas coletivas de ação organizada, implicam na destruição das conquistas sociabilizatórias que marcaram as lutas sociais e as conquistas dos direitos sociais.

18. Revolucionário pela sua própria natureza, como identificou Marx, o capital, sob a égide da dominância financeira, promove mais do que a ‘criação destrutiva dos primeiros tempos: realiza a ‘neoliberalização da natureza’, isso é, a privatização, desregulamentação e/ou rerregulamentação do meio ambiente¹⁸ (BRAND, 2010), como forma de expropriação e acumulação. Nesse sentido, invade “[...] *sociedades ocultas nos refúgios das serras, florestas, desertos ou geleiras que a modernidade não havia se interessado em penetrar.*” (CECEÑA, 2010, p. 52).

dência privada dominada por imensos grupos financeiros, do ensino superior dominado por imensos oligopólios, da construção civil etc.) enquanto enreda o cidadão atomizado no rol da exploração do capital fetiche com sua mais-valia futura.

Para Yamamoto (2008), a mundialização financeira, sob diferentes vias de efetivação, unifica dentro do mesmo movimento processos que veem sendo tratados isoladamente. De acordo com a autora, estes elementos são interligados pelo capital financeiro que “[...] *integra na expansão monopolista, processos econômicos, políticos, ideológicos, que alimentam o crescente movimento de valorização do capital, realizando a subsunção real da sociedade ao capital*” (IAMAMOTO, 2008, p. 114).

Assim, é preciso atentar para os fundos públicos como instrumentos importantes para os negócios do grande capital, em que pese a existência de outros negócios muito mais rentáveis e com retorno muito mais rápido, como a indústria de armamentos ou o tráfico de drogas, os quais, de quebra, contribuem para a degradação humana¹⁹.

Mas o negócio mais certo e lucrativo e que prescinde de investimento em capital fixo ou variável é o da dívida pública, que a partir da hegemonia do capital fetiche passa a ser o mais poderoso instrumento de dominação política e econômica moderno do imperialismo aos países dependentes, especialmente através da rolagem da dívida pública, “[...] *elemento central na política econômica e de alocação do orçamento público*” (BEHRING, 2009, p. 53).

O Brasil, por exemplo, que pratica as mais altas taxas de juros do mundo a pretexto de controlar a inflação, tem gasto mais de 40% de sua arrecadação com pagamento do juro da dívida pública. Impagável sob o ponto de vista objetivo, legal²⁰ e ético, a dívida brasileira tem participação ativa de banqueiros no Comitê de Política Monetária (COPOM)²¹, convidados, regularmente, a manifestar-se sobre a taxa básica de juros. Afinal, como denunciou Maria Lúcia Fattorelli com relação à dívida pública²² brasileira, após investigação da Auditoria Cidadã:

19. Mészáros (2009) observa que a indústria bélica faz de materiais como o metal artefato tão perecível como balas e bombas, isto é, uma mercadoria de curto tempo de giro, grande poder destrutivo e de dominação política.

20. De acordo com a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal (STF), a prática de “juros sobre juros” constitui prática ilegal.

21. Composto por diretoria colegiada do Banco Central, o COPOM foi criado em 1996, inspirado do Banco Federal dos EUA.

22. Nas palavras de Maria Lúcia Fattorelli: “*A dívida pública, de forma técnica, como aprendemos nos livros de Economia, é uma forma de complementar o financiamento do Estado. Em princípio, não há nada errado no fato de um país, de um estado ou de um município se endividar, porque o que está acima de tudo é o atendimento do interesse público. Se o Estado não arrecada o suficiente, em princípio, ele poderia se endividar para o ingresso de recursos para financiar todo o conjunto de obrigações que o Estado tem. Teoricamente, a dívida é isso. É para complementar os recursos necessários para o Estado cumprir com as suas obrigações. Isso em princípio*” (Revista Carta Capital, 09/06/2015).

A dívida brasileira assumiu um ciclo automático. Ela tem vida própria e se retroalimenta. Quando isso acontece, aquele juro vai virar capital. E, sobre aquele capital, vai incidir novos juros. E os juros seguintes, de novo, vão ser transformados em capital. É, por isso, que quando você olha a curva da dívida pública, a reta resultante é exponencial. Está crescendo e está quase na vertical. O problema é que vai explodir a qualquer momento. (**A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado**'. Revista Carta Capital, 09/06/2015).

O capital é, paradoxalmente, antropo e autofágico, pois se alimenta da inviabilidade da existência daqueles dos quais extrai a própria condição de existência. Desta forma, ao mesmo tempo em que precisa da força de trabalho da qual extrai mais-valia (posto que o capital fictício tem limites objetivos intransponíveis para remunerar a si mesmo), também precisa dispor de consumidores para suas mercadorias e receitas ao Estado para assegurar mais do que subsídios, incentivos, isenções e “socorros” financeiros a fundo perdido. Precisa do Estado (e das suas receitas) para atuar como garantia jurídica e política dos seus interesses maiores, para investir nas infraestruturas que utiliza para sua produção e, fundamentalmente, para garantir condições de legitimidade social a partir da qual converte interesses particulares em *pseudos* interesses coletivos.

Desta forma, quando o Estado opta pelo pagamento de uma dívida pública impagável; quando aprova contrarreformas que retiram direitos sociais e trabalhistas; quando ‘socorrem’ bancos sob o argumento de impedir o prejuízo de “pequenos correntistas”²³ ou o comprometimento da economia em geral, aqueles que estão à frente do Estado (Executivo e Legislativo, mais diretamente) estão afinados com os interesses do capital. Como justificou George W. Bush, em 24 de setembro de 2008, ao liberar 700 bilhões de dólares para socorrer grandes empresas que provocaram a crise deflagrada em setembro do mesmo ano:

23. O PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) em 1995, consumiu R\$ 1,25 bilhão de recursos públicos, sob o argumento de impedir a quebra do sistema financeiro nacional. Na prática, funcionou com a transferência da parte boa de bancos quebrados para outros bancos considerados saudáveis, enquanto o Banco Central ficava com a parte podre, ou seja, o que levava ao rombo e à quebra do banco.

Eu acredito muito na livre iniciativa, por isso o meu instinto natural é se opor a intervenção do governo. Eu acredito que as empresas que tomam más decisões devem sair do mercado. Em circunstâncias normais, eu teria seguido esse curso. Mas estas não são circunstâncias normais. O mercado não está funcionando corretamente. Houve uma perda generalizada de confiança, e grandes setores do sistema financeiro da América estão em risco. (**O mundo depois da crise de 2008**. Revista Época Negócios, 25/09/2013).

De acordo com Duran e Barizão (2012, p. 15), ao final o governo Bush disponibilizou US\$ 850 bilhões e Barack Obama outros US\$ 736 bilhões para “*grandes empresas privadas, principalmente bancos e holdings financeiros*”. A União Europeia (UE), consideradas as medidas em conjunto, totalizou quase três trilhões para ajuda às praças financeiras.

Se ao capital o socorro foi generoso, para os trabalhadores sobrou o desemprego e o aumento da vulnerabilidade social. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o número de desempregados, em 2015, alcançava mais de 197 milhões de pessoas. Para o ano de 2016, a estimativa é o aumento de mais de dois milhões. Como resumiu o diretor-geral da OIT, Guy Ryder:

Muitos trabalhadores e trabalhadoras estão tendo que aceitar empregos de baixa remuneração em economias emergentes e em desenvolvimento, mas também cada vez mais nos países desenvolvidos. E apesar da queda no número de desempregados em alguns países da União Europeia e nos Estados Unidos, muitas pessoas ainda estão sem emprego. (**OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017**. ONUBR, 19/01/2016).

Desta forma, enquanto o Estado é acusado de ineficiente e de hipertrofiado no que concerne às suas responsabilidades coletivas e políticas públicas de caráter social²⁴; ele é considerado eficiente e adequado para agir em defesa dos interesses do capital. Consequentemente, toda a ferocidade da crítica neoliberal ao déficit público limite à sua finalidade, isto é, **para quem** tais gastos são realizados e, principalmente, **quem deverá pagar** por tais déficits.

Nesse sentido, a crise do capital – que é também social – exige mais do que o desemprego, a vulnerabilização social generalizada, a precarização das relações de trabalho e o aprofundamento dos níveis de desigualdade social a partir

24. Na Europa, países como a França são constantemente palco da resistência social contra a destruição das políticas sociais, na medida em que constituem a experiência mais consistente do Estado de Bem-Estar Social. E, como ensinou Maquiavel (1513), povos que experimentaram a liberdade sempre terão motivos pelos quais lutar.

da redução dos salários; ela exige, também, a intensificação dos cortes orçamentários nos investimentos sociais (como saúde, previdência e educação, por exemplo), o aumento das concessões ao capital e a intensificação da política tributária regressiva. A crise exige, concomitantemente, o estreitamento da democracia procedimental aos seus mínimos indispensáveis, assim como a crescente criminalização dos coletivos sociais.

América Latina:

No processo de desenvolvimento desigual e combinado, à América Latina cabe a condição de desenvolvimento capitalista dependente. Atrelado à dinâmica do capital dos países centrais desenvolvidos, os países capitalistas dependentes ao mesmo tempo em que atuam de acordo com o *padrão de reprodução do capital de exportação especializada*, na definição de Osório (2012) - através de *commodities* - também constituem bases fundamentais da superexploração do trabalho e de extração de mais valia.

Sob a lógica das relações capitalistas de acumulação - que reserva aos países da periferia capitalista a condição dependente, porém combinada, de desenvolvimento²⁵ - a abundância de riqueza natural e a força de trabalho disponível para superexploração do trabalho associadas à reprimarização da economia e à implementação do ideário neoliberal, mantém, na atualidade, a América Latina na condição dependente das relações capitalistas de produção e reprodução social, atualizadas sobre a *'acumulação sob a dominação financeira'*, como definiu Chesnais (2003).

Integradas à lógica de exploração da força de trabalho como fundamento da extração de mais valia, a divisão internacional do trabalho também reserva aos trabalhadores dos países capitalistas periféricos as piores condições de trabalho, exploração e remuneração. Essas condições, contudo, não se restringem aos trabalhadores dos países dependentes, embora, nesses, essas relações sejam predominantes. Assim, como parte do desenvolvimento do capital e da hegemonia

25. De acordo com Valência (2009), é possível identificar, segundo o tipo de sociedade e formação econômica, a divisão mundial entre **países desenvolvidos** e **países dependentes**. Os primeiros caracterizam-se pela combinação de formas de exploração de mais-valia absoluta e relativa - como alavanca de acumulação do capital - o desenvolvimento da produtividade do trabalho pautado no desenvolvimento tecnológico. Os países dependentes, por sua vez, caracterizam-se pela exploração da força de trabalho através da extensão da jornada de trabalho e pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

neoliberal globalizada, evidencia-se um processo de ‘terceira-mundialização’ das relações de trabalho também nos países centrais.

Tem-se, dessa forma, que se do ponto de vista das relações de trabalho a precarização e superexploração alcançam os trabalhadores do mundo, essas relações não são homogêneas nacional e, tampouco, internacionalmente. Como parte da mesma processualidade dessas relações, o capital cada vez mais se emancipa das fronteiras físicas, enquanto, concomitantemente, reforça as fronteiras de classe.

Nesse sentido, o imperialismo não foi – como insistem alguns – um processo superado pela ‘globalização’, mas, ao contrário, foi por ela revigorado. Como identificava Lênin, a fusão do capital bancário e industrial que promove o capital financeiro, subvertendo a temporalidade produtiva sob a lógica das transações financeiras, revigora não somente a divisão internacional do trabalho, mas revitaliza as relações imperialistas que permitem a determinados países capitalistas centrais ‘organizar’ as relações internacionais sob a égide do capital financeiro, garantindo a exportação de capital e a consequente sujeição dos países dependentes ao pagamento de juros escorchantes.

Não por acaso, a dívida pública dos países dependentes transformou-se em grande sumidouro dos recursos públicos, em especial aqueles destinados aos gastos sociais. No caso brasileiro, o gasto com dívida pública consome mais de 40% do montante orçamentário. Considerando, por exemplo, o Orçamento Geral da União executado em 2015 (R\$ 2,268 trilhões), enquanto a educação absorveu 3,91% e a saúde 4,14%, a rubrica Juros e Amortizações da Dívida alcançaram 42,43%²⁶.

26. Dado disponível no site <http://www.auditoriacidada.org.br/>

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Alair Silveira•

Lélica Elis Lacerda••

Maria Luzinete Alves Vanzeler•••

I - A LÓGICA DO MODELO FORDISTA/TAYLORISTA²⁷

Ser capitalista não quer dizer apenas ter uma posição individual na produção, mas, desempenhar uma função social. O capital é o resultado de uma ação coletiva: só existe graças aos esforços conjugados de muitas parcelas da sociedade ou, em última análise, graças aos esforços conjugados de todos os membros da sociedade.

Karl Marx e Friedrich Engels, 1986

No início do século XX, o desenvolvimento das forças produtivas²⁸ refletiu um processo de racionalização da produção, como meio de garantir o aumento da produtividade e a eliminação da porosidade do tempo de trabalho²⁹. Se o aumento da produtividade tem por consequência o aumento das mercadorias disponíveis no mercado, a sua comercialização implica na materialização da mais-valia extraída no processo de trabalho e, portanto, na realização do lucro. Neste sentido, não se trata de acaso a introdução de métodos de maximização do tempo

• Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN- alairssilveira@gmail.com

•• Profa. Depto. de Serviço Social UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - lelicaelis@yahoo.com.br

••• Profa. Titular de Farmacologia do DCBS-FM UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - vanzeler@terra.com.br - van.zeler@hotmail.com

27. A denominação desse modelo deve-se às técnicas de produção e à organização do trabalho desenvolvidas pelos americanos Henry Ford (1863-1947) e Frederick W. Taylor (1856-1915), na primeira década do século XX.

28. As “forças produtivas” englobam tanto os meios de produção (ferramentas, máquinas, tecnologia, capital, terra, prédios etc.) quanto a força de trabalho. Mais do que a mera aferição de componentes, reflete a inescapável relação de correspondência entre o desenvolvimento dos meios e as habilidades exigidas dos trabalhadores para a operacionalização desses recursos produtivos. Neste sentido, é comum a referência ao *estágio de desenvolvimento das forças produtivas*.

29. A expressão “porosidade do tempo trabalho” revela a intensificação da exploração da força de trabalho. Para tal, é preciso controlar tempos e movimentos, de forma a garantir a redução do tempo necessário à produção, ampliando a exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a produtividade. Karl Marx. O Capital, 1984.

e do movimento do processo de trabalho, a partir do controle do próprio trabalhador.

Porém, da mesma forma, não basta aumentar a produção se não houver escoamento (venda) das mercadorias (veículos de mais-valia e, portanto, lucro). Para tanto, é preciso estimular e/ou “produzir”³⁰ necessidades de consumo nos indivíduos. Neste empreendimento, as peças publicitárias são fundamentais para criar um público consumidor ávido por mercadorias das mais diversas naturezas. A voracidade consumidora – habilmente alimentada – não pode ser saciada, posto que sua eterna insatisfação mantém o consumidor refém das novidades e apelos publicitários. Neste processo, alimenta o mercado dos proprietários das mercadorias (satisfazendo sua sede de lucro), assim como produz a obsolescência das mesmas, tornando-as “ultrapassadas” antes de realizar, plenamente, o valor nelas materializado.

O modelo fordista/taylorista representa um movimento produtivo originado na esfera da produção das mercadorias e que, por essa condição, tem sua plena realização no consumo realizado na esfera da circulação das mercadorias. Mais objetivamente: o produzido investirá na necessidade do seu consumo, realizando assim o escoamento necessário e, conseqüentemente, o lucro dos proprietários.

Se a compreensão de que o modelo tem seu processo desencadeado na esfera da produção nos auxilia a dimensionar as transformações que foram provocadas pelo Toyotismo, isso não nos deve levar ao equívoco de pensar nesta relação como um processo estanque, ensimesmado. Na medida em que a economia é um processo dinâmico, a geração de necessidades de consumo também gerará, reciprocamente, a necessidade de maior produção e, portanto, mais trabalhadores produzindo. Mais trabalhador empregado representa maior massa salarial em circulação no mercado e, portanto, maior demanda de consumo.

Para realizar esse amplo, articulado e dinâmico processo³¹, o modelo fordista/taylorista organiza-se, no espaço produtivo, a partir das seguintes premissas:

30. *A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.* (MARX. 1986; p. 41)

31. O que não representa, em absoluto, a inexistência de contradições decorrentes do processo produtivo. Seja do ponto de vista do conflito das relações de interesse entre classes estruturalmente antagônicas, seja do ponto de vista mais diretamente relacionado ao processo produtivo, cujas variáveis envolvem desde escassez de matérias-primas ao oportunismo de mercado dos proprietários, estimulado pelo aumento da demanda.

1 - Produção em massa e em série de mercadorias. Para tanto, precisa da produção em alta escala, colocando em circulação um conjunto de mercadorias padronizadas, e cuja massificação do consumo traduz-se como elemento identitário da sociedade capitalista. Nessa, os códigos de reconhecimento social estão diretamente relacionados à centralidade do trabalho, e sob a égide desses, demarcam-se os “níveis de cidadania”³² inscritos a partir da inserção no mercado de trabalho, das faixas remuneratórias e do status profissional. Os níveis de consumo, nesta perspectiva, refletem os níveis de cidadania assegurados pelo poder econômico que, por sua vez, somente são acessíveis aos trabalhadores quando absorvidos no mercado de trabalho. Eis sua indissociabilidade elementar e dialética: tanto o capital quanto o trabalho retroalimentam-se permanente e inescapavelmente. Em sociedades classistas e, neste caso, capitalista, não somente o capital extrai sua reprodução e ampliação da exploração da força de trabalho, quanto essa precisa ser explorada (absorvida pelo mercado de trabalho) para reproduzir e reproduzir-se.

2 - Amplas plantas de fábrica. A produção em massa e em série exige espaços produtivos amplos, capazes de absorver o grande número de trabalhadores necessários a essa produção. Para tanto, as fábricas erguem-se sobre extensa área física, capazes de comportar máquinas e trabalhadores, assim como toda a estrutura de serviços necessários à execução da atividade fim³³. Essa exigência de espaço físico responde tanto pela quantidade da produção, quanto pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pelo estágio de desenvolvimento das máquinas e tecnologias e, obviamente, pelas habilidades profissionais dos trabalhadores para operar tais meios de produção.

3 - Altos índices de emprego. Na medida em que a produção ajusta-se ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o qual, aliado ao modelo produtivo, determina a intensidade da produção e as formas de obter os resultados desejados, o modelo fordista/taylorista necessitava empregar uma grande quantidade de trabalhadores, não apenas para operar as máquinas, mas, também, para preencher as vagas daqueles serviços intermediários que contribuía para a realização da

32. Dentre os vários estudos que refletem sobre cidadania no Brasil, o de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), **Cidadania e Justiça**, tem sua importância reconhecida para além do fato de ser um dos pioneiros.

33. O destaque à chamada “atividade fim” deve-se à transformação provocada pelo Toyotismo, que terceiriza toda estrutura de serviços de apoio necessária à realização da finalidade para a qual se destina determinada empresa. A título de exemplo, consideremos um restaurante, cuja “atividade fim” é o fornecimento de refeições e que, para tanto, contrata os serviços de terceiros no que diz respeito à segurança, faxina, assessoria contábil etc.

atividade fim.

Desta forma, a comunhão entre produção em massa e em série com a demanda de amplos espaços produtivos capazes de comportar muitas máquinas e todas as demais estruturas necessárias à produção, resultou na absorção de amplos contingentes de trabalhadores, atingindo altos índices de emprego da População Economicamente Ativa (PEA).

4 - Demanda por trabalhadores não qualificados tecnicamente. Para operar máquinas não complexas, com operações repetitivas, o mercado de trabalho não demandava trabalhadores qualificados do ponto de vista técnico. Não por acaso, a educação de nível superior, de qualidade, e efetivamente formadora de alto conhecimento técnico era acessível a poucos. Na prática, restringia-se à classe capitalista e a parcelas significativas da classe média, como parte do investimento familiar de longo prazo³⁴.

Na estreita relação entre economia e educação, o modelo fordista/taylorista assegurou trabalho para um vasto contingente de trabalhadores não qualificados, na medida em que para amplos segmentos operários³⁵ a exigência do mercado restringia-se ao conhecimento das quatro operações básicas da matemática (adição, subtração, divisão e multiplicação) e das regras elementares da língua nacional. As atividades produtivas que exigiam maior qualificação eram reduzidas a uma pequena parcela de profissionais. Os trabalhos intermediários demandavam nível educação compatíveis. Consequentemente, os altos índices de emprego não resultavam dessas atividades intermediárias, mas do chamado *chão* das fábricas.

5 - Divisão entre Elaboração e Execução. A concentração de conhecimento técnico nas mãos de uma restrita parcela de trabalhadores qualificados implicava também uma articulada concentração de saber científico e de status profissional e remuneratório que garantia a poucos o trabalho intelectual de elaboração no processo produtivo. À grande massa de trabalhadores cabia a execução do trabalho elaborado por poucos.

Nessa cisão entre elaboração e execução, o trabalho assume a forma de fardo e não de atividade inerentemente humana, revelando, claramente,

34. A reestruturação produtiva e seus reflexos na educação foi objeto de análise do artigo intitulado **Educação: Sinônimo de qualidade ou quantidade?**, elaborado por Alair Silveira (2001).

35. A título de curiosidade, a palavra operário vem justamente da qualidade de quem opera a máquina. Nesta perspectiva coisificadora do homem, subordinado aos ditames da máquina, cabe a bela obra de arte de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*.

o processo de embrutecimento que o capitalismo promove sobre o trabalhador, convertendo-o em um apêndice da máquina. Essa forma de trabalho desumanizadora ultrapassa - conforme esplendidamente desvendou Marx - as fronteiras da exploração econômica e atinge a essencialidade humana, à medida que pressupõe que aquele trabalhador destituído de conhecimento técnico não pensa, não elabora ou racionaliza sobre os procedimentos de trabalho que realiza.

A premissa de que quem elabora não executa e de que quem executa não elabora, permitiu ao modelo fordista/taylorista uma introjeção divisionista por parte dos trabalhadores, que ultrapassou os limites das funções laborais. Contribuiu, significativamente, para que o olhar de um sobre o outro se detivesse na forma e não no conteúdo de classe. Reconhecendo-se, reciprocamente, como “classes”, sem nenhuma identidade estrutural, ambos os segmentos de trabalhadores têm diante de si, o monumental desafio de superar, ideologicamente, a desidentidade social e, construir a ação política classista.

6 - Controle do tempo e dos movimentos. Se a divisão entre elaboração e execução contribui para a desidentidade de classe, também a contratação de trabalhadores para controle e submissão de grupos de trabalhadores é um elemento importante desse processo. Como observou Marx (1984, p. 381)

Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados.

Para submeter os trabalhadores, forçando-os a diminuir a porosidade do tempo e a aumentar o ritmo de trabalho, cabe ao capitalista não apenas contratar aqueles que cumprirão o papel de gendarme da produção, mas estabelecer as regras para intensificação do ritmo de trabalho e o respectivo controle dos movimentos do trabalho.

Nesta perspectiva, todo o ritmo de trabalho é controlado de forma a extrair o máximo da capacidade produtiva dos trabalhadores, submetendo-os a controles de tempo que incluem até a quantidade de minutos (assim como o número diário de vezes) que o trabalhador despense para satisfazer suas necessidades fisiológicas, afastando-se da linha de produção.

7 - Trabalho parcial e especializado. Para maximizar a produção, o controle e a intensidade do trabalho, o modelo fordista/taylorista investiu na especialização do

trabalhador, não no sentido da capacitação intelectual, mas como aperfeiçoamento que resulta da atividade parcial e repetitiva de determinada operação. Especializado em uma única operação na linha de produção, o trabalhador adquire habilidade e rapidez na mesma proporção em que perde a dimensão da sua capacidade criativa e humana como trabalhador³⁶.

O desenvolvimento das habilidades que permite a redução da porosidade do trabalho e dos desperdícios, assim como a redução do tempo socialmente necessário³⁷ para a produção das mercadorias, garante não apenas o ingresso de maior número de mercadorias no mercado, mas as condições para a realização do lucro por meio da sua transação comercial.

Tal processo produtivo implica em maior desvalorização da força de trabalho e maiores ganhos para o capital. Como bem observou Marx (1984, p. 402):

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando para o capital em acréscimo imediato de mais valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente.

8 - Relações verticalizadas. O trabalho parcial e especializado, assim como a divisão entre elaboração e execução estruturam-se, claramente, sob uma rígida organização dentro do ambiente de trabalho. Essa rigidez expressa uma hierarquia de atribuições, remuneração e controle.

Na medida em que há uma concepção divisionista entre os que são pagos para pensar (e controlar) e aqueles que são pagos para executar, ambos os segmentos têm remuneração diferenciada, de acordo com o princípio valorativo que separa trabalhador braçal do trabalhador intelectual. Desta forma, o fordismo/taylorismo cristaliza relações hierárquicas verticalizadas, com poucas chances de mobilidade profissional.

36. O trabalho possui, segundo Marx (1984), uma dupla dimensão: Ele é manifestação material da própria capacidade racional do homem e, neste sentido, expressão concreta da sua personalidade; mas é também trabalho abstrato, isto é, resultado do processo de exploração da condição objetiva de desprovemento dos meios produtivos, o que obriga aos trabalhadores venderem sua força de trabalho como forma de garantir a sobrevivência. Ao vendê-la, porém, sua expressão pessoal concreta, materializada no trabalho, deixa de existir, posto que produz nas condições, formas e ritmos determinados por aquele que compra a força de trabalho. Nesta situação, o trabalho deixa de ser expressão de realização do homem para converter-se em desidentidade, estranhamento e alienação.

37. Se, como esclareceu Marx (1984), trabalho é o único elemento que está presente em toda e qualquer mercadoria, independente da sua forma material, o valor da mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Este *tempo de trabalho socialmente necessário, por sua vez, reflete o grau de desenvolvimento das forças produtivas*. Desta forma, quanto menor for tempo de trabalho socialmente necessário, menor é o valor da mercadoria.

9 - Trabalhador Coletivo e Organização Sindical. O espaço físico que concentra trabalhadores para garantir a produção de riquezas e extração de mais-valia é, também, o mesmo espaço que, contraditoriamente, forma o trabalhador coletivo e sua organização sindical. Como sintetizou Claus Offe (1984, p. 65),

A formação de sindicatos e de outras modalidades de associações de operários não é somente teórica, mas também historicamente uma resposta à “associação” que já se consumou, por parte do capital, especialmente na forma de fusão de numerosas unidades de trabalho “morto”³⁸ sob o comando de um empregador capitalista.

Neste sentido, o capital representa a primeira forma de organização dos trabalhadores. Em outras palavras, a convivência no mesmo espaço físico como exigência de um processo de trabalho parcial e desumanizador - mas que é também, forçosa e necessariamente, cooperativo - permite aos trabalhadores o desenvolvimento da consciência³⁹ do seu pertencimento de classe.

Desta forma, as organizações sindicais formam-se a partir da situação objetiva de exploração do trabalho social e, neste sentido, constituem-se em organizações de resistência e reivindicação coletiva. Consequentemente, os sindicatos são, fundamentalmente, organizações econômicas⁴⁰ que atuam nos marcos da ordem vigente. Entretanto, entre a finalidade jurídica dessas organizações e as suas posições ideológicas, há um espaço de decisão política que tanto pode caminhar para a adesão a um projeto socialmente transformador ou, ao contrário, manter-se como organização da ordem vigente, atenta apenas às questões econômicas da

38. Trabalho morto representa trabalho materializado em mercadorias, sob as suas mais variadas formas físicas. Diferentemente do trabalho vivo (força de trabalho), capaz de gerar valores novos, o trabalho morto apenas transfere para outras mercadorias valor cristalizado na sua forma material.

39. A consciência de classe, segundo Marx, reflete graus diferenciados de consciência: *consciência de classe em si* e *consciência de classe para si*. A primeira reflete a consciência que o trabalhador tem quanto à sua própria condição material de existência, que lhe obriga, assim como aos seus iguais, a vender a sua força de trabalho, nas condições do mercado de trabalho. Sua percepção não é propriamente política, mas econômica. A *consciência de classe para si* representa a compreensão econômica e política quanto às razões da existência de sociedade classista e, portanto, estruturalmente desigual e antagônica. Neste sentido, representa um estágio mais avançado de consciência, que impele à construção de um projeto de sociedade capaz de atender aos interesses da maioria e assim superar as contradições fundamentais que estruturam as sociedades classistas, firmadas sobre a exploração e dominação de classe. Como todo processo histórico dialético, a consciência não é linear, progressiva, evolutiva. Ela é descontínua e, muitas vezes, contraditória. Isto é, sofre avanços e recuos, conforme as experiências objetivas dos trabalhadores.

40. Na medida em que reivindicam maior participação da categoria na partilha da riqueza produzida nos limites do próprio capitalismo. Isto é, não têm por finalidade central a organização contra o modo de produção capitalista. Tal condição objetiva não representa, contudo, que sindicatos combativos não firmem fileira junto a partidos políticos que defendam o socialismo como alternativa social. Objetivamente, entretanto, partidos e sindicatos têm competências distintas. Enquanto os primeiros são veículos de projeto de sociedade que pretendem alcançar hegemonia social, os segundos representam interesses específicos de determinada categoria.

própria categoria.

Para direções sindicais de inspiração socialista, organizações sindicais são instrumentos fundamentais para, a partir da luta econômica imediata da categoria, construir a hegemonia do projeto socialista. Neste sentido, a luta sindical é tanto econômica, quanto tática (e, portanto, pedagógica) em direção a uma outra sociedade sem classes. Para direções sindicais de inspiração liberal (e suas variáveis de projeto⁴¹, nos marcos da sociedade capitalista), as organizações sindicais são estratégicas, isto é, a finalidade jurídica reflete sua finalidade política. Atuam nos limites imediatos das lutas sindicais específicas e, neste sentido, atribuem, politicamente, papéis distintos aos partidos e aos sindicatos.

A formação e consolidação de sindicatos, capazes de organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho e infundir-lhes o sentimento de pertencimento de classe foram imprescindíveis para a compreensão de períodos históricos de longa duração⁴², marcados por conquistas de direitos trabalhistas e sociais que, posteriormente, tornar-se-ão objeto da ação tanto do projeto neoliberal quanto da reestruturação produtiva. Como escreveu Mandel (1990, p. 27),

O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (sobretudo dos sindicatos) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sua combatividade. Daí as dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da compensação orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais valia a partir dos anos 60.

10 - Perfil predominante dos trabalhadores do modelo fordista/taylorista.

O perfil dos trabalhadores ocupados durante o período de prevalência do modelo fordista/taylorista é, predominantemente, masculino e industrial. Além disso, também o tempo integral das relações contratuais de trabalho constitui-se como característica fundamental.

Se o setor industrial foi o grande propulsor da sociedade capitalista, na medida em que a produção [...] *configura-se em imensa acumulação de mercadorias e a*

41. Trata-se, aqui, dos principais projetos políticos e sociais que orientam projetos de sociedade que, por sua vez, organizam os partidos políticos: liberalismo clássico, socialdemocracia, neoliberalismo e governança progressista (ou 3ª Via), nos marcos do capitalismo.

42. Ernest Mandel, no seu livro *A crise do capital - Os fatos e sua interpretação marxista* (1990), expõe os ciclos de expansão e retração/recessão capitalista, chamados de *ondas longas ou curtas*. De acordo com o autor (considerando-se o período estudado), no século XX, o capitalismo viveu uma *onda longa expansiva* no período que foi dos anos 40 ao final dos anos 60.

mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza (MARX, 1984, p. 41), a ocupação predominantemente masculina é um traço nada desprezível do perfil do trabalhador coletivo que daí emerge. Não apenas reflete relações de gênero reveladoras do preconceito e do papel histórico e culturalmente reservado às mulheres (enfrentado, particularmente, a partir das condições objetivas geradas pela Segunda Guerra Mundial), senão que traduzem um perfil socialmente reservado ao homem como provedor familiar e “chefe” da casa, e à mulher, o cuidado doméstico do espaço e das necessidades familiares, inclusive, cabendo a ela a responsabilidade pela educação dos filhos.

Antes de avançarmos para a análise das transformações que se processam no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva, é preciso registrar que o modelo fordista/taylorista não se consagra à revelia do contexto histórico, político e social do desenvolvimento capitalista.

Antes de tudo, articula a onda larga de expansão capitalista (inclusive do ponto de vista geográfico⁴³); a necessidade do capital de absorver parcelas significativas de trabalhadores para poder criar mercadorias e extrair mais-valia (em razão do estágio de desenvolvimento dos meios de produção); a cooperação do trabalho forçada pelo capital, que permite a criação de organizações sindicais de resistência e reivindicação; as experiências socialdemocratas no poder que, ao reconhecer a sociedade capitalista como classista, reconhece também a legitimidade das organizações de interesses tanto do capital quanto do trabalho; e, por fim, no plano mais subjetivo, a existência do socialismo como projeto alternativo ao capitalismo, capaz de orientar não somente as ações no campo dos sindicatos, mas também dos partidos e outros movimentos sociais organizados dos trabalhadores.

43. Como já antecipava Marx (1986, p. 22), na sua análise sobre a tendência inerente ao capitalismo: *A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.*

II - A LÓGICA DO MODELO TOYOTISTA⁴⁴

Essa violência, escondida na calma que ela própria instituiu, sobrevive e age, indetectável. Ela cuida, entre outras coisas, dos escândalos que ela própria dissimula, impondo-os mais facilmente e conseguindo suscitar uma tal resignação geral que já não se sabe mais ao que se está resignando: de tão bem que ela negociou seu esquecimento.

Viviane Forrester, 1997.

Ricardo Antunes (1995, p. 15) introduz excelente reflexão sobre *as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* com a seguinte afirmação:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.

As transformações às quais se refere Antunes respondem tanto pelas revoluções nas técnicas produtivas (tecnologia, robótica, automação, microeletrônica, comunicação), como aquelas que decorrem das formas de sociabilidade permeadas pelo aprofundamento da globalização e suas consequências para os Estados-nação; a derrocada do *comunismo realmente existente* e a marginalização do projeto socialista; a hegemonia do neoliberalismo e os ataques ao Estado de bem-estar social; a cultura pós-Moderna e, obviamente, a reestruturação produtiva.

No processo de permanente revolução dos meios de produção, das relações de produção e, conseqüentemente, da totalidade das relações sociais⁴⁵ (MARX; ENGELS, 1986, p. 21), o modelo toyotista⁴⁶ representa mais do que uma substituição do modelo produtivo fordista/taylorista: representa a subversão da sua lógica.

44. O Toyotismo muitas vezes aparece associado ao *Volvismo*. Essa não é a opção deste trabalho, dados os limites que essa experiência tem como modelo produtivo dominante, ao contrário do Toyotismo. A título de informação, o Volvismo surgiu na empresa automobilística sueca Volvo, em meados dos anos 80 do século passado. Sua origem remete à resistência dos jovens trabalhadores suecos ao modelo taylorista.

45. Nas palavras de Marx e Engels, *A burguesia só pode existir se constantemente revolucionar os meios de produção e, portanto, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais*. In Manifesto do Partido Comunista, 1986.

46. Surgido no Japão, na fábrica da Toyota, esse modelo será devidamente apresentado e analisado no decorrer deste trabalho.

Contraposta à lógica do modelo fordista/taylorista, o modelo toyotista⁴⁷ parte de um movimento inverso: não se trata de produzir mercadorias e depois “construir” a necessidade do seu consumo, mas, ao contrário, ajustar a produção às demandas do mercado. Essa inversão não significa, em absoluto, que a criação da necessidade de consumo (a cargo da publicidade e da propaganda) tenha perdido importância. Muito pelo contrário. Se o capitalismo caracteriza-se pela *produção generalizada de mercadorias*, como bem definiu Marx (1984), ele não pode prescindir dos recursos de convencimento social para realização da sua finalidade última que é a apropriação privada do lucro e, portanto, da mais-valia, por meio da circulação das mercadorias. Talvez em poucos períodos da história a imagem tenha tido tanta importância e espaço como hoje, em tempos de efervescência cultural pós-moderna.

Desta forma, o que o modelo toyotista introduz é a reversão da lógica anterior, fazendo com que a demanda seja orientadora da produção. Porém, o estímulo à geração de necessidades sociais (reais ou fantasiosas) a serem satisfeitas pela produção continua a ser atribuição dos recursos de propaganda, publicidade e marketing. Essa mudança, entretanto, não surge no vácuo histórico ou de elucbrações despropositadas. Pelo contrário, responde à situação concreta em que se encontrava o Japão no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em meio à crise econômica japonesa do pós-guerra, as empresas precisaram lidar com um fato objetivo: em períodos de crise, a escassez de recursos força os consumidores a serem parcimoniosos nos gastos e na satisfação de necessidades que não sejam essenciais. Nesta conjuntura, não há propaganda que dê conta de convencer consumidores a adquirir mercadorias supérfluas. É, portanto, nesse contexto que a fábrica da Toyota vai introduzir as mudanças que irão caracterizar o modelo toyotista (também conhecido como japonês).

Esse modelo também tem uma particularidade que, diferentemente das demais características que vão ser importadas e/ou ajustadas pelos demais países capitalistas, não foi absorvida como parte integrante do modelo: o emprego vitalício. Esse recurso, que mesmo no Japão está em crise, surgiu no final dos anos 50 como atrativo para a permanência dos trabalhadores na empresa, de forma a garantir compromisso com o aumento da qualidade e produtividade.

47. Importa registrar que a introdução do modelo toyotista não implica, necessariamente, na superação do modelo fordista/taylorista. Há países em que há a convivência de ambos os modelos e há outros em que existe um modelo híbrido, que articula elementos tanto do fordismo/taylorismo quanto do toyotismo.

Embora não tenha se generalizado, considerando que apenas as grandes empresas adotaram essa política, em torno de 30% dos trabalhadores japoneses têm estabilidade. Por outro lado, esse “estímulo” à intensificação do trabalho, eliminando eventuais porosidades no tempo de produção, provocará um outro efeito: o surgimento do *karoshi*, isto é, “morte súbita no trabalho” em decorrência do excesso de trabalho⁴⁸.

1 - Produção segundo a demanda. A produção em ritmo e necessidade demandado pela sociedade significa uma ruptura com a dinâmica produtiva anterior: ao invés da massificação e padronização das mercadorias, essas devem preencher o requisito da diferenciação⁴⁹, conforme especificidades de segmentos consumidores. Além disso, são produzidas de acordo com o consumo.

Para acertar o ritmo da produção, o toyotismo aprofundou a técnica de gestão importada dos supermercados dos EUA, conhecida como *kanban*, que implica na reposição das mercadorias nas prateleiras somente após a sua venda. Adequada à esfera da produção, o *kanban* representa a redução ou aumento do ritmo produtivo, a partir da demanda das mercadorias. Associado ao *Kanban*, é necessário também organizar todo o processo produtivo sob o princípio do *just in time* (que envolve tanto transporte e controle de qualidade quanto estoque), dentro do melhor aproveitamento de tempo possível.

2 - Redução das plantas de fábrica. Orientada para atender à demanda e beneficiada pelas descobertas científicas e tecnológicas que permitiram maior automação das fábricas, a produção pôde dispensar amplos segmentos de trabalhadores.

Liberadas da produção em massa e altamente dependente de quantidade significativa de trabalhadores, as empresas puderam demitir em massa, principalmente aqueles que formavam a base da produção: trabalhadores não qualificados tecnicamente. Mais ainda, as empresas procederam à reestruturação das próprias organizações e, assim, concentraram suas operações nas atividades fins, fechando departamentos e seções, com a respectiva demissão dos trabalhadores. Conseqüentemente, o mesmo movimento que demite e reestrutura as empresas é aquele que passa a generalizar a contratação de empresas terceirizadas.

48. Doenças e mortes ligadas à atividade profissional serão abordadas em outro momento desse trabalho.

49. O capitalismo estimula duas práticas sociais aparentemente contraditórias: de um lado, associa êxito social à quantidade de mercadorias que o indivíduo tem condições de adquirir; de outro, reconhece status diferenciado de poder econômico e social a partir da exclusividade ou acesso restrito a pequenos grupos no consumo de determinadas mercadorias.

Enxuta e com operação concentrada na atividade fim, as plantas das empresas passam a ser também, drasticamente, reduzidas.

3 – Desemprego Estrutural. As descobertas em tecnologia⁵⁰, robótica, comunicação, microeletrônica e automação, da mesma forma que reduzem o tempo socialmente necessário para produção das mercadorias, também promovem a expulsão de parcelas significativas de trabalhadores do mercado de trabalho.

A diferença central, agora, é que não se trata de um desemprego conjuntural⁵¹, sazonal, mas, estrutural. Isto é, reflete o estágio de desenvolvimento do capitalismo e a tendência, progressiva, de investimentos do capital para, contraditoriamente, livrar-se da dependência da força de trabalho.

Da mesma forma que o capitalismo - enquanto Modo de Produção - constitui-se em um sistema anárquico (na medida em que não há planejamento do ponto de vista da totalidade das relações econômicas) e, simultaneamente, caracteriza-se pela racionalidade das ações das unidades empresariais; também as grandes empresas investem, pesadamente, em pesquisas capazes de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário (aumentando a produtividade) ao mesmo tempo em que objetivam libertar-se da dependência de uma força de trabalho que é, desgraçadamente, política.

As contradições implícitas nesse movimento revelam uma aspiração impossível e, racionalmente, autodestrutiva⁵². Em que perspectiva? O capitalismo somente pode ampliar a circulação de capital (com lastro) se aumentar a produção de mercadorias e serviços disponíveis no mercado. Para aumentar a oferta de mercadorias, é necessário produzi-las e, para isso, precisa-se promover o encontro da força de trabalho com os meios de produção, na medida em que esses não criam mais valor do que têm materializado em si mesmos.

50. Segundo o Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *a modernização tecnológica do Brasil, a partir da abertura da economia, em 1990, resultou na eliminação de 10,76 milhões de empregos até 2001*. (FSP, 18/01/2004 - B-1). Conforme estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial, as relações de trabalho serão transformadas pelo avanço tecnológico, provocando a extinção de sete milhões de empregos até 2021 (**Tecnologia vai tirar 7 milhões de empregos até 2021, afirma estudo**. Vera Batista. Correio Brasiliense. 12/02/2018).

51. Com estimativa de 197,1 milhões de desempregados em 2015, o relatório de World Employment and Social Outlook - Trends 2016 (WESO) projetou: *Em 2016 está previsto um aumento de cerca de 2,3 milhões, o que levaria o número a 199,4 milhões. Já em 2017, mais 1,1 milhão de desempregados provavelmente serão adicionados ao registro global (OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017*. ONUBR, 22/01/16).

52. Trata-se da tendência à queda da taxa de mais-valia, identificada por Marx, n' *O Capital*. Essa tendência responde não pela racionalização do processo em sua totalidade, mas, ao contrário, como movimento de classe que aspira libertar-se dos trabalhadores como classe que enfrenta o próprio capital, e cuja forma mais direta de conflito se expressa na greve.

A particularidade da mercadoria força de trabalho é, justamente, sua capacidade de criar mais valor do que vende. E essa capacidade é realizada a partir do momento em que o trabalhador produz mais valor do que aquele necessário à sua reprodução. Trabalho excedente (dentro da própria jornada⁵³ de trabalho) representa mais-valia, e essa, a origem do lucro. Nas palavras de Marx (1984, p. 368)

A realização da mais valia já pressupõe a reposição do capital adiantado. Uma vez que a mais valia relativa⁵⁴ cresce na razão direta do desenvolvimento da produtividade do trabalho e que o valor das mercadorias varia na razão inversa desse desenvolvimento, uma vez que o mesmíssimo processo que barateia as mercadorias eleva a mais valia nelas contida, fica solucionado o mistério de o capitalista, preocupado apenas em produzir valor-de-troca⁵⁵, esforçar-se continuamente para baixar o valor de troca das mercadorias.

Essa contradição insuperável nos marcos do capitalismo apresenta-se como tendência de redução da taxa de mais-valia, não como eliminação da extração de mais-valia, mas como redução do número de trabalhadores explorados, embora o aprofundamento da exploração remonte, nos dias atuais, aos primórdios do capitalismo.

Neste sentido, o desemprego estrutural representa - do ponto de vista da totalidade das relações capitalistas - um processo de exclusão impressionante de trabalhadores do mercado de trabalho formal e, portanto, da rede de proteção dos direitos trabalhistas⁵⁶, tão arduamente conquistados. Porém, não significa que boa parte desses trabalhadores excluídos do mercado formal deixe de ser explorada. Trabalhadores autônomos, precarizados, informais, eventuais e de outras moda-

53. Márcio Pochmann (economista, professor da Unicamp e ex-presidente do IPEA) tem defendido que no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a jornada de trabalho deveria ser reduzida a 12 horas semanais, assegurando-se, ainda, o ingresso dos jovens somente a partir dos 25 anos de idade. Segundo ele, as *50 maiores empresas do mundo, por exemplo, têm um faturamento que é superior a cem países do mundo. Assim, vejo que a redução drástica da jornada de trabalho seria um elemento chave para compensar o desequilíbrio que estamos assistindo em termos da repartição da renda e da riqueza (Brasil - Márcio Pochmann: Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho. Adital - Notícias da América Latina e Caribe. IHU - Unisinos. 28/04/2008).*

54. Conforme definição literal de Marx (1984, p. 363): *Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho.*

55. Uma mercadoria somente realiza-se como tal, à medida que é, simultaneamente, valor de uso e valor de troca. O valor de uso de uma mercadoria refere-se à necessidade de ter utilidade para aquele que a adquire. Como valor de troca, revela-se na *relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam* (MARX, 1984, p. 43) e tais trocas somente são possíveis porque, abstraído o valor de uso de cada mercadoria (o que lhe dá especificidade), apenas o trabalho permanece como elemento constante em toda e qualquer mercadoria.

56. Os inúmeros ataques para subtração de direitos trabalhistas e sociais serão apresentados e analisados no Caderno dedicado às lutas sindicais.

lidades são poderosos fornecedores de mais-valia⁵⁷. Neste processo, as empresas terceirizadas detêm importante papel.

4 - Demanda por trabalhadores qualificados. À medida que a automação e a tecnologia substituem a maioria dos trabalhadores não qualificados tecnicamente, a demanda – comparativamente ínfima – passa a ser de trabalhadores tecnicamente qualificados.

Tem-se assim que, se no modelo anterior, o mercado de trabalho demandava trabalhadores não qualificados tecnicamente, no toyotismo, o mercado passa a requerer trabalhadores com conhecimento técnico elementar para operar máquinas, ferramentas e tecnologias de alto padrão. Essa necessidade, entretanto, não pode incidir sobre um mercado de trabalho não qualificado, posto que pela lei elementar do liberalismo econômico, a demanda encarece a oferta, elevando a remuneração dos trabalhadores tecnicamente qualificados⁵⁸. Como a lógica intrínseca do capitalismo é o máximo de exploração da força de trabalho, a existência de um mercado de trabalhadores de reserva, nos moldes das necessidades das empresas, é imprescindível.

Para atender a essa necessidade, é fundamental prover o mercado de mão-de-obra com os conhecimentos técnicos mínimos exigidos, a partir da mesma lógica que regia o modelo fordista/taylorista: a massificação do conhecimento técnico força a redução da remuneração da força de trabalho, da mesma forma que gera nos trabalhadores empregados a adequação às condições de trabalho impostas, na medida em que a concorrência – e, portanto, a ameaça constante de demissão diante de uma realidade de desemprego permanente – age sobre a subjetividade dos trabalhadores, convencendo-os do *privilégio*⁵⁹ de estarem empregados.

57. De acordo com Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, no período de 2001 e 2011, a parcela de pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas no mercado de trabalho brasileiro cresceu de 45,3% para 56%. Em 2011, entretanto, o contingente de mão de obra informal alcançou 44,2 milhões de pessoas, o que representava 22% da população brasileira, estimada em 193 milhões à época. **(País ainda tem 44,2 milhões de trabalhadores informais, estima IBGE.** Alexandra Saraiva e Diogo Martins. Revista Valor Econômico, 28/11/12).

58. Dados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) revelam que os trabalhadores com menor escolaridade são os mais vulneráveis ao desemprego. Trabalhadores com ensino médio e ensino superior, mesmo que incompletos, têm maiores chances de manter emprego e/ou conquistar oportunidades de trabalho formal. Segundo os números apresentados, aqueles com diploma universitário garantiram o melhor resultado. Porém, como informa o “*estudo Education at a Glance 2016, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), somente 14% dos brasileiros entre 24 e 64 anos haviam concluído o ensino superior até 2015.*” **(Trabalhador com menor escolaridade tem mais dificuldade para conseguir emprego.** Maiana Diniz. Agência Brasil. 13/07/2017).

59. Não por acaso, muitos sindicatos e centrais sindicais passaram a secundarizar a reposição salarial, centrando suas campanhas na manutenção do emprego.

Como a Educação sempre esteve articulada às exigências do mercado (não para questioná-lo ou enfrentá-lo, mas para ajustar-se), as reformas introduzidas pelos Estados atendem a essas demandas. No caso brasileiro, tanto a introdução da “aprovação automática” (propagandeada como sensibilidade frente às individualidades estudantis) atende às exigências de organismos internacionais para melhorar os índices de alfabetização e redução das taxas de evasão escolar (tornando o país mais competitivo no mercado das relações internacionais globalizadas), quanto a reforma universitária⁶⁰ inscrevem-se neste ajuste da educação às necessidades do mercado. Neste processo, é inevitável que a educação deixe de ser um *direito de todos e responsabilidade do Estado*⁶¹ para tornar-se “serviço” e, como tal, mercantilizável, de acordo com os recursos de cada um.

Para convencer a sociedade de que a educação é um serviço (obviamente não apresentado dessa forma, mas realizado sob essa lógica), é preciso consolidar o discurso da *democratização do acesso*. Sob os apelos da massificação de ingresso e de egressos⁶², o Governo Lula não somente criou o ProUni, que assegura um pacote de incentivos (leia-se renúncia fiscal) para os mercadores da educação privada, mas deu continuidade à política de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de sucateamento da universidade pública, de forma a quebrar-lhe a resistência e poder impor-lhe – sob o demagógico discurso de opção de adesão – as metas estabelecidas pelo REUNI.

Desta forma, sob o discurso da democratização da Educação, ela tem sido privatizada, sucateada e, principalmente, mercantilizada a partir da lógica da desigualdade que orienta o mercado. Esse discurso é tanto sedutor quanto eficiente. Primeiro porque ele *parece* satisfazer uma antiga e justa demanda social: o acesso universal à universidade. Segundo, porque ao “vender-se” como atendimento às demandas sociais, atende às demandas do mercado!

60. Como essa não é objeto deste trabalho, todos os inúmeros aspectos que envolvem a Reforma Universitária, que incluem desde Educação a Distância, Universidade Aberta, Professor Equivalente, ProUni e REUNI, assim como a integralidade dos aspectos e desdobramentos da Reforma Universitária podem ser pesquisados nos inúmeros artigos e estudos produzidos por estudiosos do assunto, assim como pelos documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) e pelo ANDES/SN.

61. O artigo 205 da Constituição Federal é explícito nesse sentido. Reza o artigo: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. No VII do artigo 206, *assevera garantia do padrão de qualidade*.

62. Na perspectiva da massificação sem qualidade (porém sob o discurso da *democratização do acesso*), o Decreto Federal nº 6.096, que instituiu o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), datado de 24 de abril/07, no seu artigo 1º estabelece como meta a aprovação de 90% dos ingressantes, no prazo de cinco anos.

No final das contas, os trabalhadores *pseudamente* formados tecnicamente, engrossam o mercado, forçando os salários para baixo (exército de reserva) e “convencendo” (pelo medo) os trabalhadores empregados a submeter-se às condições de trabalho que lhes são impostas. Mais do que isso: ao não proceder à diferenciação entre acesso e conhecimento, traduz como sinônimo o que não é: ingressar na Universidade não significa adquirir conhecimento técnico e crítico, capaz de assegurar os preceitos constitucionais de qualidade técnica e formação cidadã.

A massificação de acesso sem garantia de qualidade tem permitido a revitalização do discurso liberal que responsabiliza o indivíduo pelo seu desemprego⁶³. De acordo com esse discurso, a responsabilidade é exclusivamente do trabalhador (abstram-se, aqui, quaisquer referências às condições estruturais do capitalismo e às condições desiguais de formação profissional). Levantamento feito pela *Folha de São Paulo* (FSP), em agosto de 2006, mostrava que o MEC estava beneficiando 237 cursos ruins, que obtiveram as piores notas no ENADE (anos 2004 e 2005). Esse número corresponde a 48% dos cursos mal avaliados. Em 2013, levantamento realizado pelo Estado de Minas demonstrou que 40% da relação de cursos de graduação disponíveis aos estudantes foram avaliados como insatisfatórios (conceito 1 ou 2) pelas avaliações do MEC. Como reforçam as jornalistas, os estudantes “[...] *recebem bolsas integrais ou parciais. Em contrapartida, as instituições são beneficiadas por isenções fiscais.*” (**ProUni oferece curso reprovado pelo MEC.** Grasielle Castro e Mariana Mariz. em.com.br. 20/01/2013).

Esses dados, entretanto, não alteraram a política que orienta o PROUNI/FIES. Se em 2007 o montante de tributos não arrecadados em razão do PROUNI alcançava R\$ 126 milhões, esses valores foram multiplicados quase sete vezes em 2013. De acordo com dados oficiais, em maio de 2014 o Programa contava com a adesão de 1.232 faculdades e a concessão de mais de 1 milhão de bolsas. Porém, conforme estimativa do próprio Ministério, a isenção para o recolhimento de quatro impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) pelas instituições privadas⁶⁴ de ensino somou mais de R\$ 750 milhões em 2013 (**Só em 2013, fa-**

63. Em um dos mais sensíveis ensaios sobre o desemprego, Viviane Forrester (1997, p. 15) afirma: Todas essas recusas, essas rejeições em cadeia, não seria, sobretudo, uma encenação destinada a persuadir esses “solicitantes” de sua própria nulidade? Para inculcar no público a imagem de seu fracasso e propagar a ideia (falsa) da responsabilidade, culpada e castigada, daqueles que pagam pelo erro geral ou pela decisão de alguns, pela cegueira de todos, inclusive a deles? Para exibir o espetáculo de um mea culpa ao qual, aliás, eles aderem. Vencidos. [...] Entre esses despossuídos e seus contemporâneos ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos.

64. Parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) ao comentar a política de incentivos do Governo às ditas entidades filantrópicas afirma: Os maiores beneficiários da renúncia fiscal da União são universidades, colégios particulares e hospitais que, por sua clientela, desafiam a seriedade do conceito governamental de filantropia. (FSP, 01/07/2007 - B-7).

culdades ganharam R\$ 750 milhões de isenção de impostos com Prouni. Davi Lira. IG São Paulo. 28/08/2014).

Esses dados são ilustrativos da política de privatização (posto que na mesma proporção em que dá incentivos fiscais às faculdades privadas, subtrai recursos das universidades públicas, redefine o FIES⁶⁵ e libera as Fundações Privadas) e da eficiência do discurso da responsabilidade individual e do compromisso “democrático” do Estado. Tudo em sintonia com os interesses do senhor mercado que, agradecido, não tem “reagido mal” nem tampouco ficado “nervoso”⁶⁶.

5 – Terceirização⁶⁷. O mesmo movimento que enxuga a planta de fábrica e demite em massa é o movimento que promove a terceirização e a popularização dos PDVs (Plano de Demissão Voluntária).

À medida que as grandes empresas reduzem suas plantas de fábrica e concentram suas operações nas atividades fim, todos aqueles serviços necessários ao desenvolvimento dessa atividade fim passam a ser realizados por empresas contratadas. A esse processo denomina-se terceirização⁶⁸. As empresas contratadas, normalmente de pequeno porte e sem condições de competitividade, subordinam-se às condições que as grandes empresas impõem. Prestam serviços ou fornecem matéria-prima nas condições, preços e prazos impostos pelas empresas contratantes.

Para as grandes empresas capitalistas, que promovem esse movimento de *aparente* democratização econômica, há muitas vantagens: primeiramente livram-se de toda uma estrutura de investimentos que lhes exige, dentre outras coisas, qualificação permanente de seus trabalhadores, assim como a garantia de um conjunto de direitos trabalhistas que lhes impede de apropriar, no montante

65. Cabe aqui, analogamente, a fina ironia de Clóvis Rossi, quando do socorro dos bancos centrais aos bancos privados, durante a crise americana de 2007. Pergunta ele: *Não era feio dar dinheiro público para salvar empresas privadas em dificuldades? [...] Ah, era para evitar uma crise sistêmica, como gostam de dizer os economistas? Então tá [...] Arrisco muito, ganho muito, mas, na hora do aperto, vem o sétimo de cavalaria, disfarçado de banco central, salvar meu escalpo e socializar o prejuízo?* (FSP, 16/8/2007 – A-2)

66. O processo de satanização do Estado e desqualificação das políticas sociais de alcance universal promoveu também a sacralização do mercado, tratado como um ser sensível aos movimentos concretos que refletem interesses sociais antagônicos.

67. A análise do PLC 30/15 (de expansão da Terceirização) será feita no Caderno dedicado às lutas sindicais.

68. De acordo com DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), 20% dos trabalhadores com carteira assinada são terceirizados, considerado o universo de mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros terceirizados em 2013. Precarizados, os trabalhadores terceirizados conformam estatísticas impressionantes: 80% das mortes ocorridas no local de trabalho são de prestadores de serviço; recebem em média 27% a menos que aqueles com vínculos formais de trabalho; a média de “casa” é 2,6 anos frente à média de seis anos (**Brasil tem 12 milhões de trabalhadores terceirizados**. Rede Brasil Atual. 14/08/2013).

desejado, porções significativas de mais-valia e que, quanto mais organizada for a categoria, mais difícil impor.

Em segundo lugar, sob a aparente democratização econômica, foi – e é – amplamente estimulada a “libertação” dos trabalhadores do jugo dos patrões com o sedutor apelo discursivo da emancipação econômica garantida pela organização de micros ou pequenas empresas que teriam a garantia de firmar contratos com grandes empresas. Na maioria das vezes, essa garantia aparece associada aos *planos de demissão voluntária*, cujos atrativos variam desde o pagamento de x salários por ano trabalhado até percentuais incidentes sobre ano trabalhado e/ou montante do valor da rescisão contratual. Os ganhos empresariais com essa política não são difíceis de dimensionar: de um lado preservam as grandes empresas do desgaste social advindo do processo de reestruturação e as inevitáveis demissões em massa. Por outro lado, esvaziam as chances de resistência sindical de boa parte das organizações, na medida em que a adesão firma-se como “voluntária”.

Em terceiro lugar, sem os custos de investimento e administração, as grandes empresas mantêm-se dominantes no processo, estendendo às empresas contratadas a dinâmica que estabelecem internamente. Entretanto, na medida em que as relações de mercado e, portanto, concorrenciais, não ficam congeladas em função dos contratos firmados entre matrizes e empresas terceiras, essas micro e pequenas empresas acabam inviabilizadas em médio e longo prazos⁶⁹, posto que não dispõem de capital de giro nem tampouco de ativos para investir em novas tecnologias. Consequentemente, suas chances de manterem-se competitivas são exíguas. Porém, a responsabilidade pelo fechamento das empresas será debitada na conta dos micro e pequenos empresários que (tal qual os trabalhadores desempregados) serão convencidos da sua falta de preparo e qualificação⁷⁰.

Pressionadas pelas cláusulas impostas pelas contratantes, contratadas produzem em condições de trabalho precarizadas, na maioria das vezes sem amparo legal trabalhista e com extensas jornadas de trabalho. Cumprem, no entanto, fundamental papel econômico para concentração de riqueza nas mãos dos grandes capitalistas, não apenas porque contribuem para a precarização das relações de

69. No mês de outubro/2006, o IBGE publicou o primeiro resultado da série intitulada *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas*, que mostrava que para cada dez (10) empresas criadas no país, sete eram fechadas. (FSP – 12/10/2006 – B-3). Em 30 de outubro/2017, o site do SEBRAE de São Paulo informava: “*Em estudo realizado em 2013, o Sebrae Nacional apontou que 24,4% delas fecham as portas com menos de dois anos de existência. E esse percentual pode chegar a 50% nos estabelecimentos com menos de quatro anos.*” (<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD?origem=estadual&codUf=26>)

70. Não faltará aí espaço comercial para vender os cursos do SEBRAE e outras entidades voltadas para esse público culpado e desesperado.

trabalho e de remuneração, mas são instrumentos importantes para a extração de mais-valia relativa e, principalmente, absoluta.

6 - Superação da divisão Elaboração/Execução. Orientado pelo pressuposto pragmático de que quem opera as máquinas tem melhores condições de identificar eventuais problemas de desperdício e oferecer soluções simples e pouco onerosas, o modelo toyotista passa a explorar não somente o dispêndio de energia física, mas também intelectual dos trabalhadores em geral. Para tanto, passa a estimular espaços participativos, treinamentos intensivos e mecanismos de controle de qualidade, principalmente a partir da formação de grupos de trabalhadores.

As chamadas reuniões participativas, que contam com a participação indiscriminada de trabalhadores, alcançam outro objetivo fundamental do modelo: estimulam o sentimento de valorização pessoal, assim como de pertencimento ao coletivo da empresa (não de classe).

Desta forma, em que pese a elaboração técnica de alta qualidade ainda continuar, obviamente, sendo desenvolvida por poucos, a criação dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) têm papel estratégico no sentido de envolver grupos de trabalhadores do chão da fábrica, que passam a controlar a qualidade e a emitir opiniões sobre o processo.

Entretanto, como bem alertou Ricardo Antunes, a alienação do trabalho sob o toyotismo não é menos profunda. Ao capturar o pensar e agir do trabalhador de acordo com a lógica e os interesses do capital, o toyotismo processa o envolvimento cooptado que, aparentemente, elimina a separação entre o pensar e o executar, mas, na verdade,

[...] a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. (1995, p. 34).

Isto é, por mais que as reuniões participativas façam parte da dinâmica do modelo, as decisões de fundo continuam restritas ao próprio capital ou, quando muito, aos seus representantes confiáveis.

7 - Controle coletivo do trabalho. O modelo toyotista possui várias competências (do ponto de vista dos interesses do capital), porém, a mais impressionante

é a capacidade desse modelo de transformar o aprofundamento das formas de controle e maximização da exploração do trabalho em atribuição dos próprios trabalhadores.

Se o modelo fordista/taylorista era explícito quanto aos objetivos e às formas de exploração e controle, no modelo japonês, o desgaste da empresa – na pessoa das chefias – e a provável resistência dos trabalhadores contra tais formas passam a ser diluídas e praticamente eliminadas, na medida em que o processo de envolvimento do conjunto dos trabalhadores promove a ocultação da exploração e do controle, na mesma proporção em que a aprofunda. Assim, na medida o controle dá-se por meio do estabelecimento de metas (de produtividade⁷¹), e essas são de responsabilidade coletiva (equipes), o controle passa a ser exercido pelos próprios trabalhadores, uns sobre os outros, de forma a garantir o alcance das metas e, por decorrência, o aumento da produtividade estabelecido pela empresa.

Como as metas são estabelecidas para os grupos, esses não sofrem com a opressão explícita dos chefes. Como resultado, os trabalhadores têm horários mais flexíveis, considerando que a esses cabe determinar os melhores meios de atingir as metas, cujo descumprimento implica em perdas para o coletivo. Como expressão dessa pragmática “forma responsável e respeitosa” de tratamento dos funcionários, surgiram inúmeras propostas de *humanização* do trabalho que, ao final, objetivavam explorar melhor a capacidade produtiva do trabalhador, inclusive no recesso da sua residência.

Liberadas do controle direto pelo estabelecimento das metas de responsabilidade coletiva, as empresas podem contar também com a maior flexibilidade do controle dos espaços e dos custos da produção. Muitas empresas flexibilizam as relações de trabalho (horário e dispensa de presença permanente no local de trabalho), posto que por meio das metas, essas podem ser executadas na própria casa do trabalhador que, conseqüentemente, arca com os custos da realização como depreciação do computador, energia elétrica, material de consumo etc.

Não por acaso, Domênico De Masi⁷² (1999, p. 311), proponente do *ócio criativo*, tornou-se uma referência intelectual, com amplo espaço para realização de palestras promovidas por empresários. Diz ele:

Na organização criativa, o absenteísmo não é mais um fato físico, mas um fato psíquico; não pode ser combatido com controles disci-

71. No universo acadêmico, essas metas de produtividade são estabelecidas a partir de um conjunto – quantitativo – de exigências de: publicações, horas/aula, relação professor/aluno, número de aprovados, número de orientandos, bolsistas etc.

72. Sociólogo italiano, professor titular de Sociologia do Trabalho, na Universidade de Roma.

plinares, mas com o ócio e a motivação. Eis, portanto, que despon-
ta o ócio como fato central da economia moderna: num mercado
pós-industrial que consome ideias com a mesma voracidade com
que o mercado industrial engolia produtos e que pretende uma
criatividade inexaurível, a capacidade criativa pode ser incremen-
tada apenas através de uma reavaliação do ócio, que permite rege-
nerar a mente assim como a inércia física regenerava os músculos.

Mais explicitamente ainda:

O trabalho criativo é sempre “a tempo integral”. O cérebro do
criador, uma vez empenhado num determinado problema, **trabalha
sempre (no escritório, em casa, no descanso, no sono e na sonolên-
cia)** até que chegue a intuição decisiva. (1999, p. 323 – Grifos nossos)

Tal ócio criativo não pretende libertar o trabalhador dos grilhões do
controle do capital, mas libertar o capital do desgaste do controle sobre o trabalho,
a partir do absoluto comprometimento do pensar e do criar do trabalhador sob
o ideário dos interesses do capital. Articulado às metas cada vez mais extensivas
que geram estresse, sobretrabalho e adœcimento, o “ócio criativo” do trabalhador
é devotado à ampliação do capital.

Inscrito na mesma lógica, o *simpático* movimento feito por grandes em-
presas capitalistas de “socializar” o processo criativo e de controle tem rendido
bons resultados para seus cofres. Empresas como Apple, BMW, Lego, Sony e ou-
tras têm estimulado consumidores a inventar, sugerir e controlar a qualidade, por
meio de seus sites, das mercadorias que produzem e comercializam. A BMW, por
exemplo, colocou em seu site um programa de design que permite aos seus clientes
fazer *sugestões para o desenvolvimento de dispositivos telemáticos de seus novos modelos*.
Qual o retorno para os chamados “consumidores participativos”?

Em algumas, a colaboração é gratuita e movida por outros incenti-
vos que não o lucro. O caso mais emblemático talvez seja o da Wi-
kipédia, uma enciclopédia on-line fruto da colaboração de milhares
de pessoas espalhadas pelo mundo. **Com apenas cinco emprega-
dos, em tempo integral, a Wikipédia é hoje dez vezes maior que
a enciclopédia “Britannica”** e já se credenciou como uma fonte
confiável de informação. (FSP, 24/7/2007 – B-11 – Grifos nossos).

Observa-se, assim, que além da exploração do trabalho intelectual dos tra-
balhadores contratados (sob a rubrica de “gerência participativa”), o capital en-

controu uma outra forma sedutora da explorar a força de trabalho, agora dos consumidores, sob o simpático codinome “consumidores participativos”.

8 - A criação do Colaborador Multifuncional. Se o incremento na automação e nas demais formas de substituição da força de trabalho é um fato, também o é o fato de que o trabalho é a origem do lucro e, portanto, base de extração de mais-valia, o que implica na impossibilidade lógica do capital poder dispensá-lo de forma absoluta.

Consequentemente, o capital, ao mesmo tempo em que impõe o desemprego como traço marcante deste atual estágio de desenvolvimento, também sustenta sua sede de acumulação com a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Com a reestruturação, materializada pelo enxugamento do espaço físico e de pessoal, os trabalhadores que conseguem sobreviver às avalanches demissionárias precisam responder tanto pelas suas atribuições quanto de alguns dos seus colegas demitidos. Para impedir resistência pela visível sobrecarga de trabalho, o processo de reestruturação remodela o próprio organograma da empresa, renomeando várias funções sem alterar as referências salariais vigentes, de forma a diluir a percepção imediata do funcionário.

Esse recurso, no entanto, não é feito sem uma reestruturação também do discurso justificador, de forma a garantir legitimidade⁷³ por parte dos sobreviventes. Para atender a essa necessidade, o trabalhador passa a ser denominado “colaborador”, definição que, aparentemente, supera a situação contratual de verticalidade. Mas, mais importante ainda, esse “colaborador” precisa ser convencido de que o operário especializado e de conhecimento parcial é um atentado à própria condição dos trabalhadores. Neste sentido, será associada a uma experiência laboral ultrapassada (ao menos no discurso).

Como expressão do novo e do moderno, a polivalência profissional será elevada à condição de realização pessoal. Desta forma, o “colaborador multifuncional” será convencido da conveniência de operar várias máquinas ao mesmo tempo (substituindo seus ex-colegas), a partir do argumento quanto à estreiteza e subutilização do potencial dos trabalhadores, vigente no modelo anterior. Mais:

73. O conceito de legitimidade foi argutamente trabalhado por Max Weber (1991), a partir da compreensão de que a legitimidade somente pode ser conferida por aqueles que estão na condição subalterna (não estanque) de determinada relação; quando esses consideram que aquela relação específica é uma relação justa. Na medida em que a legitimidade somente pode ser conferida por aqueles que estão na condição de obediência, como governados ou dominados, a legitimidade é instável, pessoal e intransferível.

será convencido também da importância da “inteligência emocional”, isto é, da importância de saber utilizar a sensibilidade relacional para contornar eventuais conflitos no ambiente de trabalho.

Em algumas grandes empresas, inclusive “emocionômetros”⁷⁴ foram instalados, como meio de administrar eventuais prejuízos materiais como resultado de problemas emocionais vivenciados por seus colaboradores. Não é de hoje que pesquisas demonstram que trabalhadores emocionalmente abalados têm produtividade reduzida e maior risco de provocar acidentes e desperdícios. A “sensibilidade” com relação à situação do trabalhador tem como resultado o desenvolvimento de um sentimento de gratidão, fidelidade e dedicação para com os interesses da empresa. Não é gratuita a afirmação de Ricardo Antunes (1999, p. 190) sobre o toyotismo: *envolvimento manipulatório levado ao limite, em que o capital busca o sentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas.*

9 - Flexibilização da produção e dos direitos. Como o toyotismo organiza a fabricação a partir da demanda, não há regularidade nos tempos dedicados à produção, posto que oscilam períodos de intensificação e períodos de suspensão das atividades. Daí porque também ser conhecido como produção flexível.

A flexibilização produtiva traz consigo a demanda pela flexibilização das leis trabalhistas. Compreende-se, assim, o empenho mundial dos representantes do capital em aprovar mudanças constitucionais e nos códigos trabalhistas, de forma a subtrair direitos duramente conquistados.

De acordo com os interesses do capital, é intolerável a permanência de jornadas fixas de trabalho, assim como a existência de percentuais diferenciados para remunerar horas extras e trabalhos em finais de semana e feriados, ou adicionais noturnos. Tais impositivos legais constituem-se em instrumentos onerosos e inibidores para as empresas produzirem.

10 - O perfil dos trabalhadores no modelo Toyotista. Os reflexos de investimentos em capital produtivo, assim como a reestruturação do modelo produti-

74. Trata-se de painel com a identificação dos “colaboradores” e com um dispositivo de luz: verde, amarela, vermelha. A luz vermelha representa o sinal de maior problema de ordem emocional (de qualquer natureza), de acordo com a auto-avaliação do colaborador, que aciona a luz que melhor expõe seu estado emocional. O verde representa a tranquilidade e o amarelo, o sinal de alerta.

Ao acionar a luz vermelha, o colaborador torna público seu estado emocional e, assim, logo será procurado por alguém hierarquicamente superior que tentará ajudar. Dependendo do caso, poderá sugerir o dia de folga, como um “amigo” que sugere atividades lúdicas que permitam o relaxamento. Esses recursos são importantíssimos para estreitar os laços de gratidão do trabalhador, assim como o aumento da sua produtividade e fidelidade para com os interesses e demandas da empresa.

vo, promoveram mudanças significativas no perfil do trabalhador. Primeiramente, houve uma diminuição expressiva do número de operários (pelas razões que já analisamos), gerando o processo que Ricardo Antunes (1995, p. 41) define como *desproletarização do trabalho industrial*. Paralelamente, houve *uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços*.

Neste ponto é preciso lembrar que categorias como a metalúrgica têm longa história de luta e, portanto, uma série de conquistas que lhes garante salários e benefícios sociais bem superiores àqueles oferecidos aos trabalhadores de setores desorganizados e sem tradição de enfrentamento sindical. Considerando o setor de serviços em relação à indústria, em 2011, a indústria respondeu por 11,2% dos empregos gerados, enquanto o setor de serviços foi responsável 50,2% (**Setor industrial gera apenas 11% dos empregos no Brasil**. Carlos Giffoni. Jornal Valor. 16/04/2012⁷⁵).

O mesmo processo que gera a *desproletarização industrial é aquela que gera a subproletarização* do trabalho. Isto é, a expansão de formas de trabalho precarizado⁷⁶, parcial, temporário, subcontratado, informal, terceirizado e outras formas de maximização da exploração que extrapola aquela fundamental de extração de mais-valia.

A subproletarização expõe as condições de precariedade das relações de trabalho e remuneração a que são submetidos milhares de trabalhadores. Envolve não apenas relações de trabalho individualizadas, fundadas na ausência absoluta de qualquer direito sindical, mas no desamparo legal dos direitos trabalhistas e sociais consagrados. Contratos de tempo parcial não refletem investimento capitalista no “ócio criativo”, como defende De Mais (1999), mas bem ao contrário, recurso de exploração extremada, com salários abaixo do mínimo necessário (isso em um país como Brasil que já tem salário mínimo absolutamente insuficiente!) e em condições de desproteção trabalhista.

Ao lado da expansão do setor de serviços e do processo de subproletarização, houve a feminilização do mercado. As mulheres têm qualidades culturais extremamente adequadas ao modelo toyotista: de um lado administram conflitos

75. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508525-setorindustrialgeraapenas1ldosempregosnobrasil>

76. De acordo com números divulgados pelo IBGE, em maio/2018, 27,7 milhões de trabalhadores brasileiros são subutilizados. Para o Instituto, a caracterização de ‘subutilizado’ inclui desempregados que a “contragosto trabalham menos de 40 horas e os que desistiram de procurar emprego.” (27,7 milhões precarizados: efeito Temer agrava drama do trabalhador. Daniel Silveira e Darlan Alvarenga. Gl. 17/05/2018).

domésticos cotidianamente, da mesma forma que realizam mais de uma atividade simultaneamente. Isto é, são culturalmente preparadas para serem *multifuncionais* e fazerem uso da *inteligência emocional*. Além disso, as mulheres não são estimuladas, culturalmente, ao enfrentamento político e aos espaços públicos, mas ao contrário, à diplomacia (leia-se negociação) e aos espaços domésticos. Veja-se que mesmo em pleno século XXI e com toda a contribuição que o movimento feminista deu para a história das mulheres, muitas pseudo feministas continuam educando seus filhos de acordo com os padrões tradicionais, a partir de papéis sociais bem-demarcados.

Consequentemente, o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho expõe elementos de heterogeneidade e complexidade mais agudos, *na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero.* (ANTUNES, 1995, p. 46)

SINDICATO: TRABALHADOR COLETIVO ORGANIZADO

Alair Silveira•

Lélica Elis Lacerda••

Maria Luzinete Alves Vanzeler•••

[...] os sindicatos, formados pelos melhores e mais conscientes operários, realizarão o momento supremo da luta de classes e da ditadura do proletariado: criarão as condições objetivas que permitirão que as classes nunca mais existam nem voltem a aparecer.

Antonio Gramsci, 1976

No processo dialético das relações sociais de produção, o trabalhador coletivo que se origina dos espaços de trabalho é produto da ação do capital, que ao explorá-lo e oprimi-lo em ambientes fabris, permite-lhe o auto-reconhecimento identitário.

Entre o auto-reconhecimento coletivo forjado nas condições objetivas de trabalho e de vida e a construção de **organizações coletivas capazes de expressar o sentimento, organizar as ações e representar as vontades, há um longo caminho**. Neste abrangente processo histórico inscrevem-se, dentre outras, a transformação de camponeses em operários urbanos; a generalização do assalariamento, a funcionalidade do desemprego para o capital e a criminalização dos desempregados, acusados de vadiagem. Mas, também, a resistência, a rebeldia, a revolta e a organização coletiva dos trabalhadores.

Antes de qualquer coisa, porém, é preciso reconhecer aos franceses a origem de duas palavras fundamentais para a história e a organização dos trabalhadores no mundo: sindicato e greve. A primeira advém de ‘*syndical*’ (proveniente de ‘*syndic*’), que significa “*representante de uma corporação*”. Embora originária do grego “*syndikos*”, que expressa “*advogado público*”, as experiências concretas dos trabalhadores franceses acabaram por imprimir à palavra o sentido de representa-

• Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - alairssilveira@gmail.com

•• Profa. Depto. de Serviço Social UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - lelicaelis@yahoo.com.br

••• Profa. Titular de Farmacologia do DCBS-FM UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN - vanzeler@terra.com.br - van.zeler@hotmail.com

ção coletiva dos interesses de determinada categoria profissional.

A palavra greve, por sua vez, está relacionada à *Placê de Grève*, em Paris, onde se concentravam desempregados e trabalhadores que paralisavam suas atividades laborais, reivindicando melhores condições de trabalho e salário. A origem do nome da Praça, entretanto, remete à concentração de gravetos, no Rio Sena, em razão das enchentes.

Desta forma, desde o início da Revolução Industrial, no final do século XVIII, a luta entre trabalho e capital demonstra que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção teve dois protagonistas fundamentais, e não somente um como a versão oficialista da história tenta fazer crer.

A Lei de Le Chapelier (1791⁷⁷), por exemplo, considerada instrumento legal para justificar a repressão contra os trabalhadores franceses, aprovada durante a Revolução Francesa, pretendia conter as manifestações sociais e as greves de trabalhadores, ajustando-os aos interesses burgueses. Assim, em nome da livre empresa e da iniciativa privada, a Lei estabelecia penalidades que avançavam de substanciais quantias em dinheiro à privação de direitos e à pena de morte. Afinal, a burguesia francesa temia as ações dos trabalhadores que, impedidos de se organizarem nas antigas e livres corporações de ofício, resistiam através de novas organizações sindicais.

Se a luta dos trabalhadores franceses, pós-Revolução, dirigiu-se contra os burgueses com os quais se aliançaram para promover a Revolução Francesa, em 1789, é porque a experiência prática demonstrou-lhe que a aliança entre as classes, fundada sobre ideais comuns, tinham significados classistas distintos. Consequentemente, *Liberdade*, *Igualdade* e *Fraternidade* não têm os mesmos conteúdos para trabalhadores e burgueses. Enquanto para os trabalhadores, a liberdade é participação política e emancipação das condições de exploração e opressão laborais, para os burgueses, a liberdade é de mercado e de livre empreendimento. A Igualdade, que para os proletários é também social, para os burgueses é essencialmente civil. E a fraternidade social demandada pelos trabalhadores é, para os burgueses, a compaixão aos desvalidos.

Desta forma, embora a história de luta dos trabalhadores no mundo não se restrinja aos trabalhadores assalariados, é sob a generalização da produção de mercadorias, do trabalho assalariado *livre* e da extração de mais-valia que o trabalhador coletivo assume forma e organização. Por isso, tanto a Revolução

77. Lei somente foi revogada em 1864.

Francesa quanto a Revolução Industrial são fundamentais para lhes dimensionar o protagonismo.

Na Inglaterra do início do século XIX surgiu o movimento ludista, caracterizado pela quebra das máquinas industriais. Os ludistas destruíam as máquinas por reconhecê-las responsáveis pelas péssimas condições de trabalho e/ou pelo desemprego, no início da 1ª Revolução Industrial. Se por um lado, a repressão violenta foi a resposta dos patrões e do Estado, por outro, gerou insegurança entre os capitalistas quanto aos riscos de manter uma política de exploração extrema que poderia provocar a ira dos *ludistas*.

Em 1824, o Parlamento Inglês aprovou uma lei, reconhecendo o direito à livre associação dos operários (antes exclusivo às classes dominantes). A partir daí surgiram as *trade unions*, organizações coletivas de trabalhadores equivalentes aos sindicatos contemporâneos. Essas atuam como estruturas unificadas que negociam em nome do conjunto dos trabalhadores, para garantir maiores direitos e salários.

Entre os anos 30 e 40 do século XIX, o Movimento Cartista configurou-se como o primeiro movimento de massas dos trabalhadores ingleses, de âmbito nacional, movido especialmente por melhores condições de trabalho para os operários da indústria. Originário da *Carta do Povo*, escrita por William Lovett, em maio de 1838, o Movimento reivindicava, dentre outras coisas, voto secreto e universal, assim como abolição da qualificação segundo as posses para participação no Parlamento⁷⁸.

Ciente das implicações da participação dos trabalhadores no Parlamento, esse rejeitou as demandas da Carta do Povo e o governo reprimiu violentamente os manifestantes e prendeu seus dirigentes. O Cartismo, entretanto, ultrapassou as fronteiras do país e teve repercussão internacional. Assim, em que pese a derrota inicial, foi a partir a conjunção das experiências desses movimentos que os trabalhadores europeus foram conquistando garantias sociais e trabalhistas que permitiram, posteriormente, avançar para a construção do Estado de Bem-Estar Social europeu.

Duas considerações emergem dessa pequena introdução: a primeira diz respeito à luta de classes objetiva, que extrapola as questões econômicas corporativas das categorias profissionais; a segunda expõe a perspectiva histórica necessária para compreender as dimensões dessas lutas, cujas conquistas muitas vezes não

78. Para Engels, o Cartismo avaliava que a “classe operária já começava a identificar que a verdadeira solução para seus problemas estava no âmbito do governo e do Estado e não nas fábricas. Por isso pretendia eleger seus representantes ao Parlamento. Acreditava que podia incidir sobre ele de forma a mudar ou criar leis a favor da classe operária como um todo” (AGUENA, 2008, p. 12).

são extraídas na imediaticidade temporal esperada. Como parte da luta de classes, é fundamental para a classe dominante apagar no imaginário coletivo as relações entre luta social e conquista social. E, nesse sentido, a cultura pós-moderna do imediato, do fugaz, do fragmento e da imagem é um instrumento importante da luta contra os trabalhadores.

É, portanto, da compreensão das diversas formas através das quais a luta de classe se desenvolve no cotidiano da vida social, que é possível dimensionar os resultados históricos dessas lutas. Primeiramente, é imprescindível considerar a amplitude da “*lógica monológica*” que recobre a vida social, permitindo ao capital a reprodução e a legitimação dos seus interesses como expressão da vida em sociedade (OFFE, 1984), metamorfoseando interesses particulares como expressão de interesses coletivos (MARX, 1984).

Sociabilizados sob a lógica dos interesses do capital, os trabalhadores vivem o paradoxo de legitimar os interesses do seu contraditório, fortalecendo as bases sobre os quais o capital se reproduz e lhes explora e oprime. À organização coletiva dos trabalhadores é imprescindível enfrentar a lógica societária dominante, construindo uma lógica alternativa, *dialógica*, extraída das contradições experimentadas pelos (e entre) trabalhadores tanto material quanto subjetivamente (OFFE, 1984).

Em outras palavras: a *lógica dialógica* não apenas contrapõe-se à lógica societária do capital, mas representa o desafio de construir uma lógica a serviço dos trabalhadores, a partir das referências societárias do capital que organizam os próprios trabalhadores. E precisam fazer isso através do processo dialógico, cuja efetividade política depende do maior número de trabalhadores, o qual, paradoxalmente, torna o processo dialógico mais complexo e difícil. Isto é, sua força e sua fragilidade residem no maior número de participantes, paradoxo do qual não consegue desvencilhar-se. Consequentemente, como analisa Claus Offe (1984), a organização coletiva dos trabalhadores é infinitamente mais difícil do que a organização coletiva do capital. Afinal, essa não somente é favorecida pela *lógica monológica* que lhe garante legitimidade sócio-estrutural, mas, também, não lhe demanda o trabalhoso exercício do diálogo democrático como recurso imprescindível à unidade de classe.

Neste sentido, a força e as dimensões das organizações sindicais dos trabalhadores somente podem ser mensuradas quando avaliadas sob as condições objetivas e subjetivas que conformam sua existência.

Nesse sentido, é pertinente esclarecer que sindicatos são organizações

coletivas que, primeiramente, congregam e unificam a vontade coletiva e a ação dos trabalhadores através de representação sindical eleita pela base da categoria. Tradicionalmente, têm como objetivo institucional a representação dos interesses dos trabalhadores sindicalizados, seja nos processos negociais da categoria, seja como substituto processual nas instâncias judiciais. Como produto do espaço de trabalho coletivo, os sindicatos firmam-se como organizações de caráter econômicas corporativas, centradas nas demandas relativas às condições de trabalho e salário. Trata-se, pois, de uma ‘*consciência de classe em si*’, como sagazmente definiu Marx, que ainda não avançou para um nível de ‘consciência de classe para si’, isto é, que expressa um projeto societário de sociedade que extrapola as relações econômicas corporativas dos locais de trabalho.

Embora esse nível mais avançado de consciência, que articula economia e política para além da imediatez das relações salariais e laborais de categoria profissional, não significa que os sindicatos substituam os partidos políticos, cuja finalidade é atuar como veículos de projetos societários, capazes de envolver a totalidade da vida social. Porém, os sindicatos têm papel importante para fazer avançar os níveis de consciência dos trabalhadores. Afinal, embora as lutas econômico-corporativas não assegurem a evolução linear de consciência crítica, elas contribuem para o redimensionamento das relações objetivas de existência, assim como expõem as contradições de interesses que organizam as sociedades classistas. Esses momentos de experimentos concretos - cuja forma mais explícita é a greve - não representam, contudo, garantia de níveis elevados e progressivos de consciência classista. Em muitas situações, os níveis de consciência dos trabalhadores podem retroceder ao ponto de absorver, inclusive, percepções reacionárias e anticlassistas.

A disputa pela “*concepção de mundo*” dos trabalhadores, como dizia Gramsci (1988), é realizada cotidiana e ininterruptamente, através de múltiplas frentes, dentro de uma vivência societária organizada sob a lógica do capital (*lógica monológica* de que nos falou Offe). Nesse sentido, a disputa pela hegemonia é tarefa imprescindível não somente dos partidos políticos, mas, também, dos sindicatos classistas.

Se a contra-ideologia⁷⁹ não é atividade exclusiva dos intelectuais orgâ-

79. Que representa a desconstrução da ideologia dominante, conforme explicitou Marilena Chauí (1989; 115-6): Falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de ideologia ao saber real que muitos dominados têm acerca da realidade da exploração, da dominação, da divisão social em classes e da repressão a que este saber está submetido pelas forças repressivas dos dominantes.

nicos⁸⁰ da classe trabalhadora (entre os quais os partidos políticos se destacam como veículos principais), cabe discernir dirigentes de dominantes. Na disputa pela hegemonia, os primeiros não somente assumem papel de legítima direção política, mas dispõem de lastro social para manter-se no poder. Grupos dominantes, por sua vez, podem desfrutar do poder instituído, inclusive através da força, mas não gozam de apoio social. Nas palavras de Gramsci:

A superioridade de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar os a submeter inclusive com a força das armas, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e antes deve, ser dirigente antes mesmo da conquista do poder governativo. [...] depois, quando exerce o poder, e mesmo que o tenha fortemente em mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser, também, dirigente (*Apud* STACONNE, 1991; 92).

Nesse aspecto cabem algumas observações pertinentes quanto à qualidade de dirigente que Gramsci desenvolveu, em contraposição ao dominante. A primeira delas diz respeito à estrutura organizacional que envolve graus diferenciados de responsabilidade. Nesse sentido, à direção compete não apenas atribuições de representação e de execução, mas de proposição política. Para isso, cumpre àquelas com responsabilidade diretiva, também a capacidade dirigente. Isso é, exercer a responsabilidade de interpretar a correlação de forças e propor políticas de ação em sintonia com os anseios e a disposição das suas bases. Essa “sintonia” expressa não somente a capacidade de dimensionar as relações estruturais e conjunturais, a correlação de forças entre interesses contraditórios organizados, mas, também, o grau de compreensão e disposição dos representados para os enfrentamentos necessários.

Ser dirigente, para Gramsci, não se resume ao cargo na estrutura organizacional, mas a competências que extrapolam atribuições burocráticas. Por isso a diferença fundamental entre dirigente e dominante. Esse último assume papel diretivo não por força da capacidade de absorver demandas de grupos aliados, compor alternativas que fortaleçam e unifiquem a organização da classe (papel dirigente),

80. De acordo com Gramsci (s/d, p. 10), embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos “desempenham na sociedade a função de intelectuais.” dominação. [...] Podemos, isto sim, contrapor ideologia e crítica da ideologia, e podemos contrapor a ideologia ao saber real que muitos dominados têm acerca da realidade da exploração, da dominação, da divisão social em classes e da repressão a que este saber está submetido pelas forças repressivas dos dominantes.

mas, ao contrário, pelo exercício dos recursos burocráticos-administrativos e/ou de força que dispõe.

Consequentemente, não é exceção na história experiências em que as bases ‘atropelaram’ suas direções, exigindo-lhes ações que estavam reticentes a propor ou recusavam-se a implementar. Certamente, trata-se de direções dominantes, não dirigentes. Dessa forma, para compreender o processo complexo e descontínuo de consciência de classe e que apresenta suas consequências diretas na capacidade de participação e mobilização sindical, é preciso considerar, além dos contextos históricos, também o papel das direções políticas sindicais.

No imbricamento de relações econômicas, políticas e sociais, assim como relações estruturais e conjunturais, a capacidade de analisar as condições objetivas e subjetivas na sua totalidade, considerando a correlação de forças entre interesses contraditórios, é responsabilidade daqueles que exercem papel de direção política. E a qualidade do desempenho dessa responsabilidade é a diferença entre a confiança ou a desconfiança por parte dos dirigidos em relação àqueles que se propõem a ser dirigentes.

Nessa perspectiva, é importante considerar a relevância de dirigentes e dominantes na história sindical brasileira para compreender os rumos do sindicalismo nacional.

1 – **Brasil: Várias Faces do Sindicalismo**

As experiências sindicais brasileiras remontam ao fim do século XIX e são fortemente marcadas por trabalhadores imigrantes europeus, muitos deles militantes socialistas ou anarquistas, cuja unidade pragmática repousava na defesa dos interesses dos trabalhadores frente aos interesses do capital.

De acordo com Rossi e Gerab (2009), as primeiras experiências grevistas brasileiras oriundas das fábricas datam de 1880, nas pioneiras cidades operárias de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Estas experiências já sinalizam, mesmo que de forma embrionária, para organização operária em caráter nacional. Em 1905 foi criada a FOSP (Federação Operária de São Paulo) e, em 1906, Rio de Janeiro sediou o 1º Congresso Operário Brasileiro.

Já naquelas primeiras iniciativas de organização operária, destacava-se a defesa de um sindicalismo “*de resistência e não assistencialista*”; o combate ao parlamentarismo; a opção pela ação direta dos operários; “*a luta contra as propostas dos agentes do governo e da Igreja*”, assim como a fundação da Confederação Operária

Brasileira (ROSSI; GERAB, 2009, p. 25-26)

Um pouco mais de 10 anos depois, tendo como panorama de fundo a I Guerra Mundial e a Revolução Russa (1917), o Brasil realizou a histórica Greve Geral de 1917. O Brasil, durante a I Guerra Mundial, aumentou a exportação de produtos alimentícios, provocando tanto a falta dessas mercadorias no mercado interno, quanto o aumento dos preços. Além disso, as jornadas de trabalho extensivas⁸¹, assim como os salários corroídos pela inflação, produziram as condições objetivas e subjetivas necessárias para a deflagração da greve que, inicialmente, era local e, depois, alastrou-se por outras categorias e cidades.

De acordo com o historiador Hermínio Linhares (1977), durante 30 dias, os grevistas tomaram conta da cidade paulistana. E mesmo com o uso das forças de repressão e do uso de todos os recursos de ameaça e violência⁸², o governo não conseguiu impor-se, nem os empresários retomarem suas atividades. Sob o comando dos grevistas, o suprimento de alimentos aos hospitais, por exemplo, só era distribuído mediante autorização da Comissão de Greve.

Mais de um mês depois de iniciada, um acordo envolvendo organizações de trabalhadores, industriais e autoridades paulistas, pôs fim à Greve. Mediada por jornalistas, o Acordo assegurou aos trabalhadores 20% de reajuste, direito de associação e garantia de não demissão dos grevistas.

A Greve Geral de 1917 no Brasil não teve início ou término unificado, porém, convergiu para uma pauta de reivindicações que entre reajuste salarial e o pagamento em dia, também demandava “*trabalho permanente*”; abolição do trabalho noturno para mulheres e jovens com menos de 18 anos; jornada de trabalho de oito horas e semana inglesa, assim como 50% de acréscimo para o trabalho extraordinário. Avançando para garantias à atividade sindical e o direito à greve, exigiram liberdade aos trabalhadores presos em razão da greve, o pleno direito à associação operária e a garantia de não punição aos grevistas.

A Greve Geral de 1917 marcou a história do sindicalismo brasileiro. E na sequência dos seus impactos sobre as relações entre capital e trabalho, serviu de pretexto o recrudescimento da repressão política e social pelo de Artur Bernardes (1922-1926) e se estendeu pelo governo de Washington Luís (1926-1930) até ser destituído pela Revolução de 1930.

81. A greve de 1917 teve início na fábrica Crespi, no bairro da Moca, em SP, a partir da demanda por aumento de salário, redução da jornada de trabalho e proibição de trabalho infantil e trabalho feminino à noite.

82. Segundo Edilene Toledo (2017, p. 503), o assassinato do jovem sapateiro espanhol José Gimenez Martinez, militante anarquista, membro do grupo Jovens Incansáveis, “[...] foi apenas uma das vítimas dos protestos, que chegaram a cerca de 200, segundo a investigação realizada pelo jornal *Fanfulla* no cemitério do Araçá nas noites de 15 e 16 de julho, quando a polícia fechou o cemitério para transportar os cadáveres.”

O sindicalismo de Estado

A ebulição das forças sociais desencadeada no final da segunda década do século XX gerou movimentos políticos de significativa estatura, como o Movimento Tenentista e a Coluna Prestes, a Semana de Arte Moderna e, também, a emergência de uma classe média que reclamava participação política. Os trabalhadores não estavam imunes a esses processos, nem tampouco à repressão política desses governos, que avançou para além da censura à imprensa, das restrições às liberdades individuais e coletivas e das perseguições e assassinatos de lideranças políticas.

Com a Revolução de 1930 e a formação do chamado “*Estado de Compromisso*”, nas palavras de Francisco Weffort (1986), o Estado brasileiro sob o governo de Getúlio Vargas vai atuar no sentido de controlar os trabalhadores através da tutela sindical.

Se os trabalhadores já não poderiam ser ignorados enquanto força política, seja através da ação direta dos sindicatos, seja através da participação eleitoral, era fundamental absorvê-los por meio de canais institucionalizados. Desta maneira, em 1931 o Governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho e, também, editou o Decreto n. 19.770, dedicado à legislação sindical. De acordo com o Decreto, “*o Estado assume o controle sobre os sindicatos*”, não apenas transformando-os em organismos de Direito Público, senão que desfigurando a autonomia sindical duramente construída, através de um conjunto de imposições legais para a obtenção do registro. As exigências determinavam: **a)** estatuto-padrão para todos os sindicatos; **b)** controle das finanças pelo Ministério do Trabalho; **c)** exigência de atestado ideológico para seus diretores; **d)** proibição de propaganda e atividade política-ideológica; **e)** direito de intervenção do Estado; **f)** sindicato passa a ser um órgão de colaboração com o Estado (ROSSI; GERAB; 2009, p. 33-34)

A determinação com que o Estado pretendeu subordinar os sindicatos, transformando-os em “*órgão de colaboração*” estatal, submetido às regras estatutárias e ao controle financeiro estabelecido pelo Estado não representou, contudo, a eliminação de sindicatos livres, rebelados contra a tutela sindical imposta, que lhes proibia, inclusive, de atuar política e ideologicamente.

Os primeiros anos de 1930 foram palco de uma disputa dura entre os recursos legais e repressivos do Estado e a resistência dos chamados “sindicatos livres”. Enquanto esses continuaram a promover marchas e greves, o Estado criou Juntas de Conciliação e reconheceu o direito a férias e, simultaneamente, intensi-

ficou a repressão. Segundo Rossi e Gerab (2009), a *Marcha da Fome*, no RJ, deixou vários mortos; e, na Ford, operários foram fuzilados.

Com a Constituição de 1934, foram garantidas jornadas de 08 horas, prevenção de acidentes de trabalho, previdência social, férias e a instituição de salário mínimo. Também incluídos na Constituição, o direito à pluralidade e à autonomia sindical. O direito à autonomia, entretanto, não representava independência, mas a consagração do sindicato como “*órgão de colaboração de classes*”.

Desta forma, de maneira engenhosa, a Constituição de 1934 reconheceu direitos reclamados pelos trabalhadores organizados nas suas organizações sindicais, por outro, esvaziou seu caráter de independência classista, mantendo-o tutelado pelo Estado e conciliador com a classe dominante. Para tanto, impediu a organização nos locais de trabalho, evitando o contato das direções com as bases, assim como promoveu a pulverização sindical.

Todas essas restrições legais não impediram que os comunistas criassem, em 1º de maio de 1935, a Confederação Sindical Unitária Brasileira. Nem tampouco, a tentativa insurrecional liderada pela Aliança Nacional Libertadora, que sem o apoio popular necessário, foi duramente reprimida. A irresignação dos trabalhadores, especialmente de trabalhadores comunistas e anarquistas, serviu ao Governo de Getúlio Vargas como pretexto para aprofundar a repressão, com a decretação de Estado de Sítio e todas as arbitrariedades comuns a governos autoritários: violência, fechamento de sindicatos, prisões lotadas etc. Dois anos depois, em 1937, Getúlio Vargas decretou um novo golpe militar, inspirado no fascismo italiano e nomeado “*Estado Novo*”, cuja duração se estendeu até 1945.

Nos primeiros anos da década de 1940 foi regulamentada a lei do salário mínimo (criada na Constituição de 1934), promulgada a Constituição das Leis do Trabalho (CLT) e estabelecida a estrutura da organização sindical tutelada pelo Estado.

O modelo de substituição das importações⁸³ que norteou muitas das políticas nacionais dos países latino-americanos no período entre-guerras e, depois, durante a II Guerra Mundial, representou investimentos substanciais, capitaneados pelo Estado, na industrialização. E, com eles, a absorção de número expressivo de trabalhadores no mercado de trabalho industrial. Na esteira da contratação de operários industriais, também cresceu a demanda por trabalhadores para os seto-

83. Os governos de Getúlio Vargas foram marcados pelo enorme impulso ao desenvolvimento industrial. O protagonismo do Estado brasileiro na promoção desenvolvimentismo nacional gerou grandes empresas estatais em diversos ramos de atividade, como petróleo, química, farmacêutica, siderurgia e metalurgia.

res do comércio e de serviços, e, conseqüentemente, a urbanização brasileira.

O crescimento de operários industriais em particular e de trabalhadores em geral nos espaços urbanos, possibilita aos trabalhadores (inclusive àqueles oriundos das experiências conviviais do campo) perceber-se como parte de uma mesma condição material comum de existência e de exploração. Essa consciência de classe em si, entretanto, é disputada não apenas pelos militantes sindicais classistas, mas, também, pelo populismo⁸⁴ de Getúlio Vargas.

A disputa pela ‘*concepção de mundo*’ do trabalhador representa a disputa pela forma organização do trabalhador coletivo: se através de sindicatos classistas, combativos e autônomos ou se através de sindicatos tutelados pelo Estado, conciliatórios e financeiramente dependentes. Nas palavras de Armando Boito Jr., “[...] *no populismo sindical não é correto afirmar que os trabalhadores organizam sindicatos. Eles se filiam a sindicatos organizados, para eles, pelo Estado*” (1991, p. 89).

A hegemonia do sindicalismo subordinado ao que Boito Jr. (1991) denomina de “*ideologia populista*” imobilizou parcelas significativas do sindicalismo brasileiro, cristalizando direções sindicais dependentes do imposto sindical e do aparato burocrático, distanciadas das próprias bases, subordinadas ao Estado⁸⁵, disponíveis para toda espécie de conciliação de classe e contenção da força política dos trabalhadores em geral.

O novo sindicalismo

O sindicalismo de Estado criado por Getúlio Vargas fincou raízes no Brasil e ultrapassou seu criador. Persistiram, inclusive, as práticas políticas populistas que ao mesmo tempo em que é obrigado a fazer concessões legais⁸⁶ ante pressões sociais e sindicatos não subordinados ao Estado, vale-se do aparato estatal para reprimir as manifestações dos trabalhadores.

Do suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, ao Golpe Militar, em 31 de março de 1964, os trabalhadores foram transbordando os limites do populis-

84. Não há consenso quanto à conceituação de Populismo. Há, contudo, convergências quanto ao recurso à figura do grande protetor (normalmente associado à figura paterna), que atua, sem intermediários, junto àqueles considerados socialmente desfavorecidos, vulneráveis. Além disso, o populismo tem como características, o apelo emocional, a simplificação de questões mais complexas e de relações sociais, funcionando através da dicotomia e do recurso à linguagem popular. O populismo, entretanto, não é um projeto societário, mas uma forma de fazer política em situações históricas concretas.

85. A expressão mais comum para caracterizar a prática de direções sindicais atreladas ao Estado é a de “*sindicalistas pelegos*”, isto é, “*aqueles que funcionam como agentes do governo no movimento sindical*” (BOITO JR., 1991, p. 95).

86. Em 1951, o Salário Mínimo foi reajustado em 100%. E, em 1962, depois de uma Greve Geral vitoriosa, foi conquistado o direito ao 13º Salário.

mo, insubordinando-se à tutela estatal e demandando transformações não restritas ao corporativismo econômico. Nesse processo de demandas coletivas, organizações sindicais reunidas em 1962 no Congresso Nacional dos Sindicatos (quando foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores) encamparam, juntamente com outras organizações sociais e estudantis, as bandeiras pela democratização do Poder; pela Reforma Agrária; pela maior presença do Estado na economia; e por restrições e controle do capital estrangeiro. Entre 1961 e 1964, além dessas bandeiras agregaram-se as chamadas “*Reformas de Base*”, que reivindicavam reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária, além da demanda pelo direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas.

Durante a ditadura militar (1964-1985), trabalhadores e estudantes resistiram de todas as formas possíveis, inclusive através da luta armada. E, ao longo dessa insuportável noite escura, os trabalhadores foram rompendo com as estruturas sindicais tuteladas pelo Estado.

Da repulsa a direções sindicais marcadas pela inércia e, muitas vezes, pela delação de trabalhadores e das atividades clandestinas, foram se conformando as oposições sindicais, que combatiam não só as direções “pelegas”, mas, também, a estrutura corporativa de dirigismo estatal.

Desta forma, é da combinação entre os impactos da crise mundial do capital, dos resquícios do “Milagre Econômico” brasileiro, da repressão militar, do aumento da concentração de renda e do sindicalismo de Estado, que o “novo sindicalismo” foi se constituindo em meados da década de 1970.

Tendo como berço o ABC paulista, o “novo sindicalismo” foi gerado nas indústrias metalúrgicas, através de comissões de fábrica, da organização por local de trabalho, da figura do João Ferrador⁸⁷, das lutas específicas por segurança no trabalho, redução de horas extras, restaurante, banheiros mais higiênicos etc. A interlocução com outros sindicatos e segmentos sociais, inclusive com setores da Igreja progressista e com intelectuais e estudantes, foi construindo as condições necessárias para o surgimento de um sindicalismo combativo, classista e autônomo. Desta forma, as greves que eclodiram em 1978 respondem a uma construção lenta, permanente e resiliente, iniciada anos antes.

De acordo com José Ricardo Ramalho (1997, p. 98),

87. Segundo Laís W. Abramo (1999, p. 140), “[...] à medida que se desenvolve o conflito dos metalúrgicos com os patrões e o governo, principalmente a partir do ciclo grevista que se abrirá em 1978, o João Ferrador irá se transformar em um dos principais símbolos do sindicato e da categoria. Com sua cara enfezada e a sua famosa frase: “Hoje eu não estou bom”, passou a ser uma das imagens preferidas dos materiais de propaganda do sindicato [...] e a funcionar também como um canal de comunicação dos metalúrgicos de São Bernardo com os outros setores sociais empenhados na luta contra a ditadura.”

As principais características desse sindicalismo são a crítica à estrutura sindical e a defesa da livre negociação⁸⁸ entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado; o afastamento do Poder Público da esfera das relações de trabalho; e, ao nível da organização, uma prática militante de base, buscando fortalecer o sindicato a partir das fábricas.

Nesse processo radicalizado de enfrentamento não apenas à patronal, mas a governos militares em plena vigência da ditadura militar, os trabalhadores foram pondo em xeque a política de conciliação de classes, a tutela estatal e a representação sindical formal através da contribuição sindical compulsória.

O “novo sindicalismo” deu origem, também, ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e à Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Ambos resultam da compreensão de que os trabalhadores precisavam criar organizações classistas, democráticas e independentes, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

A radicalidade dos trabalhadores organizados (no final dos anos 70 e 80) lhes garantiu não apenas a fundação de um “partido sem patrões”, mas, também, a criação de uma Central à revelia da legislação, que vedava a existência de centrais⁸⁹.

Nesse sentido, a criação da CUT refletiu a capacidade dos trabalhadores radicalizados para enfrentar toda sorte de impedimentos e dificuldades para construir, em plena vigência da ditadura militar, a unidade classista para além da agregação de vários sindicatos combativos. Como sintetizou Armando Boito Jr, sobre as estratégias da CUT até os anos 90:

[...] a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. Entre o seu congresso de fundação, em 1983, e o seu terceiro congresso, em 1988, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. (1999; p. 132)

88. A “Livre Negociação” foi ressignificada pelo capital e transformada em instrumento de vulnerabilidade dos trabalhadores, conforme a Contrarreforma Trabalhista aprovada em 2017. O Caderno dedicado à análise empírica dos ataques aos trabalhadores, a partir de janeiro 1995 a setembro de 2016, também irá analisar os impactos da Contrarreforma Trabalhista.

89. Somente em 1985, a Portaria do Ministério do Trabalho que proibia a formação de centrais sindicais foi revogada.

Na defesa dessa plataforma, a CUT promoveu quatro greves gerais. A primeira, em julho de 1983, contra o decreto que alterava a política salarial e contra a deposição de lideranças sindicais; a segunda, em dezembro de 1986, contra o Plano Cruzado II; a terceira, em agosto de 1987, contra o Plano Bresser. A última greve geral desse período foi em março de 1989, contra o Plano Verão. Além das greves gerais, a CUT foi muito atuante no processo constituinte (1987-1988).

Durante o processo constituinte os principais eixos de ação da CUT foram para garantir a constitucionalização de direitos trabalhistas e sociais já existentes, consagrar uma rede protetiva para os trabalhadores e assegurar normas favoráveis à reforma agrária (BOITO JR., 1999).

A CUT combativa dos anos 80 foi experimentando uma mudança radical já no início dos anos 90. A Central que defendia uma política classista para além das reivindicações econômico-corporativas foi, progressivamente, assumindo a defesa de um sindicalismo propositivo, por dentro da estrutura corporativa do Estado, organizada sob a cobrança compulsória de imposto sindical.

O Sindicalismo Propositivo e o Sindicalismo de Resultados

Os anos 90 inauguram, no Brasil, a implementação do projeto societário neoliberal, com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), nas disputadas eleições diretas para a Presidência da República, após 21 anos de ditadura militar.

Embora a redemocratização tenha sido produzida pelo que Guilherme O'Donnell (1988) definiu como “transição transada” (através de acordos entre democratas, não-democratas e antidemocratas, de maneira a banir da memória coletiva os 21 anos de ditadura militar e seus responsáveis), a primeira eleição direta para presidência em 28 anos foi antecedida por eleições municipais diretas (em 1988), oportunidade que garantiu a eleição de petistas das fileiras do ‘novo sindicalismo’, como Olívio Dutra, em Porto Alegre/RS.

As eleições para Presidência da República, em 1989, representaram um marco na história brasileira, na medida em que promoveu, no segundo turno, a disputa entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. Este apresentado como um *outsider*, caçador de marajás, moderno, enérgico e populista. O segundo como operário, grevista, comunista e radical. Enquanto Collor de Mello provinha da antiga ARENA e do PDS (partidos que deram sustentação à ditadura militar), e se apresentava contra os privilégios dos marajás (associados aos funcionários públicos), Lula representava a encarnação do sindicalismo combativo, da

CUT classista e do PT a serviço dos interesses dos trabalhadores.

Mais uma vez o novo sindicalismo demonstrava sua força para além das lutas econômico-corporativas, associando-se a um projeto societário alternativo ao projeto neoliberal personificado por Collor de Mello e resultou, portanto, na implantação do projeto neoliberal no Brasil, com todos os custos sociais que ele representa.

A vitória de Collor de Mello agregou não somente os interesses do capital, através das suas diversas forças políticas e econômicas, mas permitiu a fundação de uma central sindical capaz de promover a disputa entre trabalhadores organizados, através da contraposição ao “*sindicalismo do conflito*” pelo “*sindicalismo de resultados*”. A criação da Força Sindical em março de 1991, com recursos de grandes empresas por meio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), garantiu a sindicalistas como Paulo da Silva (o ‘Paulinho da Força’) e Antônio Medeiros projeção nacional através de um discurso de disposição negociadora que produzia resultados, em contraposição ao radicalismo e à disposição para o conflito associados à CUT. Obviamente que os “resultados” acordados em mesas de negociação respondiam aos interesses de empresários dispostos a consolidar o *sindicalismo de resultados* como a melhor alternativa para os trabalhadores, ao invés do “*radicalismo que não leva a lugar algum*”.

A CUT dos anos 90, entretanto, já estava em processo de mutação política. Primeiramente porque não passou incólume à avalanche provocada pela derrocada da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) como alternativa ao capitalismo. Em segundo lugar, porque a reestruturação produtiva reorganizou as relações de trabalho e de emprego, gerando uma proporção crescente de desempregados crônicos, além de instabilidade laboral. Em terceiro lugar, porque o neoliberalismo avançava destrutivo sobre as garantias sociais e a legislação trabalhista, duramente conquistadas durante os anos de ascenso das lutas coletivas dos trabalhadores e constitucionalizadas em 1988.

O problema que se colocava era qual a melhor atitude para enfrentar esse processo combinado: aprofundar as lutas ou recuar na mobilização social? A alternativa aprovada pela CUT foi absorver caracterizações negativas que lhe eram imputadas, como organização sindical que atuava sempre como oposição e “*do contra*”, para transformar-se em uma Central propositiva.

A opção pela propositividade como prioridade estratégica da Central a fez recuar nas ações de enfrentamento direto (como as greves gerais, que desapareceram do cenário sindical até 2017), na adesão ao discurso moralista da “ética

na política”, na eleição das câmaras setoriais como alternativas para a produção e o emprego, e na livre negociação, como espaços igualitários de deliberação. Do enfrentamento ao capital e ao neoliberalismo, e da defensora de uma sociedade mais justa e democrática, restaram as reivindicações rebaixadas, centradas na defesa do emprego e da reposição salarial.

Como asseverou Armando Boito Jr (1999, p. 159):

A concepção dos anos 80 centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre “classe trabalhadora” e o bloco formado pelo “governo” e “empresários”. Grande parte dos documentos da CUT e do discurso de suas lideranças, nos anos 90, passou a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo, e os trabalhadores. Os documentos da CUT passam a ocultar a existência de interesses de classe em confronto na sociedade.

O movimento sindical e o governo Lula

Em maio de 1995, em defesa da Petrobrás e contra a política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os petroleiros realizaram uma greve histórica que durou mais de 30 dias. Iniciada como uma greve unificada de servidores públicos, a resistência dos petroleiros (quando outras categorias começaram a retornar ao trabalho) possibilitou ao Governo de FHC e seus aliados a criminalização absoluta do Movimento, inclusive com a presença do Exército nas refinarias, e uma campanha midiática massiva contra os grevistas, valendo-se especialmente da falta do gás de cozinha.

A criminalização dos petroleiros e o recurso ao Exército para acabar com a greve foi a demonstração mais incisiva da implementação do projeto neoliberal no Brasil. Ao reprimir o movimento grevista, o Governo FHC atuou de forma coordenada para atender os interesses do capital: reprimiu violentamente a greve; criminalizou os servidores públicos do setor petroleiro; dobrou uma das organizações sindicais mais consolidadas e, assim, produziu o efeito demonstração para outras categorias; associou à categoria o discurso e a imagem de trabalhadores privilegiados e corporativos, indiferentes ao sofrimento social causado pela greve; reiterou a campanha contra as estatais; reiterou a necessidade de privatização; santizou o Estado e sacralizou o mercado.

A criminalização dos petroleiros, contudo, não se restringiu às ações

do Executivo e seus parceiros, mas se estendeu ao Judiciário, em perfeita comunhão com a lógica hegemônica neoliberal. Desta forma, mesmo que os petroleiros também tenham paralisado pelo cumprimento dos acordos pactuados em 1994, o Superior Tribunal do Trabalho decretou a ilegalidade da greve ainda na primeira semana de paralisação. Não bastasse a decretação da ilegalidade e a multa diária de R\$ 100.000,00, o corte salarial e as demissões foram articuladas para inviabilizar a greve e derrotar o Movimento.

Como discípulo comprometido com a “lição de casa” neoliberal, o Estado brasileiro esmerou-se em “*quebrar a espinha dorsal das organizações coletivas dos trabalhadores*”, de maneira que mesmo após o final da greve, os sindicatos e a Federação Única dos Petroleiros (FUP)

[...] tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades retido e os bens penhorados. “Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Ao todo 73 trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais. Mais de mil petroleiros foram punidos, a maioria com suspensão de até 29 dias. Para manter-se na luta, alguns sindicatos foram obrigados a atuar quase que em clandestinidade. Tamanha repressão sofrida pelos trabalhadores e pela organização sindical só havia ocorrido no Brasil durante a ditadura militar. **(Greve histórica dos petroleiros completa 15 anos.** Portal da CUT, 16/09/2010).

Os impactos dessa derrota não atingiram somente os petroleiros. Como dizia a campanha de solidariedade lançada pela CUT à época, “*somos todos petroleiros*”. Não obstante a violência dos ataques aos trabalhadores e às suas organizações, o Governo não teve o mesmo êxito na sua empreitada contra o MST, em 1997, quando FHC recusou-se a receber os trabalhadores sem-terra, após a *Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária*, um ano após o massacre de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado do Carajás/PA.

Com o apoio da sociedade à Reforma Agrária e a solidariedade demonstrada ao MST durante a Marcha Nacional, o Presidente da República precisou recuar e receber o MST, assim como reconhecer-lhe a força política e a empatia social que despertava. Desta maneira, em que pese a determinação (e o empenho) do capital e do governo de plantão em criminalizar os movimentos coletivos dos trabalhadores, seu êxito depende das disputas políticas entre interesses (e projetos) distintos, que opõem capital e trabalho.

Em consequência, se os anos FHC foram de criminalização das lutas coletivas dos trabalhadores, de “assalto das privatizações” (BIONDI; 2003), de ata-

ques aos direitos trabalhistas e de desmonte do Estado, a eleição de Lula, em 2002, representou a negação a esse “*estado de coisas*”.

Mais do que um “*operário*” no Poder, Lula representava um “*companheiro*” no Poder, cuja origem política remontava ao “*novo sindicalismo*” e seus desdobramentos organizacionais: PT e CUT.

Na memória coletiva, a referência social de Lula e do PT estavam fundadas sobre as lutas sindicais, o enfrentamento ao capital, o compromisso com os direitos e interesses dos trabalhadores, mesmo que ao longo dos anos essas referências tenham sido transformadas. O olhar do passado sobre o presente dos governos do “*companheiro Lula*” permitiu que a permanência e o aprofundamento do projeto neoliberal fossem justificados como uma espécie de “*lógica estatal*” que se impunha ao Governo e ao Partido.

E assim, enquanto os principais sindicatos recuavam nas suas demandas sobre o capital e o Estado, de maneira a garantir as condições de governabilidade ao PT, o Partido buscou a governabilidade congressual no chamado Condomínio Pemedebista, na irônica definição de Marcos Nobre (2013). E, junto com ela, todas as concessões e articulações necessárias aos interesses do capital, especialmente através de tradicionais políticos brasileiros, que transitaram por partidos, mas não por projetos societários distintos e, muito menos, pela ruptura com compromissos de classe com os interesses dominantes.

Em nome da governabilidade do capital, Lula e PT foram parceiros confiáveis para garantir, através de recursos públicos, via BNDES, a expansão da chamada ‘empresa nacional’ pela América Latina, estabelecendo relações reconhecidas como subimperialistas. A expansão de empresas como a Odebrecht pela América Latina foi tão mais evidente quanto mais as denúncias de corrupção envolvendo a empresa foram alcançando outros governos latino-americanos, em uma espécie de jogo de dominó.

Se a *Carta ao Povo* pode ser interpretada como *Carta ao Capital*, ela teve o mérito de expor, antes das eleições, o compromisso público de Lula e do PT para com a manutenção da política implementada por FHC⁹⁰.

Nesse processo de estreita parceria com os interesses do capital, os governos petistas asseguraram o silêncio das ruas, sem o barulho das vozes “*roucas*” das quais reclamava FHC. E para o silêncio obsequioso das ruas, atuavam orga-

90. A análise dos governos petistas não é objetivo desse trabalho, embora tenha sido objeto de tese de doutorado de uma das autoras. SILVEIRA, Alair. *Bolívia e Brasil: os fundamentos comparados da legitimidade social dos governos Evo Morales e Lula*. USP, 2015. Livro no prelo EdUFMT.

nizações coletivas de longa data e larga referência política para os trabalhadores brasileiros: a CUT, o MST e a UNE. O *governismo* dessas organizações permitiu não apenas o avanço da ofensiva do capital sobre os trabalhadores, com o protagonismo de Lula e do PT, mas desorganizou a unidade classista, desmobilizou as lutas contra o capital, e, ao final, deixou um saldo de desorientação e descrença entre os trabalhadores quanto à própria capacidade de transformar a realidade.

Desta maneira, a adesão e/ou cooptação de importantes lideranças políticas, estudantis, populares e sindicais ao chamado *governismo*, em verdade responde à adesão (por convencimento ideológico) ou cooptação (de origem monetária ou de *status*) ao projeto que os partidos que deram sustentação ao Governo e, portanto, o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) abraçou: o neoliberalismo.

E é nesse contexto que a classe trabalhadora vivencia seus dramas e trama sua sobrevivência. E é precisamente no campo da subjetividade que se encontram os maiores desafios. Se enfrentar condições objetivas profundamente desfavoráveis e adversas exige determinação, enfrentá-las desacreditando na própria capacidade de enfrentamento é impossível, visto que descrentes não somam, subtraem.

E, nesse aspecto, é preciso não esquecer o caráter pedagógico que ações de partidos e de direções exercem sobre os trabalhadores. Assim, quando Lula e outras lideranças petistas sentenciaram que: “*greve remunerada é férias*”; alguns direitos trabalhistas são “*penduricalhos*”; Bush é “*um companheiro*”; os usineiros “*estão virando heróis mundiais*”; na oposição se faz “*bravatas*” e que no poder é preciso governar com a “*realidade*”; a “*democracia traz obstáculos ao desenvolvimento*”; “*pessoas mais velhas que são de esquerda têm problemas, assim como jovens de direita*”; só “*ex-sindicalista pode propor restrição a greves*”; e que, por fim, estudava “*flexibilizar gastos sociais*”; é preciso ater-se ao caráter pedagógico do discurso que, no mínimo, é não-trabalhador, não-social e anti-transformador.

Tem-se, assim, que o “*transformismo*” petista (na perspectiva gramsciana) produziu uma mutação política-ideológica molecular, transformando muito dos aguerridos lutadores sociais historicamente contrários à dominação capitalista em defensores da hegemonia neoliberal, embora refutando qualquer associação ao seu nome. Esse *transformismo* ao mesmo tempo em que paralisa a ação direta, priorizando resultados parciais e de natureza mitigatória, aposta no rebaixamento das demandas sociais como forma de construir alternativas conciliatórias.

Nesse processo de sujeição às diretrizes governistas pautadas pela governabilidade congressual e pela conciliação de classes, parcelas significativas de

organizações sindicais e populares retiraram-se da linha de frente das lutas, defendendo, inclusive, reformas amplas e/ou parciais contrárias aos interesses dos trabalhadores. A Reforma da Previdência, em 2003, foi um exemplo do rumo e do ritmo das políticas dedicadas aos trabalhadores pela direção petista e seus aliados.

Desta maneira, a CUT propositiva do início dos anos 90 confluuiu para o aprofundamento da política conciliatória que o PT aprofundou à frente do Poder Executivo e da base de sustentação parlamentar negociada no Legislativo.

Com a adesão ao governismo por parte da CUT, rebaixando reivindicações e recuando em ações diretas, muitos sindicatos filiados à Central foram rompendo com a Entidade. Essa foi, por exemplo, a situação do ANDES/SN, que no 24º Congresso Nacional, em março de 2005, aprovou a desfiliação da CUT. Um ano antes, várias entidades insatisfeitas com os rumos da CUT, e descrentes com uma possível retomada das origens classista e combativa da Central, haviam se unido para formar uma nova organização, de âmbito nacional, capaz de aglutinar os trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, desempregados e aposentados. Nesse processo, o ANDES/SN teve importante atuação para a criação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

A CONLUTAS firmou-se sobre o compromisso estratégico de organização e emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, sem qualquer dependência política e/ou financeira do capital ou do governo de plantão, com o objetivo de consolidar-se a partir de princípios extraídos da experiência concreta da classe trabalhadora com suas direções e entidades.

De acordo com o Caderno de Resoluções do CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores), de maio/2006, a Coordenação Nacional de Lutas comprometeu-se, dentre outras coisas, com *a) – a organização e representação do conjunto da classe trabalhadora: trabalhadores e desempregados; estudantes; trabalhadores aposentados e ativos; trabalhadores do campo e da cidade; trabalhadores formais e informais e todos aqueles que vivem-da-venda-da-força-de-trabalho, esteja ocupada ou não; b) – ação direta dos trabalhadores como forma privilegiada de luta; c) – processos decisórios construídos sobre a ampla participação das entidades e da base; d) – firmar garantias práticas para impedir a burocratização e o encastelamento de direções que se descolam das bases; e) – independência política e financeira do Estado, do governo, dos patrões e das instituições religiosas; f) – independência dos partidos políticos, com a garantia de que as decisões serão tomadas nos espaços de deliberação, de forma soberana, considerando que o caráter da CONLUTAS é sindical e popular, não partidário; e, por fim g) – internacionalismo classista.*

Esses compromissos foram ratificados no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado em Santos/SP. A partir desse CONCLAT, em 2010, a CONLUTAS passou a denominar-se Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas). Em 2011, no 30º Congresso Nacional do ANDES/SN, o Sindicato Nacional referendou a filiação à CSP, já que a filiação à CONLUTAS fora aprovada em 2007, no 26º Congresso Nacional.

De acordo com estudo do IPEA (2016), produzido por André G. Campos, intitulado **Sindicato no Brasil: o que esperar no futuro próximo?**, das 16.491 organizações de representação de interesses econômicos e profissionais existentes no Brasil, 15.892 eram sindicatos e sete eram centrais sindicais. Deste universo de representação, 5.251 entidades eram patronais e 11.240 pertenciam aos trabalhadores (2016; p. 09-10). Do universo de sindicatos de trabalhadores, 73,8% correspondem a trabalhadores urbanos e a região que mais concentra entidades sindicais dos trabalhadores é a região Sudeste (33,1%), seguida pelo Nordeste (27%) e pelo Sul (23,8%).

Comparativamente, segundo dados de 2012-2014, a taxa de sindicalização brasileira era de 16,9%, muito inferior a países como a China (42,6%), a Itália (37,3%) e a Argentina (30,4%) (2016; p. 13). Em números brutos significa que são mais de 17 milhões de sindicalizados em um universo de 107,2 milhões de trabalhadores brasileiros.

Em outra pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi identificado que o principal motivo para a não filiação era o desconhecimento sobre qual o sindicato representava a própria categoria. E, entre os sindicalizados, 50,8% filiaram-se por acreditar que a entidade defende os direitos dos trabalhadores. A prestação de serviços pelos sindicatos, por sua vez, não parece mobilizar a maioria dos filiados, já que 79,1% declararam não utilizar os serviços oferecidos pelo sindicato e, entre os não sindicalizados, somente 23,6% informaram que não se filiavam porque o sindicato não oferecia os serviços que lhes interessava.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, em que pese a retração do número de trabalhadores empregados da ordem 3,8% no período 2014-2016, o percentual de sindicalizados cresceu 11,4%. Observa-se, assim, que embora tenha havido aumento do desemprego, a filiação sindical aumentou (**Menos de 20% dos trabalhadores são sindicalizados no Brasil, aponta IBGE**. G1, 26/04/2017).

Como a organização sindical não pode ser dissociada da direção política que lhe orienta a ação, o fato da CUT permanecer como a maior Central brasilei-

ra, ao mesmo tempo em que aprofundou sua adesão às políticas conciliatórias e, durante os governos petistas, tuteladas pelo governismo, tem consequências para a unidade de classe e autonomia sindical. Especialmente quando se considera os movimentos protagonizados por muitas entidades sindicais oriundas do “novo sindicalismo” que de críticas ao imposto sindical, converteram-se em suas defensoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estamos perdidos. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender.

Rosa de Luxemburgo, 1983

Na medida em que as condições objetivas de sobrevivência *daqueles-que-vivem-da-venda-da-força-de-trabalho* dependem, no capitalismo, da sua capacidade de ser explorado pelo capital, o desemprego estrutural e todas as trágicas consequências impostas à classe trabalhadora em geral expõem o conjunto dos trabalhadores a situações cada vez mais inseguras, tensas, instáveis e, portanto, insalubres.

Não por acaso, depressão, síndrome do pânico, suicídio, alcoolismo e síndrome de Burnout deixam de se apresentar como casos isolados para constituírem-se em doenças ligadas ao trabalho. Entretanto, mais do que consequência da atividade laboral em si, tais doenças expõem as condições de insegurança permanente que ameaçam todos os empregados. Associado à instabilidade constante, cujo emprego está sempre por um fio, a degradação das condições de vida, em virtude da precarização das condições de trabalho e remuneração, converte-se em terreno fértil para todo tipo de doença de fundo nervoso e emocional.

Desta forma, à instabilidade dominante nas relações de trabalho, para aqueles que estão empregados, acrescenta-se a ameaça - nada original ou improvável, porém cada vez mais visível - do ingresso no que Bárbara Schmitter Heisler denomina de *subclasse*. De acordo com a autora, a subclasse representa *a parte inferior da estrutura de classes*. Como expressão da subcidadania, a subclasse comporta minorias raciais, desempregados crônicos, trabalhadores sem especialização e treinamento profissional, pessoas com longa dependência do assistencialismo governamental, mulheres solitárias que chefiam lares, alcoólatras, drogados e trabalhadores destituídos de qualquer ética nas relações de trabalho. (HEISLER Apud IANNI; 1997, p. 76).

Como bem destacou Ianni (1997, p. 77), mais do que uma estrutura, a subclasse reflete *manifestações novas e renovadas do processo de pauperização inerente à fábrica da sociedade, ao modo de produção capitalista. [...] a subclasse forma-se no âmbito do desemprego estrutural*.

Paradoxalmente, o desemprego estrutural é contemporâneo aos ganhos de produtividade. De acordo com o economista e professor Márcio Pochmann

(UNICAMP), *os ganhos de produtividade obtidos pelo mundo do trabalho já permitem que a jornada dos trabalhadores possa ser de quatro horas por dia, em três dias por semana.* Ainda segundo o professor,

[...] não é possível reduzir a jornada numa fábrica, onde há linha de montagem, mas em prestação de serviços não há necessidade de o trabalhador permanecer por oito horas no mesmo local de trabalho todos os dias. [...] os empresários podem argumentar que não há espaço para a redução, assim como no início do século XX muitos não entendiam que a jornada de 14 horas por dia diminuía a produtividade e provocava uma série de doenças no trabalhador (**Jornada do trabalhador poderia ser de 4 horas, diz Professor.** Jornal Folha do Estado. 16/4/2007. Economia & Negócios).

Excluídos da riqueza que produzem (cujo trabalho excedente diário corresponde a mais de três vezes o tempo de trabalho necessário, considerando uma semana de cinco dias e tendo por base os estudos de Pochmann), os trabalhadores têm, somente, um meio de enfrentar a *barbárie* cotidiana: organizar-se coletiva e internacionalmente, como já ensinaram as grandes experiências históricas.

A primeira condição para superar as condições objetivas que demandam ação é romper com a subjetividade dominante entre os trabalhadores em geral. Porém, na medida em que não há resistência social sem convergência política quanto à finalidade, os principais desafios da atualidade para a classe trabalhadora é fazê-la reencontrar-se com sua autostima política, isso é, sua capacidade de reconhecer-se como sujeito histórico capaz de promover grandes transformações e mudar o rumo da história. E embora esse não seja um desafio fácil de ser superado, é impossível esquecer que o aprofundamento das formas de exploração e exclusão não é feito impunemente, isto é, há limite social para a resignação e, portanto, para o alcance que alternativas individuais e imediatistas têm para alimentar essa resignação.

Nesse processo de esgotamento da capacidade de resignação social, as organizações dos trabalhadores têm papel fundamental, imprescindível. Para tanto, é necessário superar lideranças políticas centradas no discurso da estratégia de ação “propositiva e negociadora”. Toda estratégia (objetivo em longo prazo) centrada em ações propositivas e de negociação promove dois equívocos com claras consequências políticas: 1) – Entende a negociação e a apresentação de propostas em si mesmas, isto é, nos marcos impostos pelo capital, o que implica em não romper com a lógica de hiperexploração, desemprego, precarização e exclusão; 2) –

Utiliza o discurso da negociação e da propositividade como contraposição às ações combativas, como se essas não oferecessem propostas e se recusassem a negociar. A diferença central é que para os “combativos”, a negociação é um meio, não um fim. Portanto, sua eficácia, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, depende da sua capacidade de mobilização para forçar negociações em condições mais favoráveis. Somente com tal poder de pressão, os termos das reivindicações e propostas podem obter sucesso.

Portanto, mesmo que tanto insistam em decretar o fim do emprego e da mais-valia, da luta de classe e da ideologia, alguns, inclusive sob a forma de despedida: *Adeus ao proletariado*, conforme título do livro de André Gorz, a centralidade do trabalho não foi superada. Em um dos livros mais esclarecedores sobre as transformações do mundo do trabalho, Ricardo Antunes (1995) provocou no próprio título: *Adeus ao trabalho?* A questão central, demonstrada por Antunes não está na *pseudo* superação do trabalho como elemento central da sociedade capitalista, produtora de mercadorias, mas nas transformações que ela engendra para realizar a *vertigem* da qual falava Marx, no sentido de autonomizar-se em relação aos trabalhadores e, assim, realizar o processo de apropriação do capital sem passar pelo processo de transformação material do dinheiro em capital através do trabalho (D-M-D).

Logicamente que com a revolução permanente dos meios de produção e, conseqüentemente, das forças produtivas, as relações entre capital e trabalho também são revolucionadas. Tais transformações, entretanto, não representam a superação ou o “*fim do emprego*” (RIFKIN, 1995), nem tampouco da força de trabalho como fonte originária do lucro. A mudança nos níveis de ocupação e do perfil dos trabalhadores formais não representa o fim da centralidade do trabalho, embora, inegavelmente, haja transformações impressionantes nas relações de empregabilidade.

Essas transformações, entretanto, não podem materializar-se ou serem compreendidas fora do movimento das relações de produção social do capitalismo. Isto é, de um lado, há o aprofundamento da extração de mais-valia relativa e absoluta (não só a precarização do trabalho, a informalidade, a terceirização, mas também os movimentos de realocização/deslocalização do capital, em nível internacional, expressam essa verdade); e, ao mesmo tempo, o *regime de dominância financeira* sofre de uma instabilidade inerente, posto que se sustenta sobre a remuneração do capital sem lastro suficiente. Por outro lado, há de se considerar a necessidade de consumidores para absorver as mercadorias produzidas, mesmo

que existam nichos de consumidores para mercadorias específicas; e, por fim, os capitalistas, por mais que queiram isolar-se da sociedade que exploram, não conseguem livrar-se dela e, neste sentido, as manifestações desorganizadas e violentas que esta sociedade produz, também refletem sobre a segurança indispensável que o capital reclama.

Assim, da mesma forma que o trabalho não perdeu a centralidade na sociedade capitalista, também a classe trabalhadora não perdeu as condições objetivas para poder construir um outro modelo civilizatório. E, para isso, precisa organizar-se coletivamente.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade. Greve metalúrgica e subjetividade operária.** Campinas/SP: Editora da Unicamp; SP: Imprensa Oficial, 1999.

AGÊNCIA BRASIL. Brasília. **Trabalhador com menor escolaridade tem mais dificuldade para conseguir emprego.** Maiana Diniz. 13/07/2017

AGUENA, Paulo. (Org). **O marxismo e os sindicatos – Marx, Engels, Lenin e Trotsky.** São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2º ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: Boschetti et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2009.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado II. O assalto das privatizações continua.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

BOITO JR. Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica**

da estrutura sindical. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BRAND, Ulrich. Crises ambientais e a pós-neoliberalização ambígua da natureza. In: BRAND, Ulrich; SEKLER, Nicola. (Org.). **Diante da crise global: Horizontes do pós-neoliberalismo**. Apresentação Emir Sader; Revisão técnica, Francisco Conte. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO. 24ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

CADERNO DE RESOLUÇÕES DO CONAT – *Congresso Nacional de Trabalhadores*. São Paulo: maio/2006.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo**. Texto para discussão n. 2262. IPEA, dezembro/2016.

CECEÑA, Ana Esther. O pós-neoliberalismo e suas bifurcações. In: BRAND, Ulrich; SEKLER, Nicola. (Orgs.). **Diante da crise global: Horizontes do pós-neoliberalismo**. Apresentação Emir Sader; Revisão técnica, Francisco Conte. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 28ª ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1989. Coleção Primeiros Passos.

CHESNAIS, François. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Tradução Andréia Galvão e José Marcos Nayme Novelli. Revisão Estela Dias. São Paulo: Xamã, 2003. *Coleção Seminário Marxista: Questões Contemporâneas*.

CORREIO BRASILIENSE. **Tecnologia vai tirar 7 milhões de empregos até 2021, afirma estudo**. Vera Batista. 12/02/2018.

DE MASI, Domênico. **O futuro do trabalho – Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Tradução Yadyr A. Figueiredo. Brasília, DF: Editora UNB; Rio de Janeiro:

José Olympio Editora, 1999.

DURAN, Aldo Gil; BARIZÃO, Débora Fernandes. **A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil**. Horizonte Científico/UFU. Vol. 6. N. 1. Agosto/2012.

em.com.br. ProUni oferece curso reprovado pelo MEC. Grasielle Castro e Mariana Mariz. 20/01/2013.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. Ano: 2004, 2006, 2007, 2016 e 2017.

FOLHA DO ESTADO. São Paulo. Ano 2007.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

Gl. O Globo. Rio de Janeiro/São Paulo. 2014, 2017 e 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Tradução Walda Caldeira Brant. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. *Coleção Zero à Esquerda*.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IPEA. Sindicato no Brasil: o que esperar no futuro próximo?. André G. Campos. 2016.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. *In Os últimos combates*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capital**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/> Acesso 13 jan. 2016.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfas-Omega, 1977.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **A crise do capital – os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Revisão Armandina Venâncio e Paulo Roberto Pelicano. 6ª ed. São Paulo: Editora Global, 1986.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 1. O processo de produção do capital. Vol. 1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984. Vol. I.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, Livro 1, v 2.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo. 2011.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

OFFE, Claus. Duas lógicas da ação coletiva: *Anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional*. In **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. 1ª ed. Tradução Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ONUBR. OIT: *Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017*. 19/01/2016.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In ANTUNES, Ricardo; et al. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. *Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

REDE BRASIL ATUAL. **Brasil tem 12 milhões de trabalhadores terceirizados**. 14/08/2013.

REVISTA CARTA CAPITAL. São Paulo. **‘A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado’**. 09/06/2015.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. São Paulo. **O mundo depois da crise de 2008**. 25/09/2013.

REVISTA IHU on-line. **Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho**. Entrevista especial com Márcio Pochmann. 27/04/2008.

REVISTA VALOR ECONÔMICO. **País ainda tem 44,2 milhões de trabalhadores informais, estima IBGE**. Alexandra Saraiva e Diogo Martins. 28/11/12.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos – O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr, Revisão Técnica de Luiz Carlos Meregé. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Bra-**

sil: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça** – *A política social na ordem brasileira*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEBRAE. São Paulo. **Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas**. 2017.

SILVEIRA, Alair. **Educação: Sinônimo de qualidade ou quantidade?** *In* Revista Jurídica UNIRONDON, n. 1. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2001.

STACONNE, Giuseppe. **Gramsci –100 anos: Revolução e política**. Rio de Janeiro/RJ, Vozes. 1991.

TOLEDO, Edilene. **Um ano extraordinário: Greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 30, n. 61; 497-518. Maio-agosto 2017.

VALÊNCIA, A. S. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho: Superexploração e Novos Paradigmas da Organização do Trabalho**. Uberlândia, Edufo, 2009.

VASAPOLLO, Luciano. (Coord.); CASADIO, Mauro; MARTUFI, Rita; CARARO, Sérgio. **A Europa do capital – Transformações do trabalho e competição global**. Tradução de Maria de Jesus de Britto Leite. São Paulo: Editora Xamã, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica Gabriel Cohn. 5^a ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1991.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PARTE II

A PLURALIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Alair Silveira•

Se *aqueles-que-vivem-da-venda-da-força-de-trabalho* definem o pertencimento à classe trabalhadora, sua conformação é traçada por muitas raças, múltiplas etnias, diversas sexualidades, distintas religiões e, principalmente, muitas lutas.

Desta forma, a pluralidade da classe conforma-se na unidade da sua condição objetiva e, especialmente, política de classe. E esse é o grande desafio dos trabalhadores: compreender a diversidade na unidade e construir identidades como pertencimento de classe.

Como parte do esforço teórico e prático da pluralidade classista, convidamos algumas companheiras para contribuir com esse Caderno de Formação Política e Sindical, nos permitindo compartilhar reflexões sobre racismo, mulheres e relações sociais de sexo. Como resultado, apresentamos a gentil e competente contribuição de cada uma dessas companheiras.

• Profa. Depto. de Sociologia e Ciência Política UFMT, Pesquisadora MERQO-CNPq
GTPFS-ADUFMAT - ANDES/SN- alairssilveira@gmail.com

RACISMO NO BRASIL: o que a Universidade tem a ver com isso?

Maria Clareth Gonçalves Reis•

Maria Raimunda Penha Soares••

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar, de forma sucinta, alguns elementos para pensarmos no papel da universidade pública brasileira no debate e na problematização do racismo e no combate a ele dentro e fora do espaço acadêmico. Para tanto, torna-se necessário entender o racismo tanto inerente à estrutura da sociedade brasileira, como às suas diversas expressões sociais.

Neste sentido, torna-se importante, para além da adoção de políticas de cotas através da Lei 12.711/2012 (Lei das Cotas) para alunos de graduação e pós-graduação no ensino superior brasileiro, que as universidades discutam e decidam por políticas estudantis afirmativas e pela adoção efetiva das resoluções e leis como a Resolução nº1/2004⁹¹, o Parecer nº3/2004⁹², a Lei 10.639/2003⁹³ e a Lei 11.645/2008⁹⁴, que tratam da inserção, no ensino superior, de conteúdos sobre a Educação das relações étnico-raciais, da criação de canais de comunicação com grupos e coletivos de movimentos negros e da cultura afro-brasileira e da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos oficiais da rede de ensino.

• Profa. Associada da UENF. Coordenadora do NEABI-UENF - E-mail: clareth13@gmail.com

•• Profa. Associada da UFF/*Campus* Rio das Ostras. Coordenadora do NEAB/UFF de Rio das Ostras - E-mail: ray-soares@hotmail.com

91. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

92. Parecer do Ministério da Educação. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

93. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

94. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 11. 645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O debate que apresentamos aqui tem como objetivo suscitar intervenções dentro das universidades, no sentido de inserir o combate ao racismo no espaço acadêmico e na construção de estratégias efetivas para encaminhar os casos que vierem a ser denunciados.

2. O Racismo no Brasil e sua origem no modelo escravista

Um pressuposto importante para falarmos e debatermos sobre o racismo e combatê-lo é considerá-lo inserido em um contexto sócio-histórico, e não como algo abstrato, que se situa acima das relações sociais nas quais a sociedade se insere. Dito isto, devemos situar o racismo no Brasil como estando diretamente ligado ao processo de escravização de negros e negras que forçosamente foram arrancados de África e trazidos para estas terras, obrigados a trabalhar na condição de escravizados (MOURA, 1992⁹⁵; NASCIMENTO, 2017⁹⁶).

Desta forma, situamos a origem do racismo contemporâneo no processo de expansão colonial da Europa, no contexto de acumulação primitiva de capital⁹⁷, ou seja, no bojo do nascimento da sociedade capitalista, o que torna inegável a relação entre colonização, escravidão moderna e capitalismo nascente. Se, na Europa, a acumulação capitalista consistiu na criação de uma massa de trabalhadores separada violentamente dos meios de produção; em África, implicou a escravização e subjugação de seus povos e territórios; e nas Américas, culminou no extermínio dos povos originários e a utilização de braços negros escravizados na produção de matérias primas e extração de metais preciosos para as metrópoles europeias (IANNI, 1978)⁹⁸.

Se o desenvolvimento do capitalismo, aliado a fatores internos como os movimentos de contestação e corrosão ao escravismo que os quilombos expressavam, funcionou como elemento externo de pressão para o fim da escravização nas Américas, não podemos considerar que o racismo fosse anacrônico a este modelo societal. Ao contrário, como indica Federici (2017)⁹⁹, o capitalismo, como sistema econômico e social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo.

95. Cf. MOURA, **História do Negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

96. Cf. NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva 2017.

97. Cf. MARX, Karl. Capítulo XXIV. A chamada acumulação primitiva. *IV. O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. Volume 2. O processo de produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

98. Cf. IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

99. Cf. FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e Acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

Desta forma, é importante vincularmos a origem do racismo no Brasil ao processo de colonização deste território, mas, fundamentalmente, à inserção deste em uma dinâmica mundial que consistia na expansão de um modo de produção predatório para diversos povos (como os dos territórios africanos, e das Américas). Assim, é mais compreensível a afirmação de que o racismo é funcional ao capitalismo e que não podemos discutir raça sem abordar classe.

Com o fim oficial da escravidão no Brasil, inevitável não unicamente pela contradição que esta apresentava em relação ao trabalho livre ou por outros fatores externos ligados ao desenvolvimento do capitalismo, mas também, e fundamentalmente, porque os movimentos contestatórios (de fugas, organização de quilombos, revoltas, dentre outros que ofereciam fundamentação para a luta abolicionista) estavam minando a sociedade escravista por dentro (FIABANI, 2012)¹⁰⁰. Os negros e negras foram deixados à própria sorte.

Neste sentido, o Estado se desobriga (e desobriga os fazendeiros e donos de escravos) a reparar os danos (históricos) provocados aos povos africanos para cá trazidos e aos seus descendentes. É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação socioeconômica do Brasil no período da escravidão, e é certo que este elemento não foi superado com a libertação formal. Com o fim da escravidão no Brasil, portanto, o racismo não somente não foi superado, como algumas ideologias racistas que davam fundamento à escravidão permanecem e se enraízam nas relações sociais emergentes, nas instituições, na narrativa oficial e na proposta de construção de uma nação próspera branqueada. Assim, “o projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca” (JACCOUD, 2008)¹⁰¹.

Assim, não houve por parte do Estado a criação de políticas inclusivas, reparatórias ou afirmativas; ao contrário, o Estado sustenta um projeto econômico, social e cultural de eliminar paulatinamente o negro da composição racial do Brasil, considerado pelas elites da época como o peso morto da sociedade, o atraso que impediria o Brasil de alcançar o tão sonhado modernismo ou desenvolvimento nacional.

100. Cf. FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004). São Paulo: Expressão popular, 2012.

101. JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. IN. THEODORO, Mario (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. IPEA, 2008.

É esta política de branqueamento que não desaparece com a chamada democracia racial, que Abdias Nascimento chama de Genocídio do negro brasileiro e que Florestan Fernandes comenta:

[...] contudo, o que se fez e continua a fazer com os negros e com os seus descendentes merece outro qualificativo? Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas tem sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. Aí não entra nem uma figura de retórica nem um jogo político. Quanto à escravidão, o genocídio está amplamente documentado e explicado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. (FERNANDES, Florestan. Prefácio à Edição Brasileira In. NASCIMENTO, 2017, p. 19/20).

Para Nascimento (2017), o genocídio consiste tanto na adoção institucional de uma política de branqueamento, no extermínio do corpo negro, quanto na eliminação de tudo que culturalmente dizia respeito aos afro-brasileiros, havendo, também, um genocídio cultural.

A realidade que decorre deste quadro é de uma intensa desigualdade racial no país, expressa no acesso a lazer, educação, saúde, habitação etc. São estas desigualdades de “raça” e gênero que dão concretude às classes trabalhadoras brasileiras; portanto, pensar a luta de classes no contexto brasileiro é pensar nas lutas particulares e históricas destes “segmentos” como parte das primeiras.

Para além destes elementos que impactam diretamente na reprodução social da população afrodescendente, que compõe os trabalhadores negros deste país, há, no Brasil, um racismo explícito expresso em ações de violência de diversos matizes: na forma de abordagem da polícia a negros; na criminalização da pobreza; na ideia de que negros têm e devem sempre ocupar um lugar subalterno na sociedade e, quando não o fazem, incomodam (as negras devem ser cozinheiras, faxineiras, domésticas; os negros, porteiros, serventes, pedreiros); negros não devem ocupar os cursos superiores historicamente da elite; no estigma do negro morador de favela, na objetificação do corpo negro (sobretudo o feminino), dentre outros elementos.

Os negros e negras brasileiros são os que mais morrem, os que estão fora

da escola, os que menos chegam às universidades, os que têm os piores empregos, os que ganham os menores salários. O Atlas da Violência (2017, p. 30)¹⁰² indica que *“De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra”*, o que apenas corrobora com assertiva de genocídio do negro brasileiro.

Estas reflexões trazidas acima confirmam a necessidade de trazer o tema para o cotidiano das universidades, acima de tudo, em todos os cursos de licenciatura, por serem eles formadores de professores que irão atuar no ensino básico. Isso se torna essencial, inclusive, para vencermos os altos índices de evasão escolar de crianças, adolescentes e jovens negros, que, muitas vezes, não têm condições de permanecer na escola por causa do acesso ao trabalho precoce, da violência e do racismo, seja ele individual ou institucional. Essa realidade foi confirmada por meio de um estudo que mostra que a maioria dos mais de 3,8 milhões de brasileiros entre 4 e 17 anos que não frequenta a escola é do sexo masculino, negra e pobre (FAVELA 247, 2018).

3. Por que discutir racismo nas universidades?

O Brasil é um país ainda marcado pelas desigualdades, implicando raça, classe, gênero etc., e, neste contexto, destacamos a população negra, que representa 54% da população do país, segundo dados divulgados em 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Síntese de Indicadores Sociais. Embora a inserção de negros/as no ensino superior tenha aumentado desde a implementação das ações afirmativas, com destaque às cotas raciais, ainda percebemos uma diferença considerável em relação à entrada e permanência destes estudantes no ensino superior. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, segundo pesquisa do mesmo Instituto (Idem), mas este percentual ainda é inferior ao de brancos/as, que chegou a 26,5% neste mesmo ano.

Compreendemos estas disparidades por meio de vários estudos realizados sobre a situação acima citada (SANTOS, 2001, FERES JÚNIOR¹⁰³, 2017, SILVA & SILVÉRIO, 2003, MACHADO, 2013)¹⁰⁴. O racismo arraigado histórico e culturalmente em nossa sociedade reproduz, ainda hoje, uma superioridade racial repre-

102. ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2017.

103. FERES JÚNIOR, João et al. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 60, nº 2, 2017, pp. 293 a 330.

104. MACHADO, Elielma Ayres. Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012). Organização: André Lázaro e Laura Tavares. - Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013. 100 p.

sentada por brancos. O racismo atua também na crença do poder, da autoridade e do controle que um grupo, que se vê como superior, acredita ter sobre os outros (REIS, 2017, p. 73).¹⁰⁵ Podemos perceber esta prática nas instituições de ensino superior marcada pelo racismo institucional, que “*se refere às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões [...] É anônima à medida que os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da responsabilidade*” (CASHMORE, 2000, p. 469). Ainda sobre racismo institucional, podemos notar que

[...] é basicamente o tratamento diferenciado entre raças no interior de organizações, empresas, grupos, associações e instituições congêneres. Em resumo, e de forma coloquial, considerando a problemática singular entre negros e brancos, é você tratar o negro de uma forma e o branco de outra. É você optar por um em prejuízo do outro, ou mesmo preferir, ou até, de forma indireta, ofertar tratamentos diferenciados, de modo a privilegiar um em detrimento do outro, sem qualquer respaldo legal (GELEDÉS, 2017).¹⁰⁶

Pensando nas desigualdades sociais e raciais ainda presentes nas instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, é que defendemos a inserção da discussão que permeia o racismo nestes espaços. Nós, docentes do ensino superior, não podemos nos isentar deste debate. Muitos/as profissionais desta modalidade de ensino ainda defendem e creem na democracia racial (GUMARÃES, 2006)¹⁰⁷, que tem, em sua origem, a ideia da convivência pacífica entre brancos e negros, a partir do mito da miscigenação da nação como algo positivo e exemplo da inexistência de racismos. A realidade, entretanto, mostra o contrário, já que temos visto, cada vez mais, denúncias de casos de racismo nas universidades, praticados, sobretudo, contra estudantes negros inseridos pelas políticas de ações afirmativas, desrespeitando, inclusive, a Lei nº 12.711/2012.¹⁰⁸

Dentre os casos de racismo dentro do espaço acadêmico, podemos citar o denunciado por um estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC), que encontrou um bilhete com mensagem racista em um mural do Núcleo de Pesquisa e

105. REIS, Maria Clareth Gonçalves Reis. **Mulheres, negras e professoras: suas histórias de vida**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017, 248 pg.

106. GELEDÉS. **Racismo Institucional – O Ato Silencioso que Distingue as Raças**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-racas/>> Acesso em 24 de maio de 2018.

107. GUMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. — São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

108. Sancionada em agosto de 2012, esta lei garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Estudos Regionais – Nuper, direcionado a negros e africanos (GELEDES, 2018)¹⁰⁹; os ocorridos em universidades paulistas e denunciados por seus alunos, como o sofrido pelo estudante João Gilberto na Faculdade Fundação Getúlio Vargas (FGV), que teve sua foto postada em uma rede social com a seguinte frase: “*Achei esse escravo aqui no fumódromo! Quem for o dono, avisa*”¹¹⁰. Ou o sofrido por Sônia Guimarães, a primeira mulher negra a se tornar doutora em física no Brasil e a ser professora no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP). Sônia denuncia que, mesmo após 25 anos trabalhando na instituição de ensino, ainda sofre preconceito por parte de alunos e de colegas.¹¹¹ Estes são apenas alguns exemplos de racismo no ambiente acadêmico. Em uma rápida pesquisa, podemos encontrar inúmeras denúncias com o mesmo teor.

A política de ações afirmativas, na modalidade de cotas para ingresso de negros e negras nas universidades brasileiras, explicitou, dentro dos chamados espaços acadêmicos, um racismo que já era parte do cotidiano da população negra deste país, historicamente excluída dos espaços considerados de produção do conhecimento. A resistência de alguns setores dentro das universidades à implementação das cotas raciais demonstra que este ainda é um espaço elitista, pensado para não negros.

Todos estes elementos só demonstram que este ainda é um debate que deve ser enfrentado no espaço acadêmico e que se torna cada vez mais urgente pensarmos em medidas efetivas de combater o racismo dentro e fora das universidades.

Considerações finais

A adoção da política de cotas, embora ainda contestada e mal compreendida por muitos, demonstra efetividade, tendo em vista que, entre 2013 e 2015, garantiu o acesso a aproximadamente 150 mil estudantes negros em instituições de ensino superior em todo o país (SEPPPIR, 2016)¹¹². Por outro lado, ainda temos muito

109. GELEDÉS. Aluno de mestrado encontra novo bilhete racista em mural da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/aluno-de-mestrado-encontra-novo-bilhete-racista-em-mural-da-universidade-federal-do-ceara/>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

110. GELEDÉS. Alunos denunciam casos de racismo em Universidade de São Paulo. Acesso em: <<https://www.geledes.org.br/alunos-denunciam-casos-de-racismo-em-universidades-de-sao-paulo/>>. Acesso em 23 mai. 2018.

111. GELEDÉS. Doutora em Física, primeira professora negra do ITA, denuncia preconceito de alunos e colegas: “me odeiam”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/doutora-em-fisica-primeira-professora-negra-do-ita-denuncia-preconceito-de-alunos-e-colegas-me-odeiam/>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

que avançar na implementação das demais resoluções que tratam da inserção de temáticas como Educação para as relações étnico-raciais e ensino da cultura afro-brasileira e indígena, bem como abrir canais de diálogo com movimentos negros e coletivos e grupos da Cultura afro-brasileira, dentre outras ações. Nesta direção, o artigo nº1 da Resolução nº1/2004, já citada anteriormente, indica que

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004.

De acordo com o artigo 4 da Resolução nº1/2004:

Art. 4º - Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, **como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros**, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para **planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino**.

Por outro lado, a inserção obrigatória, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena é explícita na Lei 11.645/2008, o que remete a necessária formação de docentes aptos a ministrarem estes conteúdos nos cursos superiores voltados para a licenciatura.

Estas são apenas algumas medidas, já previstas em lei, que deveriam ser pauta dos movimentos docentes comprometidos com outro modelo de ensino superior: público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. É urgente nos perguntarmos que universidade queremos no Brasil e que nossas respostas incluam as demandas, pautas e bandeiras da população afro-brasileira e indígena.

Por fim, sabemos que são muitos os desafios a serem enfrentados no combate ao racismo nas nossas universidades, públicas e privadas. Sabemos também que não se trata de algo simples, mas é necessário. Devemos começar pelo respeito às diferenças, aos cabelos crespos, à cor da pele, à maneira de se vestir, à religiosidade etc. Deveríamos também comemorar a entrada de pessoas negras nas

112. BRASIL. MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> Acesso em: 23 mai. 2018.

universidades, ao invés de hostilizá-las, compreendendo que ações afirmativas não são privilégios, são direitos, fruto de muita luta, dos nossos antepassados negros.

Que as universidades decidam ainda pelo enfrentamento e pela produção de conhecimento que contribuam com o combate ao racismo, em todas as suas expressões e matizes.

Referências bibliográficas:

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> Acesso em: 23 maio 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e Acumulação primitiva.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERES JÚNIOR, João. et al. **Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil.** *Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, vol. 60, nº 2, 2017, pp. 293 a 330.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004).** São Paulo: Expressão popular, 2012.

GELEDÉS. **Racismo Institucional – O Ato Silencioso que Distingue as Raças.** Disponível em <<https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-racas/>> Acesso em 24 de maio de 2018.

GELEDÉS. **Aluno de mestrado encontra novo bilhete racista em mural da Universidade Federal do Ceará.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/aluno-de-mestrado-encontra-novo-bilhete-racista-em-mural-da-universidade-federal-do-ceara/>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

GELEDÉS. **Alunos denunciam casos de racismo em Universidade de São Pau-**

10. Acesso em: <<https://www.geledes.org.br/alunos-denunciam-casos-de-racismo-em-universidades-de-sao-paulo/>>. Acesso em 23 mai. 2018.

GELEDÉS. **Doutora em Física, primeira professora negra do ITA, denuncia preconceito de alunos e colegas: “me odeiam”**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/doutora-em-fisica-primeira-professora-negra-do-ita-denuncia-preconceito-de-alunos-e-colegas-me-odeiam/>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo: Editora 34, 2002.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: *o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil*. IN. THEODORO, Mario (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. IPEA, 2008.

MACHADO, Elielma Ayres. **Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)**. Organização: André Lázarro e Laura Tavares. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013. 100 p.

MARX, Karl. Capítulo XXIV. A chamada acumulação primitiva. *IV. O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. Volume 2. O processo de produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOURA, **História do Negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva 2017.

Parecer do Ministério da Educação. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004. Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera

a Lei no 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 11. 645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

REIS, Maria Clareth Gonçalves Reis. **Mulheres, negras e professoras: suas histórias de vida.** Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017, 248 pg.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

AS RAÍZES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Renata Gomes da Costa•

Ao tratar das relações construídas entre os sujeitos, as relações sociais de sexo se inserem numa trajetória histórica em que se tecem os fios invisíveis dos fundamentos das opressões contra as mulheres. No capitalismo as mulheres vivenciam uma dupla desvantagem: no âmbito estrutural, por sua inserção periférica e/ou marginal no sistema de produção; e no âmbito superestrutural, mediante a subvalorização das capacidades femininas. Não estamos diante de um problema isolado, mas de um regime de produção alienante que se sustenta na opressão do sujeito, corrompendo seu corpo e espírito.

A forma como as estudiosas das relações sociais de sexo compreende a opressão das mulheres difere essencialmente das que adotam gênero. Essa diferenciação é primordial para a organização política das mulheres, pois o horizonte das bandeiras de luta parte do entendimento teórico dos fenômenos.

Em relação aos estudos de gênero no Brasil, estes cresceram exponencialmente em inúmeras áreas nos anos de 1990, referenciando-se nas pesquisas das autoras norte-americanas que debatiam a categoria “gender” a fim de compreenderem as origens sociais das identidades de homens e mulheres, por considerarem que os comportamentos humanos não têm origem natural, nem biológica, mas partem das inúmeras regras sociais.

No avanço dessas reflexões, Joan Scott destaca-se, no Brasil, entre as estudiosas de gênero que define a categoria em seu aspecto relacional, considerando o caráter social das diferenças entre mulheres e homens. A autora conceitua gênero em duas partes compostas de subpartes, sinalizando-as com a seguinte definição: “*o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder*” (SCOTT, 1990, p. 14).

Esse arcabouço conceitual apresenta discordância, principalmente entre as estudiosas marxistas. Scott desconsidera a posição do sujeito na base material da sociedade e centra sua análise no entendimento da linguagem como detentora do controle absoluto do sujeito, fazendo dessa estrutura onipotente, desconsidere-

• Professora Depto. Serviço Social UFMT, Doutoranda Serviço Social, UERJ, Pesquisadora do NEPMRG/ UFMT - renatagomesdc@gmail.com

rando a base material ao entender que os fatores subjetivos são produzidos apenas pelo discurso.

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe (SCOTT; 1991, p. 4).

Cisne (2013, p. 193), em sua elucidação sobre a estudiosa, afirma que o problema de sua definição centra-se no fato das relações de poder estarem dissociadas das determinações da exploração/dominação, rejeitando qualquer articulação da categoria gênero com a dimensão de classe, contudo “apesar da incôerência apresentada por essa fragmentação, a repercussão positiva da perspectiva advinda de Scott ganha corpo no Brasil na década de 1990. As “análises” e “estudos” de gênero, em detrimento da perspectiva de classe, viram moda”.

Para Cisne (2013), a tradução das produções de Scott no Brasil contribuiu para o fortalecimento da chamada “nova onda” do feminismo, que se voltou para a mudança na linguagem e na atuação política, como ocorreu no feminismo institucionalizado na Europa e nos EUA. Essa mudança se aliou aos objetivos das agências financiadoras e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que tornaram gênero, no lugar de patriarcado, por exemplo, uma categoria mais palatável na concessão de financiamentos.

A autora problematiza a categoria gênero propondo a discussão da categoria relações sociais de sexo, e contra-argumenta algumas teóricas, como Scott, em relação à consubstancialidade das categorias classe, raça/etnia e gênero.

As estudiosas marxistas que adotam a categoria relações sociais de sexo compreendem que as opressões se expressam para além da dimensão simbólica e cultural, mesmo porque essas são frutos e consequência do modo de produzir de uma sociedade.

Gênero e relações sociais de sexo¹¹³ não são sinônimos. O conceito de *rappports sociaux de sexe* surge em 1980, vinculado e conectado com as análises e estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria-chave para as feministas

113. Em francês existem duas palavras referentes a relações, única tradução para o português. *Rapport* se refere a relações mais amplas e *relations* a relações mais pessoais e individuais. Em síntese: O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo

marxistas. O conceito de gênero, em muitas abordagens, é destituído da noção de hierarquia entre os sexos e das desigualdades que estruturam a sociedade, por exemplo, a de classe, exprimindo o “movimento feminista menos confrontante e mais institucionalizado”.

Refletir a partir das relações sociais de sexo possibilita explicitar o processo de dominação e exploração. Mais do que definir as relações sociais de sexo, é necessário desvendá-las, desnaturalizar as desigualdades, hierarquias e opressões, compreender, nesse sentido, o vetor da dominação-exploração-opressão, da apropriação¹¹⁴.

Classe social, relações de sexo e etnia/raça são eixos estruturantes que empregam um modo de ser e viver socialmente. Daí a recusa da segmentação de tais categorias, pois elas se relacionam e se articulam como fenômeno “capaz de demonstrar as formas variadas de dominação-exploração, que caracterizam as sociedades capitalistas em seus processos vertiginosos de ampliação e imposição ideológica, incapaz de suprimir as disputas de projetos societários” (MIRALES, 2010, p. 8-9).

Compreender que a base material da sociedade capitalista é importante para se analisar os fenômenos sociais nada tem a ver com a generalização das opressões. As mulheres são oprimidas a partir de suas particularidades e especificidades. Todavia, as condições materiais determinam a maneira que sofrem os preconceitos. Essa compreensão está ligada a uma forma de conceber o real. A discussão não é moral, entre autores bons ou ruins, é científica, parte de uma disputa teórica, ideológica e política que as ciências humanas e sociais vêm permitindo.

Isso não significa dizer que haja uma mudança mecânica entre economia, cultura e política. A história é um processo! As mudanças na base material não permitem uma transformação mecânica de toda a sociedade. Não estamos reforçando uma leitura mecanicista e economicista, mas, sim, a importância que a base material tem para a vida social.

social e dos fenômenos daí decorrentes. Nas palavras esclarecedoras de Kergoat (2012, p. 126), com base no pensamento de Goldelier (1982): “*Uma rapport social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal*” (CISNE, 2013, p. 111).

114. Em 1978 Colette Guillaumin elaborou o conceito de sexagem. “*Por meio da sexagem as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e à sua vida. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas”*” (CISNE, 2013, p. 146). A “sexagem” é um fundamento para a compreensão das relações sociais de sexo, ao possibilitar o entendimento da apropriação. Não se refere apenas ao domínio e à exploração da força de trabalho, mas também do seu corpo, da sua sexualidade, da sua vida.

As mudanças nas relações materiais modificam as relações sociais, culturais e políticas, as transformações nas relações econômicas perpassam as alterações nas leis e padrões de vida, “crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento” (HUBERMAN, 1986, p. 41). Essas constatações históricas justificam os argumentos sobre a importância da base material. Aqui pode se perguntar: mas, se antes do capitalismo tínhamos violência contra a mulher, desigualdades de gênero e racismo, como afirmar que essas desigualdades advêm com o capitalismo?

Uma chave de análise para reflexões referente a esses questionamentos seria o debate e entendimento de como o fenômeno da alienação se apresenta no capitalismo.

A alienação é um fenômeno exclusivamente histórico-social, jamais natural ou individual. O sistema capitalista se fundamenta nas desigualdades de classe, advindas de outros modos de produção, mas ganha contornos diferentes no modelo capitalista. A divisão entre escravos e senhores, entre servos e nobres, modifica-se com o capitalismo. A exploração do trabalho escravo passa para o trabalho assalariado, e isso tem repercussão na organização da sociedade e no processo de alienação.

O fenômeno da alienação precedeu o sistema capitalista, ou seja, esteve presente em outras sociedades, assim como as opressões. Contudo, sob a ótica do capital, ganha novos elementos e caracterizações diante do processo de produção capitalista que forja outra lógica de exploração, que fundamenta fenômenos como a alienação.

Em síntese, podemos caracterizar o processo de trabalho no capitalismo da seguinte maneira:

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. [...] o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertence (MARX, 2012, p. 219)

Marx (2015) afirma que a alienação é um fenômeno prático gerado no processo produtivo, no qual os sujeitos se alienam perante o produto produzido, o trabalho realizado e diante dos outros indivíduos. Marx centrou suas análises na alienação econômica, mas nos forneceu os fundamentos necessários para entendermos os processos de opressões que tem suas raízes fincadas na forma que se explora a força de trabalho.

Konder (2009) salienta que a alienação econômica é a base, a raiz do fenômeno global da alienação, o que não significa reduzir os fenômenos a esse tipo de alienação, uma vez que antes de os indivíduos fazerem política, ciência, cultura e religião, necessitam vestir-se, alimentar-se, beber. Antes do trabalho intelectual, realizou o manual.

Um sistema fundamentado na desigualdade entre capitalistas e trabalhadores, jamais conseguirá gestar a igualdade plena, como a de sexo, uma vez que seu embasamento mátrio perpassa por isso. No capitalismo a alienação assume características de reificação ao deformar as qualidades dos/as trabalhadores/as por meio de mecanismos inominados que transformam tudo em mercadoria (KONDER, 2009).

O autor afirma que nem sempre é fácil compreender essa lógica do sistema capitalista, pois na aparência se apresenta como um mundo regido de coisas independentes da vontade dos indivíduos e sedimenta uma realidade desprovida de existências singulares, como afirma Konder (2009, p. 146): “[...] *um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano – especificamente humano – se vê triturar e inapelavelmente diluir.*”

Ao partir desses elementos para entender a realidade, observaremos que vivemos em uma sociedade estranhada. O capitalismo desenvolve habilidades de controle e domínio da realidade natural e sacrifica profundamente a realidade social.

Esse modo de produção, afirma Marx (2015), produz um processo de alienação que aliena o sujeito da natureza, de si (da sua atividade) e do gênero humano. O indivíduo não se reconhece perante o produto que produziu, diante da atividade que realizou e do gênero humano.

Para a compreensão das raízes das opressões nesta ótica que estamos propondo, vale centrarmos algumas reflexões sobre o terceiro momento da alienação. Se esse processo produtivo possibilita uma alienação perante o outro, como não hierarquizar os sujeitos? Como não produzirmos desigualdades e diferenças que oprimem e discriminam? Essas questões em nenhum momento pretendem fo-

car apenas nos elementos objetivos e desconsiderar que temos possibilidades de resistência a esse contexto. Contudo, essencialmente, as opressões não serão superadas sem a superação desse processo alienante que, como explica Marx, aliena o sujeito do seu corpo, da natureza fora dele, da sua essência espiritual e da essência humana, “[...] *alienação do homem, em geral, toda a relação em que o homem está para consigo mesmo, primeiro se realiza, se exprime, na relação em que o homem está para com o outro homem*” (MARX, 2015, p. 314).

O centro desse debate nos atenta para observamos que o processo de produção no capitalismo produz o sujeito como um ser desumanizado, tanto espiritualmente como corporalmente. No capitalismo temos uma vida humana alienada e as opressões não estão no limbo da sociedade, mas partem da totalidade social desta sociabilidade que tem na produção a base material das relações sociais. Para Marx (2015, p. 319), “*toda servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação*”.

Como em uma sociedade que possibilita o estranhamento do sujeito perante outro e o gênero humano não seria solo fértil para as opressões? A desigualdade entre a força de trabalho masculina e a feminina se fundamenta na produção, por exemplo, entre o que gera a alienação e proporciona a existência das opressões.

Vejamos algumas questões sobre a força de trabalho feminina que proporciona as mulheres serem vistas como sexo frágil, como seres inferiores. Marx (2015) ao debater sobre o salário nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos afirma que as grandes oficinas preferiam o trabalho de mulheres e crianças por serem uma mão de obra mais baratas e fáceis de controlar. Citando exemplo das fábricas norte-americanas, no ano de 1833, constata que as mulheres ganhavam bem menos e trabalhavam bem mais.

A força de trabalho feminina é qualitativamente e quantitativamente mais explorada em relação à masculina. Esse processo de exploração é a base para entendermos as opressões contra as mulheres. Essa afirmação nos permite ponderar, como afirma Kergoat (2009) que as condições de vida e trabalho de homens e mulheres não são destinadas biologicamente, mas construções sociais envolvidas nas relações sociais de sexo que possuem base material.

O processo de extração de mais valor, de exploração da força de trabalho, é perpassado pelas relações de sexo. Obviamente que construímos um conjunto de regras culturais, simbólicas e ideológicas para a permanência das opressões,

que se torna interessante num modo de produção capitalista, no qual seu eixo central é a extração de mais valia, é a acumulação de capital, pois

“[...] as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Esse processo de submissão e de dominação facilitou, e ainda facilita, como afirma Saffioti (2013), a elevação do montante do trabalho excedente. De acordo com Toledo (2008), a opressão da mulher não surgiu com o capitalismo, esteve presente nas sociedades escravistas, contudo, é no capitalismo que acirramos as opressões, ao combinarmos exploração, dupla jornada de trabalho, baixos salários, criando, assim, novas formas de opressão. Para Harvey (2011, p. 90):

[...] os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. [...] Nas fábricas do chamado mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizadas ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho [...] é um desejo de manter os privilégios.

A categoria relações sociais de sexo, suas expressões na sociabilidade do capital e os processos de alienação, possibilitam compreender as opressões sofridas pelas mulheres. O sistema capitalista não criou a inferiorização social das mulheres, mas, pela maneira que foi constituído, baseando sua produção e reprodução na exploração como mote central, aprofundou e radicalizou as desigualdades existentes. As opressões, preconceitos, discriminação, exploração de sexo e raça/etnia funcionam como fatores de conservação do sistema capitalista.

O capitalismo se expandiu, foi se modificando conforme seus elementos conjunturais, mas ainda não alcançamos a emancipação humana, nem tampouco das mulheres. Isso é emblemático na maneira que enfrentamos as opressões de sexo no capitalismo, por exemplo, com a ampliação das políticas para as mulheres visando à equidade de gênero, ações que acabam por se esbarrar nos limites estruturais do modo de vida social existente.

Assim, indagamos: como emancipar as mulheres em um sistema essencialmente alienante? Compreender esse processo de alienação no capitalismo e, sobretudo, como elemento que também se estabelece na esfera da reprodução social e no cotidiano de mulheres e homens, possibilita o entendimento das opressões como sustentáculo dessa sociabilidade.

Diante disso, nosso desafio é desvendar os elementos fundamentais do modo de produção capitalista, sua estrutura e períodos conjunturais, para entendermos fenômenos como as opressões, que possuem base material, raiz, fundamento e causa. Focarmos nas expressões da opressão, como violência, baixos salários, controle do corpo, da sexualidade, como fenômenos autônomos e fragmentados, mais dificulta do que possibilita uma visão de totalidade que entenda de onde parte os dramas e questões vivenciados na sociedade atual.

Compreender essas questões é de suma importância para traçarmos nosso panorama de luta e resistência. Sem adentrarmos na essência da sociabilidade burguesa, continuaremos ou individualizando as opressões, ou entendendo-as de forma moralista, ou acreditando que superaremos por completo os inúmeros fenômenos que engendram as opressões. Temos possibilidades de enfrentamento e resistência, mas para isso devemos continuar a tarefa que Marx iniciou: desvendar a essência e a lógica da sociabilidade burguesa!

Referências bibliográficas

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese Doutorado em Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MIRALES, R. **Algumas reflexões sobre gênero e serviço social**. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SOUZA, V. B. D. **60 anos d'O Segundo Sexo: A (in)visibilidade de Beauvoir no debate sobre as relações de gênero**. Tese Doutorado em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COMPREENSÃO DA ASSUNÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO PARA RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Qelli Viviane Dias Rocha•

1. O Gênero nos Une a Classe nos da Unidade!

Compreendermos que as particularidades constituem parte de um todo dialético, sendo fundamental para a compreensão da construção das identidades/subjetividades. Neste sentido destaca-se que a *orientação sexual* não se desenvolve/processa a parte dos processos de sociabilidade¹¹⁵.

Nesse processo dialético, em que se formam as relações sociais, é que se formam também as consciências dos indivíduos sociais¹¹⁶ e se constrói uma ou múltiplas visões de homem e de mundo numa relação de troca mútua entre si, no qual todos os indivíduos coletivamente participam e partilham desse processo. Para Mészáros (2008), de forma diferente, variando-se a contribuição de acordo com as condições materiais que o modo de organização da sociedade estabelece na sua estrutura, bem como a sua forma política de hierarquização irá interferir nesse processo.

Se a heterossexualidade é uma norma que se arraiga com a instituição da monogamia¹¹⁷, da Família e do Estado, em defesa da propriedade privada, tudo que se antagoniza com essa perspectiva deveria e ainda hoje “deve ser” extinta.

Ao nascermos homens e/ou mulheres passamos a ser sociabilizados de modo a cumprirmos (reproduzirmos) automaticamente aquilo que apreendemos desde o nascimento. Ao homem, material e simbolicamente, é estipulado o espaço fora do lar (rua) como

• Professora Depto. de Serviço Social da UFMT, Doutoranda UNB/UFMT, Pesquisadora e Coordenadora do NUE-POM/UFMT, Membro do GTPCEGDS - ADUFMAT

115. Desde que nascemos até o momento de nossa morte não passamos um segundo sequer sem experienciar as múltiplas possibilidades de interagir e nos relacionar com outros indivíduos; apreender, valorar, internalizar, apropriar-se, aprender e transformar conceitos e conhecimentos adquiridos ao longo da vida num processo histórico e dialético de produção e reprodução da vida social e material.

116. Para Iasi (2011), compreender o processo de formação da consciência dos indivíduos só é possível ao entender a sua relação com outro, com o meio material que determina as condições em que se darão essas relações; tratar do indivíduo no processo da consciência é trata-lo a partir do seu potencial coletivo enquanto indivíduo social.

117. De acordo com Engels e Marx é por meio da instituição do casamento monogâmico que se estabelece a primeira divisão social do trabalho: a divisão sexual. Assim, para os autores, “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e, a primeira opressão de classe, coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino.” Destarte, “[...] a monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravidão e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalçamento de outros” (MARX; ENGELS; LENIN, 1980, p. 22-23).

espaço a ser ocupado e dominando. Este, desde cedo, passa a se sociabilizar por meio de brincadeiras que só podem ser desenvolvidas ao ar livre: jogam bola, soltam pipa, brincam de marinheiros, dentre outros. Além de lhe ser atribuído a cor azul como símbolo da masculinidade, espera-se que seja forte, viril, corajoso, etc. Às meninas, cabe a sociabilidade da reprodução dos cuidados domésticos (da reprodução da família). Estas, desde cedo, passam a brincar no espaço restrito do lar (casa): brincam de bonecas, de cozinheiras, ganham vasourinhas, além de lhes serem atribuídas a cor rosa como símbolo de fragilidade, meiguice e afetividade. Ao ingressarem na escola, novamente se ratifica a dicotomização dos espaços de gêneros. Na educação física, aos meninos cabem as atividades ligadas ao desenvolvimento da força física: futebol, basquete, vôlei, etc. Para as meninas, as atividades mais lúdicas: queimada, bambolês, jogos de rodas e vôlei, quando há ainda esta possibilidade.

De acordo com Saffioti (1987), a identidade social da mulher, assim como a do homem, na sociedade capitalista, se constrói através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera serem cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Por isso, quando as crianças nascem, dentro da perspectiva do capitalismo patriarcal, tem seu campo de atuação delimitado. Em relação às atribuições destes papéis à população LGBT não se faz diferente, visto que nascemos, crescemos, somos educados e sociabilizados no e pelo sistema patriarcal heteronormativo.

Dito isso, compreendemos e defendemos que as construções binaristas das relações de gênero que se orientam pela heterossexualidade compulsória como parte constitutiva do sistema patriarcal-capitalista, portanto apreendidas, repassadas e reproduzidas por este sistema metabólico tem dicotomizado e polarizado as relações entre mulheres e homens; gays e heteros; negros e brancos. Constituindo um sistema que verticalmente estabelece uma hierarquização do sistema de exploração/dominação que assim pode ser organizado a partir dos escritos de Saffiotti (1987; 16).

- A- Homens que exploram homens;
- B- Homens que exploram mulheres;
- C- Mulheres que exploram mulheres;
- D- Mulheres que exploram homens.

Assim como afirmamos haver:

- A- Heteros que exploram Gays;
- B- Gays que exploram heteros.

Destarte, a base constitutiva da exploração/dominação é na maioria das vezes material¹¹⁸, mas o próprio sistema capitalista por se constituir por um todo articulado, que se expressa e materializa na produção e reprodução social da vida, lança mão, ou seja, se articula junto aos sistemas heteronormativo e ao patriarcado (sistemas de reprodução) para sustentar e manter sua produção/reprodução. Prova disso é que:

Ser um gay com identidade masculina é mais tolerável que um gay afeminado; ser afeminado e rico é mais tolerável do que ser gay pobre; ser gay, pobre e branco é mais tolerável que ser gay, pobre e negro; ser gay, negro e pobre é mais tolerável que ser lésbica e negra etc. etc. (Brasil, p. 106).

Cabe salientar que, não defendemos aqui uma hierarquia de opressões, apenas para fins ilustrativos buscamos evidenciar como é pertinente ao capitalismo instituir identidades–indenitárias a fim de escamotear as relações consubstanciais (gênero, raça, classe e orientação sexual) que acabam por corroborar para fragilização e fragmentação da luta unitária da classe trabalhadora.

Tomando como pressuposto os escritos de Lorde, compreendemos que:

Da minha participação em todos esses grupos, aprendi que opressão e intolerância de diferenças aparecem em todas as formas e sexos e cores e sexualidades — e que entre aqueles de nós que compartilham objetivos de libertação e um futuro viável para nossas crianças, não pode existir hierarquia de opressão. Eu aprendi que sexismo e heterossexismo surgem da mesma fonte do racismo. (Coletânea, 1997, *online*).

Partindo desse pressuposto, compreendemos que o antagonismo de classe é indispensável para apreendermos a importância em não se poder generalizar todas as relações de gêneros e sexualidades, pois, as mesmas expressões de opressão a que estão submetidos os sujeitos sociais e políticos LGBT, não os inscrevem e/ou circunscrevem da mesma forma. Segundo disse Cisne (2012), é inegável que todos os LGBT's sofram discriminações e opressão de gênero, entretanto, as formas como serão vivenciadas, partirá da condição objetiva e material de cada um.

Outrossim, o esclarecimento sobre o caráter relacional e histórico das construções sociais sobre o sexo implica em considerar que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas, o que remete a uma mediação com outras dimensões, como classe, etnia e geração. (CISNE, 2012, p. 105).

118. Consideramos que a dominação (opressão) é, sobretudo, material, porque são os grupos subalternizados (crianças, mulheres, negros e homossexuais) que suportam o ônus do sistema capitalista-patriarcal-heteronormativo.

Deste modo, compreendemos as relações de gênero, raça, classe e orientação sexual como relações consubstanciais. Intendemos também, que as identidades sexuais se articulam de modo complexo com outras, como a de gênero, étnico racial e de classe. Nessa articulação, alguns comportamentos serão mais “suportados” que outros.

2. Movimento LGBT: pra não ser cinza há de ser colorido!

O surgimento do Movimento LGBT evidencia que ao mesmo tempo em que este surge em defesa da visibilidade e particularidades enquanto categoria social e política, também evidenciamos que de sobremaneira o sistema capitalista patriarcal heterossexista já escamoteava a luta destes (as) trabalhadores (as).

A Revolta de Stonewall, iniciada em 28 de junho de 1969, como apresentada historicamente, faz crer que, esta reivindicação se estabelecia a partir das próprias vontades e desejos sexuais, como escolhas e defesa de direitos individuais.

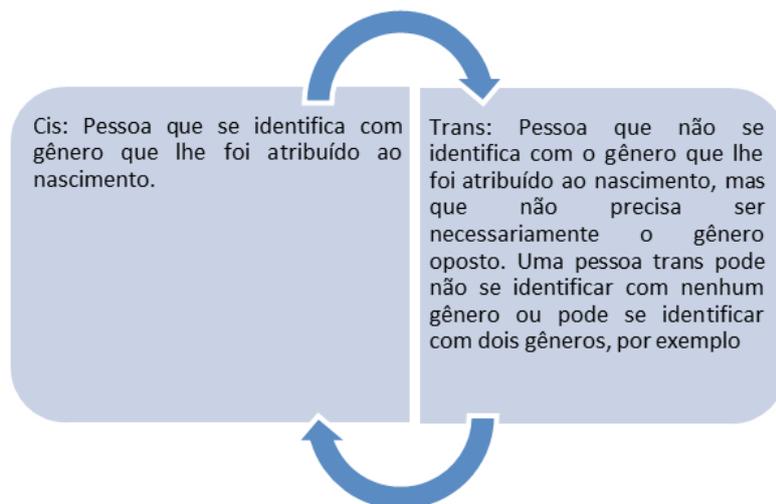
A noção de que se estabelece é de que a organização do movimento LGBT se deu como reação espontânea, além de reduzir as demandas objetivas de políticas públicas relacionadas a situação de marginalização dada pelo alto desemprego, pela falta de acesso as políticas de saúde, habitação e trabalho, acesso a seguridade de modo geral, também relativizou toda violência sofrida por esta “condição”, uma vez que a orientação sexual era vista como uma anomalia, sodomia.

Malgrado, analisando os documentos e grupos LGBT no Brasil, foi verificado que, o protagonismo dos homens e a dificuldade de unicidade identitária homossexual fizeram parte dos intensos embates internos ao movimento. As mulheres lésbicas criavam subgrupos, em razão de não terem suas necessidades e pauta contempladas, uma vez que, os movimentos eram hegemônicos por homens gays.

Na busca de uma identidade homossexual, a “aceitação” de travestis e de transgêneros também causava dificuldades e tensões, pois a “*orientação política das construções das identidades T,s*” eram e ainda são determinadas pelas atribuições binaristas dicotômicas de gênero, ou seja, “aceitava-se quem mais se aproximava ou negava ser mais ou menos masculino e feminino.

Orientação sexual neste sentido era facilmente confundido com Identidade de Gênero.

Identidade de Gênero:



Para Silva (2014), inicialmente parece ser fácil definir identidade, uma vez que se torna o que se é: “*sou mulher*”, “*sou trans*”, “*sou negra*”, “*sou lésbica*”. Para o autor, a identidade assim concebida se caracteriza por uma positividade, uma característica independente, um fato autônomo. Seguindo o mesmo raciocínio, também a diferença concebida como entidade independente, passando a ser o que não sou, ou seja, passa a ser o que o Outro é: “*ela é branca*”, “*ela é heterossexual*”, “*ela é mulher*”. Assim como na identidade, a diferença é concebida como algo que remete a si própria. “*A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe*”. Silva (2000) a forma como expressa-se a identidade tende a esconder esta relação.

Transgeneriedade.

Bigênero:	Pessoa que se sente pertencendo aos dois gêneros, e se comporta com papéis sociais e trejeitos de um ou outro gênero em situações diferentes.
Gênero fluído:	Pessoa que se identifica com dois gêneros, sendo um dia mais masculina e no outro mais feminina, como preferir, sem se definir totalmente como homem ou mulher.
Agênero:	Pessoas que não se sentem pertencendo a gênero nenhum

Malgrado, as identidades de homens e mulheres, heterossexuais, homossexuais, transexuais são produtos de auto definição, mas está longe de ser autodeterminado, pois são produzidas e reproduzidas em meio a arranjos dinâmicos de relações sociais e significados culturais e históricos. De acordo com Rocha (2010) os Gêneros podem ser apreendidos:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc.

Cada grupo e ou movimento social de mulheres e/ ou gênero enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (2010,45).

Além da apreensão das identidades de gênero é preciso compreender que os papéis atribuídos a homens e mulheres podem se manter, mudar e transitar de acordo da identificação pessoal e social da pessoa. Na medida em que possamos compreender nossa expressão de gênero, que é o “*Conjunto de vestimentas, acessórios, modificações corporais, maquiagens, estilos de cabelo, depilação ou não, comportamentos (modos de agir, modos de falar), por que uma pessoa exterioriza a sua identidade de gênero*” (VALENTIM, 2016, mimeo). Podemos ratifica-lo ou nega-lo.

Historicamente, as categorias gênero e sexo foram utilizadas para designarem relações sociais entre homens e mulheres. A utilização da categoria sexo em detrimento do gênero contribuiu para que a práxis social se mantivesse subjacente à discussão sobre a participação das mulheres, homossexuais, transgêneros, transexuais e travestis na atividade política/pública.

De acordo com Saffioti, o sexo, era uma categoria de “ordem natural”, que encobria o antagonismo de classe. O domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente atrelado à estrutura econômica da sociedade, portanto servia e ainda serve aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. (1969; p. 78).

A introdução da categoria gênero no desvendamento das relações sociais de produção e reprodução possibilitou uma melhor compreensão da realidade da sociedade (capitalista/burguesa) que, a partir das diferenças biológicas, criou e ainda hoje cria desigualdades. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias.

Orientação Sexual:

Homossexualidade:	Atração sexual e/ou afetiva entre indivíduos do mesmo gênero.
Bissexualidade:	Atração sexual e/ou afetiva por dois gêneros.
Panssexualidade:	Atração sexual e/ou afetiva independente do gênero.
Assexualidade:	Falta de atração sexual ou afetiva. São classificados por escalas de cinza.

Na noção moderna, a análise dos gêneros se insere no campo de estudos relacionados à sexualidade, esta pode ser compreendida numa visão positiva, que remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo e à sensualidade, e numa visão negativa, repressiva, que promove a disciplina e o controle social sobre a expressão do desejo.

Nesta lógica a compreensão do gênero, como a maneira como alguém se sente, se identifica se apresenta para si e para os demais e como é percebido/a como “masculino” ou “feminino”, ou, ainda uma mescla de ambos depende tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual, variando segundo a cultura, classe e momento histórico. Entretanto, a cultura ocidental patriarcal capitalista privilegia a diferença dos sexos, para tanto toma como suporte imutável a identidade de gênero, radicando os parâmetros de normalidade naquilo que distingue biologicamente/fisiologicamente homens e mulheres.

Assim, tudo o que foge a esta regra, tende a ser considerado “desvio”, “transtorno”, “perturbação”. Logo, homens afeminados, mulheres masculinizadas, travestis, transexuais e transgêneros são exemplos de “desviantes” em relação à norma.

Dentre vários complexos sociais, responsáveis pela mediação das relações de produção e reprodução da sociedade capitalista patriarcal, chamamos atenção para Educação (Escola), esta pode determinar o que seja “natural” ou “não” nas relações sociais de gênero e de sexo. E é neste espaço que, segundo Mészáros (2011), na sociedade do capital – regime econômico e sociopolítico hegemônico desta era – se reproduzem fortemente os valores que determinam a lógica capitalista da sociedade de mercado e se internalizam os valores que legitimam a lógica desse sistema.

Marx e Engels na Ideologia Alemã, afirmam que as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias das classes dominantes, mas estas só são dominantes porque expressam no campo das ideias as relações que fazem de uma classe a classe dominante. Tal aproximação teórica é essencial à compreensão deste tema, pois o que se tem apreendido e discutido sobre as relações de gênero tem sempre partido de perspectivas binaristas dicotômicas que escamoteiam as relações patriarcais capitalistas, fazendo com que apreendamos as relações sociais de gênero como representação – conceito – como a “coisa em si”.

[...] O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudoconcretidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta”. [...] A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo natural e independente. (KOSIK; 2010, p. 20-21).

Para Mead (apud TOLEDO, 2001), a natureza humana é eminentemente maleável, obedecendo fielmente aos impulsos que lhe comunica o corpo social.

Se dois indivíduos pertencentes cada um a uma civilização diferente não são semelhantes (e o raciocínio também se aplica bem aos membros de uma mesma sociedade), significa, acima de tudo, que eles foram condicionados de uma maneira diferente, em particular durante os primeiros anos de vida; depois, é a sociedade que decide a natureza desse condicionamento. A forma da personalidade de cada sexo não foge a essa mesma regra: é o produto de uma sociedade que cuida para que cada geração masculina e feminina se adapte ao tipo que ela impôs. (MEAD *apud* TOLEDO, 2001, p. 22).

Malgrado verifica-se que identidade e diferença partilham uma importante característica, resultado de atos de criação social e que, portanto, não são “elementos” da natureza. Ao atribuir papéis naturalmente femininos e naturalmente masculinos, a ideologia patriarcal capitalista cumpriu e ainda cumpre uma de suas mais importantes finalidades: a de mascarar a realidade. Para essa ideologia, que divide a sociedade entre fortes e fracos, dominantes e dominados, é extremamente necessário legitimar a “superioridade” de poucos e a “inferioridade” de muitos. (SAFFIOTI, 1987).

De acordo com Silva (2000), dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. Este processo é central na vida burguesa e pode ser entendido como ato de significação pelo qual se divide e se ordena o mundo social em grupos e em classes. Quem detém o privilégio de classificar, também detém o privilégio de atribuir valores aos grupos e os assim classificar.

2.1 Movimento LGBT

No contexto da luta contra a Ditadura Militar, esse movimento emerge com a criação do jornal alternativo *Lampião da Esquina* (1978-1981), com a formação de grupos ativistas (SOMOS, GGB, GATHO, Triângulo Rosa, Atobá, dentre outros). E, já em 1980, na cidade de São Paulo, ocorre a 1ª Conferência do Homossexual no Brasil, protagonizada pelo grupo SOMOS. A luta contra a repressão policial da Ditadura e a defesa da liberação sexual marcaram esses anos iniciais de irrupção do movimento.

A chegada do HIV, a partir dos anos 1983 e 1984, e o fim da Ditadura, em 1985, marcaram uma redefinição do movimento. De um lado, consolidando a luta de liberação, o

Conselho Federal de Psicologia retirou da lista de transtornos mentais a homossexualidade. Por outro lado, o estigma social de “câncer gay” e de “peste gay”, com que o advento da Aids foi seguido, inviabilizou o eixo central da luta de liberação sexual que pautou os grupos organizados inicialmente, a maioria se desfez no decorrer dessa década.

Entretanto, o movimento se redefiniu, de um lado com a luta sanitaria por pesquisas sobre tratamento e cura do HIV, e pelo desenvolvimento de políticas de acompanhamento e de acolhimento dos infectados. De outro, estabelecendo um novo eixo político de visibilidade, defendendo a normalização das relações homoafetivas. A década de 1990 consolidou essa tendência, marcada pela emergência da noção de gênero em lugar de identidade sexual, ampliando o campo de atuação pela consciência e defesa do direito à diversidade sexual.

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade e a orientação sexual do Código de Classificação de Doenças (CID), decisão ratificada em 1992. O dia 17 de maio ficou instituído como o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia. No Brasil, marcando institucionalmente a abertura à diversidade, foi criada, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A partir de então, e articulada em escala global, a consciência da diversidade alargou-se de modo inclusivo, traduzindo-se na sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans – prefixo de transgêneros, transexual e travesti).

De fato, a luta pelo respeito à igualdade na diversidade cresceu com a pauta do reconhecimento matrimonial, o direito de família e a adoção ao longo das duas últimas décadas, em diversos países, incluindo o Brasil. Os últimos sobreviventes dos campos de concentração do nazismo presos pelo triângulo rosa foram finalmente reconhecidos de forma oficial pelos países europeus no início dos anos 2000. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de julho de 2013, lançou a Campanha Livre e Igual em defesa dos direitos das pessoas LGBT como parte dos Direitos Humanos. Já em 2015, uma nova fase da mesma Campanha foi lançada contra os danos aos indivíduos, às sociedades e à humanidade, causados por homofobia.

Referências bibliográficas

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. DANTAS, Maressa. F. P. **“Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”** - *Superexploração sobre o trabalho das mulheres*. Disponível in: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13722>. Acessado em 02/04/2018

D’ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: Identidade de Gênero e Antagonismo de Classes no Capitalismo**. Editora. Iskra. 1ed. São Paulo, 2008.

HAUG, Frigga. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aire, 2007.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MÉSZÁROS, István, **A Montanha que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo, 2009. Cap. 1, 2, 4, 6 e 7.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade. Expressão Popular**. São Paulo, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **A questão da mulher na reprodução da força de trabalho**. *Perspectiva*, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.

WOOD, Ellen. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2006.